



**INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CAMPUS CERES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

CLEONICE BORGES RIBEIRO

**O INSTITUTO FEDERAL GOIANO – *CAMPUS CERES*, A OFERTA DO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO E INTERFACES COM A ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Ceres/GO

2023

CLEONICE BORGES RIBEIRO

**O INSTITUTO FEDERAL GOIANO – *CAMPUS* CERES, A OFERTA DO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO E INTERFACES COM A ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – *campus* Ceres, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Gestão, Organização e Memórias.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

RR484i Ribeiro, Cleonice Borges
 O Instituto Federal Goiano - campus Ceres, a oferta do Ensino Médio Integrado e Interfaces com a área da Língua Portuguesa. / Cleonice Borges Ribeiro; orientadora Sangelita Miranda Franco Mariano . -- Ceres, 2023.
 197 p.

 Dissertação (Mestrado em Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) -- Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, 2023.

 1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Ensino Médio. 3. Currículo Integrado. 4. Práticas Educativas. 5. Língua Portuguesa. I. , Sangelita Miranda Franco Mariano, orient. II. Título.

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES
TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científico

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional – Tipo: Guia Didático | |

Nome Completo do Autor: Cleonice Borges Ribeiro

Matrícula: 20211043310025

Título do Trabalho: O Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres, a oferta do Ensino Médio Integrado e Interfaces com a área de Língua Portuguesa.

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 28 /08 /2025

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

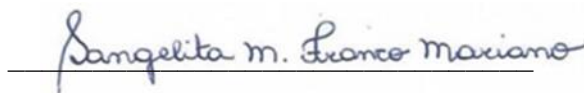
- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ceres, 28 /07/2023.



Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 47/2023 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

CURRÍCULO INTEGRADO EM INTERFACE COM AS PRÁTICAS DE LETRAMENTO DO IF GOIANO – CAMPUS CERES

Autora: Cleonice Borges Ribeiro
Orientadora: Prof^a. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano - Campus Ceres como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica

APROVADO, em 28 de julho de 2023.

Prof^a. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Presidente da Banca e Orientadora
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza
Avaliador Interno
Instituto Federal Goiano - Campus Ceres

Prof^a. Dra. Michelle Castro Lima
Avaliadora Externa
Universidade Federal de Goiás- UFCAT

Prof^a. Dra. Fátima Suely Ribeiro Cunha
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

Documento assinado eletronicamente por:

- Fatima Suely Ribeiro Cunha, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 14/08/2023 22:16:51.
- Michelle Castro Lima, Michelle Castro Lima - Professor Avaliador de Banca - Universidade Federal de Goiás (01567601000143), em 14/08/2023 19:43:01.
- Jose Carlos Moreira de Souza, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 14/08/2023 19:41:55.
- Sangelita Miranda Franco Mariano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 14/08/2023 19:34:04.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 514997
Código de Autenticação: 222e447e17



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Ceres
Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, 03, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Formulário 46/2023 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

CURRÍCULO INTEGRADO: CAMINHO PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO ENSINO MÉDIO.

Autora: Cleonice Borges Ribeiro

Orientadora: Profª. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Goiano - Campus Ceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

APROVADO e VALIDADO, em 28 de julho de 2023.

Profª. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Presidente da Banca e Orientadora
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza
Avaliador Interno
Instituto Federal Goiano - Campus Ceres

Profª. Dra. Michelle Castro Lima
Avaliadora Externa
Universidade Federal de Goiás - UFCAT

Profª. Dra. Fátima Suely Ribeiro Cunha
Avaliadora Interna
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

Documento assinado eletronicamente por:

- Fatima Suely Ribeiro Cunha, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 14/08/2023 22:15:45.
- Michelle Castro Lima, Michelle Castro Lima - Professor Avaliador de Banca - Universidade Federal de Goiás (01567601000143), em 14/08/2023 19:43:31.
- Jose Carlos Moreira de Souza, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 14/08/2023 19:40:41.
- Sangelita Miranda Franco Mariano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 14/08/2023 19:30:22.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 514999
Código de Autenticação: 4bd92c7512



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Ceres
Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, 03, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 35/2023 - DSPGPI-CE/GPPI/CMPCE/IFGOIANO

ATA Nº/ 069 DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte três, às 09:00 (nove horas), reuniram-se os componentes da Banca Examinadora Prof^a. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano (orientadora), Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza (avaliador interno), Profa. Dra. Fátima Suely Ribeiro Cunha (avaliadora interna) e Prof^a. Dra. Michelle Castro Lima (avaliadora externa) sob a presidência da primeira, em sessão pública realizada de forma online por via Webconferência (Google Meet), para procederem à avaliação da defesa de Dissertação e do Produto Educacional, em nível de mestrado, de autoria de Cleonice Borges Ribeiro, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano - Campus Ceres. Após a arguição dos membros da banca, chegou-se à conclusão que a Dissertação foi APROVADA e o Produto Educacional foi APROVADO e VALIDADO, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, pelo Instituto Federal Goiano - Campus Ceres.

Observações/Recomendações: No processo de revisão observar as recomendações indicadas pela banca, especialmente no que se refere à mudança do título. "Currículo integrado e a interface com as práticas pedagógicas interdisciplinares com a área de Língua Portuguesa no IF Goiano - Campus Ceres"

Prof^a. Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano
Presidente da Banca e Orientadora
Instituto Federal Goiano - Campus Morrinhos

Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza
Avaliador Interno
Instituto Federal Goiano - Campus Ceres

Prof^a. Dra. Michelle Castro Lima
Avaliadora Externa
Universidade Federal de Goiás- UFCAT

Prof^a. Dra. Fátima Suely Ribeiro Cunha
Avaliadora Interna
Instituto federal Goiano - Campus Morrinhos

Documento assinado eletronicamente por:

- Fatima Suely Ribeiro Cunha, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 14/08/2023 22:17:38.
- Michelle Castro Lima, Michelle Castro Lima - Professor Avaliador de Banca - Universidade Federal de Goiás (01567601000143), em 14/08/2023 19:41:57.
- Jose Carlos Moreira de Souza, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 14/08/2023 19:41:31.
- Sangelita Miranda Franco Mariano, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 14/08/2023 19:39:12.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/07/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 514990
Código de Autenticação: fa8f19b233



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Ceres
Rodovia GO-154, Km.03, Zona Rural, 03, Zona Rural, CERES / GO, CEP 76300-000
(62) 3307-7100

Este trabalho é dedicado a vocês: meu pai, minha mãe e meus filhos Mateus e Igor, vocês que me deram mais que apoio, me incentivaram a não desistir deste sonho que foi o mais difícil de galgar em toda minha caminhada rumo ao conhecimento! Vocês acreditaram mais em mim do que eu mesma e por isto não poderia deixar de dedicar a vocês o meu sucesso!

AGRADECIMENTOS

Concluir este curso de mestrado foi um desafio desde o primeiro momento, a grande concorrência para um número limitado de vagas, o momento atípico pandêmico refletido nas aulas online, a dedicação a pesquisas de temas e assuntos ainda desconhecidos concomitantemente com demandas profissionais e pessoais, mas foram grandes as contribuições e por isso não poderia deixar de agradecer aqueles que estiveram ao meu lado no decorrer deste processo.

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a oportunidade de ser selecionada no processo seletivo do ProfEPT e me permitir concluir com êxito este mestrado que é uma aspiração não apenas minha, mas da grande maioria dos profissionais que atuam na educação.

A minha orientadora Prof^a Dra. Sangelita Miranda Franco Mariano, exemplo de profissionalismo, competência e companheirismo. Deixo aqui registrado o meu agradecimento, reconhecimento, carinho e gratidão pelas enriquecedoras contribuições a este trabalho, sem suas orientações com certeza não teria conseguido chegar até aqui, sei que não mediu esforços para me auxiliar mesmo diante de tantas inquietações, receios e medos. Você foi sem dúvida o meu braço direito nesta jornada.

Aos meus colegas de mestrado, os quais por tantas vezes dividi angustias, anseios e conquistas, especialmente minhas amigas Ana Galúcio, Denise, Lucilene e Wanderléia. Levarei vocês para sempre no meu coração e espero que nossa amizade perpetue.

Aos professores membros da banca examinadora de defesa da dissertação de mestrado, Prof. Dr. José Carlos Moreira de Souza e Profa. Dra. Michelle Castro Lima, que aceitaram prontamente o meu convite. Minha gratidão por se disporem a contribuir com apontamentos pertinentes acerca da minha pesquisa, pois sem dúvida nenhuma irá enriquecê-la e engrandecê-la.

Aos professores do ProfEPT, estes que plantaram em mim a semente da criticidade que vai além do simples olhar, assumindo assim uma postura mais ativa e questionadora diante da realidade que me cerca.

Aos docentes e discentes do curso técnico integrado em Meio ambiente que aceitaram participar desta pesquisa, a vocês meus sinceros agradecimentos! Sua participação foi de extrema relevância para o êxito desta pesquisa e divido com vocês os méritos alcançados e as contribuições deste para a comunidade acadêmica.

Aos servidores do Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres, que de forma direta ou indireta contribuíram para esta formação.

Aos meus pais, filhos e esposo, estes que são as pessoas mais íntimas que tenho e que por vezes aguentaram meus estresses e minha ausência, sendo que esta última acontecia mesmo quando eu estava presente, pois a dedicação aos estudos me transportava para outro mundo no qual eles não tinham acesso, mas mesmo assim souberam compreender, aceitar, incentivar e colaborar para que hoje eu possa colher os louros almejados.

Odeio os indiferentes. Como Friederich Hebbel acredito que "viver significa tomar partido". Não podem existir os apenas homens, estranhos à cidade. Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso odeio os indiferentes.

Antônio Gramsci

RESUMO

O presente estudo tem como objeto as práticas educativas do IF Goiano na perspectiva da interlocução da disciplina de Língua Portuguesa com as disciplinas profissionalizantes e sua aproximação com o currículo integrado. Esta pesquisa insere-se na Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ofertado em Rede Nacional – ProfEPT. O objetivo geral foi analisar como e em que medida ocorre à integração curricular nas práticas educativas na disciplina de Língua Portuguesa com os componentes curriculares relacionados à formação profissional, os participantes da pesquisa foram os docentes das disciplinas técnicas, a docente da disciplina de Língua Portuguesa e os discentes regularmente matriculados no 3º ano do curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio no IF Goiano - *campus* Ceres no ano de 2022. A pesquisa abordou a rede de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no que concerne a sua lei de criação e dos Institutos Federais, a filosofia do modelo educacional vigente na rede federal de ensino, práticas de letramento, currículo integrado na educação profissional, formação omnilateral e politécnica; impactos da divisão social do trabalho na sociedade contemporânea. A abordagem metodológica foi qualitativa, do tipo estudo de caso, revisão bibliográfica, pesquisa documental e análise de conteúdo. Após a coleta de dados e análise dos resultados foi elaborado como produto educacional um Guia didático de apoio pedagógico destinado aos professores participantes da pesquisa e docentes de modo geral uma vez que foi disponibilizado, abordando as temáticas aqui discutidas, a fim de ampliar os debates sobre o tema em questão e mostrar que esta articulação é viável para a integração nos cursos da EPT numa perspectiva contra hegemônica e na construção de uma educação emancipadora mediado por ações integradoras e interdisciplinares. Os resultados da pesquisa demonstraram que a integração curricular ainda não é uma realidade na EPT, uma vez que os documentos reguladores do ensino ainda não apontam esta necessidade e os profissionais educacionais não foram preparados para atuar nestas condições, entretanto este é um processo em construção. Importante ressaltar que as impressões reveladas e apreendidas durante as entrevistas denotam que os professores estão realizando grandes esforços para melhorarem sua atuação didático-pedagógica, e, apesar das limitações relacionadas à formação, buscam suprir as defasagens concernentes ao currículo integrado, embasando o ensino e as práticas de letramento ao conhecimento em sua totalidade, pois acreditam nesta modalidade educativa como uma forma de emancipação humana. Confirmamos a hipótese de que é possível desenvolver um trabalho interdisciplinar na perspectiva do currículo integrado, utilizando práticas de educativas flexíveis, relação dialógica e planejamento em equipe entre os docentes, pois estes já dispõem da visão de totalidade e da sua relevância para o ensino. Entretanto é preciso que estes profissionais se apropriem desses conceitos e das formas efetivas de mobilizar e garantir essa integração.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Ensino Médio. Currículo Integrado. Práticas Educativas. Língua Portuguesa.

ABSTRACT

The present study focuses on the educational practices of the Goiano Federal Institute from the perspective of the interplay between the Portuguese Language discipline and the vocational subjects, and its connection to the integrated curriculum. This research is part of the Research Line: Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education of the Professional Master's Program in Professional and Technological Education offered in the National Network (ProfEPT). The overall objective was to analyse how and to what extent curricular integration occurs in educational practices within the Portuguese Language discipline and the vocational components. The participants in the research were the teachers of the technical subjects, the teacher of the Portuguese Language discipline, and the students regularly enrolled in the 3rd year of the Technical Course in Environmental Management integrated with high school at the Goiano Federal Institute in the campus of Ceres in the year 2022. The research addressed the network of Professional and Technological Education (PTE) concerning its founding law and the Federal Institutes, the philosophy of the current educational model in the federal education network, literacy practices, integrated curriculum in professional education, omnilateral and polytechnic formation, and the impacts of the social division of labour in contemporary society. The methodological approach was qualitative, employing a case study design, literature review, documentary research, and content analysis. After data collection and analysis of the results, an educational product was developed, namely a didactic guide for pedagogical support aimed at the participating teachers and teachers in general, covering the topics discussed herein, in order to broaden the debates on the subject and demonstrate that this articulation is feasible for integration in PTE courses from a counter-hegemonic perspective and in the construction of emancipatory education mediated by integrative and interdisciplinary actions. The results of the research showed that curricular integration is still not a reality in PTE, as the regulatory documents of education do not yet point to this need, and educational professionals have not been prepared to work under these conditions. However, this is a process that is gradually being implemented. The research results showed that curricular integration is not yet a reality in EPT, since the teaching regulatory documents still do not indicate this need and educational professionals have not been prepared to act in these conditions, however this is a process under construction. It is important to point out that the impressions revealed and apprehended during the interviews denote that teachers are making great efforts to improve their didactic-pedagogical performance, and, despite the limitations related to training, seek to overcome the gaps concerning the integrated curriculum, basing teaching and literacy practices to knowledge in its entirety, as they believe in this educational modality as a form of human emancipation. We confirm the hypothesis that it is possible to develop an interdisciplinary work from the perspective of the integrated curriculum, using flexible educational practices, dialogic relationship and team planning among teachers, as they already have a vision of totality and its relevance for teaching. However, these professionals need to take ownership of these concepts and the effective ways of mobilizing and guaranteeing this integration.

Keywords: Professional and Technological Education. High School. Integrated Curriculum. Educational Practices. Portuguese Language.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FIGURAS

Figura 01 – Mapa da Rede Federal e Educação no Brasil	45
Figura 02 – Municípios Vizinhos do <i>campus</i> Ceres.....	54
Figura 03 – Visão Panorâmica do IF Goiano – <i>campus</i> Ceres.....	57
Figura 04 – Cursos Ofertados no IF Goiano – <i>campus</i> Ceres.....	58
Figura 05 – Esquema de Análise de Conteúdo de Bardin.....	71
Figura 06 – Capa do Produto Educacional.....	150

QUADROS

Quadro 01 – Caracterização dos Docentes.....	66
Quadro 02 – Análise Comparativa das Teorias do Currículo	74
Quadro 03 – Leis e Documentos Oficiais para o Ensino da Língua Portuguesa	99
Quadro 04 – Categorias de Análise da Pesquisa com docentes.....	106
Quadro 05 – Componentes Curriculares do Curso Técnico em Meio Ambiente	108
Quadro 06 – Disciplinas do Curso Técnico em Meio Ambiente.....	111
Quadro 07 – Categorias para Análise da Pesquisa com os discentes	136

GRÁFICOS

Gráfico 01 – Cidades com Maior Número de Estudantes do IF Goiano – <i>campus</i> Ceres	52
Gráfico 02 – Número de Estudantes por Estado do IF Goiano – <i>campus</i> Ceres	53
Gráfico 03 – Formação dos Docentes Efetivos do IF Goiano – <i>campus</i> Ceres/2023...55	
Gráfico 04 – Motivos para escolha do curso Técnico em Meio Ambiente	137
Gráfico 05 – Relevância das Disciplinas para os Discentes	138
Gráfico 06 – Motivos para a Opção da Seleção de Disciplina mais relevante	139
Gráfico 07 – Aulas mais importantes para a Formação Discente	139
Gráfico 08 – Projetos Integradores	141
Gráfico 09 – Compreensão dos Conteúdos	142
Gráfico 10 – Processos de Leitura e Escrita	143
Gráfico 11 – Compreensão dos Conteúdos das Disciplinas Teóricas e Práticas	144
Gráfico 12 – Conteúdos das Disciplinas e sua Relação como o dia a dia.....	146
Gráfico 13 – Forma de Trabalho Adotada pelos Professores.....	148

Gráfico 14 – Disciplinas que os professores lecionam	152
Gráfico 15 – Organização geral do Guia Pedagógico de Apoio Educacional	152
Gráfico 16 – Pertinência e relevância dos assuntos abordados no Guia	153
Gráfico 17 – Objetividade e clareza na exposição textual do Guia didático de Apoio Pedagógico	153
Gráfico 18 – Qualidade das Informações para a compreensão dos assuntos	154
Gráfico 19 – Aplicabilidade dos temas abordados no trabalho docente	154
Gráfico 20 – Contribuições do Guia para a ampliação dos conhecimentos com relação ao currículo integrado e interdisciplinaridade	155
Gráfico 21 – Conhecimento e uso dos temas abordados	155
Gráfico 22 – Contribuições do Guia para a Prática Pedagógica	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação/Código Penal
EAD	Educação a Distância
EAFCe	Escola Agrotécnica Federal de Ceres
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
FMI	Fundo Monetário Internacional
GO	Goiás
IFs	Institutos Federais
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LUMEN	Habilitação Específica para o exercício do Magistério de 1ª a 4ª séries
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização não governamental
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
ProfEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CURRÍCULO INTEGRADO	31
2.1 Histórico e políticas públicas de educação profissional no Brasil e a relação entre ensino médio Integrado na perspectiva de formação omnilateral	32
2.2 Rede Federal de Educação profissional e sua relação com o mundo do trabalho	41
3 MÉTODO	52
4. CURRÍCULO INTEGRADO NO ENSINO MÉDIO E FORMAÇÃO DE SUJEITOS	73
4.1 Currículo integrado no âmbito do Ensino Médio Integrado: práxis pedagógicas	82
4.2 Elementos constitutivos do Ensino Médio (reforma do ensino médio, BNCC)	86
4.3 Conceitos e Princípios do Letramento	93
4.4 O papel da Língua Portuguesa no letramento no âmbito da educação Profissional	97
5 PERCEPÇÕES DOCENTES E DISCENTES	106
5.1 Documentos reguladores do ensino médio no IF Goiano – campus Ceres e suas contribuições para o currículo integrado	107
5.2 Materialização do currículo integrado e interdisciplinaridade	111
5.3 Percepção docente sobre a integração curricular	120
5.4 Práticas de letramento na disciplina de Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes	122
5.5 Formação docente	130
5.6 Relevância das disciplinas teóricas e práticas	137
5.7 Projetos integradores	140
5.8 Práticas de letramento efetivas	142
5.9 Percepção discente da integração curricular da disciplina de Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes	145

6 PRODUTO EDUCACIONAL	149
6.1 Construção do Produto Educacional	149
6.2 Divulgação e avaliação do produto educacional	151
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
8 REFERÊNCIAS.....	161
APÊNDICE A – Roteiro de Questionário com os estudantes.....	170
APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista com Docentes.....	173
APÊNDICE C – Formulário para Avaliação do Produto Educacional Guia de Apoio Pedagógico.	175
ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (docentes).	176
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (pais/responsáveis).	180
ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (discentes maiores).	184
ANEXO D - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (discentes menores).	188
ANEXO E – Parecer Substanciado de Aprovação do Projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa - CEP.	192

1 INTRODUÇÃO

Uma trajetória acadêmica é algo muito singular uma vez que reporta a formação universitária e profissional e rememorar estes momentos que entrelaçam minha formação me leva a perceber o quanto desde muito cedo busquei o sonho que hoje estou vivenciando, pois o estudo sempre esteve muito presente em minha vida apesar das dificuldades e limitações econômicas, sociais e locais com as quais me deparei.

Nasci em um pequeno povoado no interior de Goiás, Distrito de Uruceres situado no município de Uruana, local de pessoas simples assim como tudo que envolve a localidade, ainda bem pequena, 5 anos de idade, meu pais decidiram se mudar para a cidade de Jaraguá-GO e foi lá que tive o primeiro contato com o sistema estruturado de ensino. Entretanto ficamos pouco tempo naquela cidade, logo retornamos para o mesmo povoado em que morávamos e dei continuidade aos meus estudos. Meus pais bastante humildes e com pouca instrução, ambos estudaram até a 2ª série primária, escola rural com poucos recursos, mas sempre me incentivaram muito a estudar e não mediram esforços para que eu chegasse até aqui.

A única escola que havia na cidade, Escola Estadual Orígenes Lemes da Silva, ofertava apenas a educação básica, desde o jardim da infância até a 8ª série, nesta época ainda não havia sido promulgada a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 que ampliou o Ensino Fundamental para 9 anos de duração. No ano em que conclui a 8ª série excepcionalmente foi ofertado o ensino médio, fizeram uma parceria com o Colégio Estadual José Alves Toledo de Uruana que oferecia o ensino médio e em forma de extensão levaram o curso Técnico Contabilidade para a escola que eu estudava e foi esse que concluí.

Sendo assim eu estudava na Escola Estadual Orígenes Lemes da Silva em Uruceres, mas era regularmente matriculada no Colégio Estadual José Alves Toledo de Uruana, o motivo de tal feito foi porque não havia transportes para levar os alunos do Distrito para o município, antes desta parceria os alunos eram transportados em carrocerias de camionetes colocando em risco suas vidas, por isso a decisão de fazer tal parceria.

Sendo assim, concluí o ensino fundamental e ensino médio na mesma escola. Tenho um profundo carinho por ela, pois além de ter sido o lugar que tive acesso ao conhecimento sistematizado desde a educação infantil até a conclusão do ensino médio ainda é o meu local de trabalho nos últimos 28 anos. Lembro-me que tive

excelentes professores, todavia poucos eram formados na área de atuação, a grande maioria só tinha ensino médio com cursos profissionalizantes e para ministrarem suas aulas na 1ª fase do Ensino Fundamental faziam o projeto: Habilitação Específica para o Exercício do Magistério de 1ª a 4ª séries (LUMEN), curso este que posteriormente também fiz, além disso, meus professores tinham outras atividades além da docência, pois os salários recebidos não eram suficientes para abarcar todas as suas despesas financeiras e por isso não podiam oferecer exclusividade para seu trabalho educativo o que comprometia a sua qualidade, realidade ainda vislumbrada na educação nos dias atuais, uma vez que muitos docentes precisam complementar a carga horária em outras instituições de ensino a fim de aumentar sua renda mensal.

De modo específico focarei mais na minha trajetória no ensino médio; fiz o curso Técnico em Contabilidade, entretanto nenhum dos professores eram graduados nesta área, muitos deles só tinham concluído também o curso Técnico em Contabilidade, pois era o único que era ofertado na região, as aulas eram bastante tradicionais, com avaliações periódicas com questões objetivas ou subjetivas, as quais eram definidas previamente para serem estudadas (decoradas).

O currículo era bem isolado e as disciplinas não dialogavam umas com as outras, não havia uma integração entre as áreas do saber, assim o ensino era fragmentado e aligeirado, características ainda predominantes em várias instituições de ensino. Ressalto que não estou fazendo uma crítica aos meus professores e nem a minha escola, sou extremamente grata a eles e se cheguei até aqui devo isso a eles, pois na época as aulas eram tradicionais e as principais metodologias eram aulas expositivas, o uso do quadro negro e do livro didático, o que eles faziam era acompanhar o sistema educativo vigente.

No ano de 1990 prestei o vestibular para o curso de graduação em Letras Modernas e fui aprovada, sempre quis ser professora e com esta graduação consegui alcançar o meu objetivo, além disso, nesta época na minha região só tinha uma faculdade “Associação Educativa Evangélica” na cidade de Ceres-GO e ofertava apenas dois cursos, sendo eles pedagogia e Letras Modernas, como me identificava bastante com a disciplina de Língua Portuguesa optei pela segunda. Quando estava no final do 4º período no ano de 1993 prestei meu primeiro concurso no estado de Goiás para o cargo de Auxiliar Administrativo, pois ainda não tinha concluído a graduação e por este motivo não poderia fazer o concurso para docente, fui aprovada em primeiro lugar para o município de Uruana e fui convocada para trabalhar na

mesma escola em que conclui o ensino fundamental I e II e ensino médio a qual já citei.

Após quatro anos pedi exoneração do cargo administrativo e fui contratada temporariamente (pró-labore) para atuar na docência. No ano de 1999, com a graduação já concluída, fiz um novo concurso público e finalmente me realizei enquanto profissional ao ser efetivada como professora regente na Secretaria de Educação do Estado de Goiás atuando com as disciplinas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa de forma mais específica, mas é importante ressaltar que já ministrei várias outras disciplinas como: história, geografia, ciências, arte, educação física, educação religiosa e matemática.

Como sempre acreditei que os cursos de aperfeiçoamento são fontes inesgotáveis de desenvolvimento profissional e pessoal e que a formação inicial é apenas o primeiro passo para o desenvolvimento de um trabalho qualitativo e de excelência continuei meus estudos após a conclusão da graduação, fiz uma especialização em Administração Educacional pela Universidade Salgado de Oliveira e outra em Metodologia do Ensino Fundamental pela Universidade Federal de Goiás, dentre vários outros cursos de formação continuada.

Nestes quase 23 anos como efetiva na Secretaria de Educação do Estado de Goiás atuei em diferentes funções, como: direção, secretária geral, coordenação e em minha área de formação, português e inglês, na II fase do ensino fundamental e ensino médio, tanto na escola da minha cidade quanto nas escolas da região, mas desde a aprovação no primeiro concurso nunca deixei de trabalhar na Escola Estadual Orígenes Lemes da Silva.

Acho relevante ressaltar que no ano de 2008 fui convidada a assumir a tutoria de uma turma de Artes Visuais no Polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) ofertado pela Universidade Federal de Goiás (UFG), sendo que dois anos depois passei a atuar como coordenadora neste mesmo polo e atualmente assumo a função de tutora presencial no curso de graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), já atuei também como professora em vários cursos de formação inicial e continuada do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Sempre busquei aperfeiçoar-me e não medi esforços para isso, por meio do meu trabalho no Ensino a Distância (EAD) participei da comissão organizadora de dois encontros científicos das licenciaturas do Centro de Ensino e Aprendizagem em

Rede (CEAR) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), proferi palestras e participei de mesas redondas. Acredito que pesquisar é parte integrante do nosso crescimento enquanto profissional e ser humano e por isto o mestrado sempre foi um anseio que busquei alcançar, tanto é que já fui aluna ouvinte no Mestrado Interdisciplinar em Educação Linguagem e Tecnologia da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

A pesquisa na área da educação e os recursos tecnológicos para o processo de ensino e aprendizagem na Língua Portuguesa e inglesa sempre foram partes integrantes dos meus trabalhos e por isso fazer parte do corpo discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica é a realização de um sonho que sei que está apenas começando e que irá render frutos louváveis para as gerações futuras uma vez que o processo de pesquisar se perpetua com os nossos escritos.

Enquanto professora e pesquisadora a atuação docente, as práticas de letramento e a formatação das aulas, inclusive as minhas, sempre me inquietou, os planejamentos são feitos de forma isolada, os professores nem sempre tem a formação ideal para a realização dos seus trabalhos, os currículos priorizam conteúdos pertinentes às avaliações externas e a relação teoria e prática se apresenta desconexa. Por isso a ideia de investigar as dificuldades referentes ao currículo integrado no cotidiano da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), assim como a relação dos professores e as impressões dos discentes com relação ao tema já era uma ideia bastante recorrente para minhas pesquisas.

Optei por fazer esta abordagem relacionada à Língua Portuguesa porque como professora desta disciplina vejo que é preciso que o processo de ensino e aprendizagem da mesma vá além das noções estruturais da língua, numa perspectiva de multiletramentos que auxilie na real produção de sentidos e que estes gerem significados positivos na atuação profissional, social e no desenvolvimento do raciocínio crítico, lógico e inventivo dos alunos. Para tanto faz-se necessário a integração entre educação básica e profissional, integração esta que pode ser propiciada a partir de práticas de educativas que promovam a proficiência do aluno nas relações de totalidade concreta.

Sabemos que somente o professor e as instituições de ensino não conseguirão resolver os problemas que hoje emergem na educação, mas são partes importantes deste processo, é preciso ir além, definir políticas públicas realmente eficazes ao combate do analfabetismo, da evasão, desistência e precarização da educação e do trabalho e foi por isso que resolvi pesquisar o ensino ofertado no IF Goiano - *campus*

Ceres no que concerne à infraestrutura, recursos pedagógicos e recursos humanos, assim como o amparo legal que favorece à efetivação de um currículo integrado na Educação Profissional e Tecnológica e as práticas educativas nas disciplinas teóricas e práticas.

A relevância desta pesquisa está amparada no desafio dos docentes de buscarem saberes recontextualizados e ressignificados na educação profissional e tecnológica objetivando uma qualificação contemporânea na busca de um currículo integrado no ensino médio integral a partir de uma perspectiva omnilateral¹, a fim de que haja uma mitigação ou até mesmo superação da fragmentação curricular e, com isto, a promoção de práticas docentes inovadoras.

O objeto de investigação dessa dissertação de mestrado do ProfEPT é o currículo integrado nas disciplinas teóricas e profissionalizantes, a fim de analisar como e em que medida ocorre a integração curricular da disciplina de Língua Portuguesa com os componentes curriculares relacionados à formação profissional no curso técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio. A revisão da literatura foi amparada em autores renomados como Oliveira (2003), Kuenzer (2006), Saviani (2003; 2005; 2008), Frigotto (2009; 2012; 2021), Ciavatta; Ramos; Moura (2007; 2013; 2022), dentre outros que dialogam com a temática.

Neste sentido fez-se necessário investigar a relação entre teoria e prática a fim de perceber como ocorre este processo, neste caso específico o foco foi a disciplina de Língua Portuguesa e as demais disciplinas profissionalizantes do curso em questão e os reflexos das práticas de letramento no processo de ensino e aprendizagem dos docentes e discentes. Para tanto, procedemos à análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a matriz curricular, a ementa das disciplinas, assim como o currículo que é seguido pela instituição *locus* desta pesquisa e a possível materialização (ou não) do currículo integrado.

Este trabalho fez um recorte temporal da evolução histórica curricular nos cursos da Rede Federal e Tecnológica, assim como da identidade docente e discente construída ao longo dos tempos, sabendo que são muitos os desafios e não menores as possibilidades que vão desde os elementos relevantes e indispensáveis desta

¹ Desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação (MANACORDA, 2010, p. 94).

proposta até mesmo a sua adesão por parte dos docentes para a materialização do currículo integrado amparado por prática de letramento interdisciplinares.

A interdisciplinaridade deve ir além da mera justaposição de disciplinas e, ao mesmo tempo, evitar a diluição delas em generalidades. De fato, será principalmente na possibilidade de relacionar as disciplinas em atividades ou projetos de estudo, pesquisa e ação, que a interdisciplinaridade poderá ser uma prática pedagógica e didática adequada aos objetivos do ensino médio (BRASIL, 2000, p. 75).

Observamos então que a interdisciplinaridade se refere ainda a uma relação dialógica entre as áreas do saber, buscando com isso desenvolver atividades que estruturam o processo de ensino e aprendizagem interseccionando as disciplinas e os conteúdos de forma abrangente, assim a Língua Portuguesa deve ser vista como uma prática social que eleve os princípios educativos dos alunos nos cursos voltados para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e contribua para a sua atuação profissional e pessoal enquanto cidadão atuante.

No ambiente da educação profissional e tecnológica o uso da Língua Portuguesa é primordial (não que não seja nas outras modalidades de ensino), tendo em vista que o domínio da Língua Portuguesa propicia ao estudante o desenvolvimento da criticidade, domínio sócio discursivo, desenvoltura profissional, compreensão da realidade. Práticas de letramento eficazes favorecem a interpretação dos conteúdos em todas as outras disciplinas, contribuindo para uma atuação no mundo do trabalho transformadora e plural.

A Língua Portuguesa não deve ser trabalhada de forma isolada, mas sim de forma interdisciplinar e integrada com as demais disciplinas, propiciando a ampliação dos processos de ensino e aprendizagem das disciplinas profissionalizantes, uma vez que são determinantes para o desenvolvimento de sua formação humana integral.

Partindo desta premissa os pressupostos desta pesquisa são que é possível desenvolver um trabalho interdisciplinar na perspectiva do currículo integrado no ensino médio técnico e Integral com as disciplinas de formação geral e profissional por meio práticas educativas que propiciem a flexibilização, relação dialógica e planejamento em equipe entre os docentes. Visualizando assim a possibilidade da construção de um currículo vivo e emancipador do cidadão ativo e engajado por outra educação, outra economia globalizada e outra qualidade de bem viver.

Neste contexto faz-se necessário ainda pesquisar percursos metodológicos que envolvam atividades interdisciplinares, práticas de letramento, projetos de ensino e extensão que se relacionem diretamente com construção da integração curricular na EPT, a fim de que o aluno enquanto pesquisador e sujeito de sua aprendizagem promova uma prática educacional reflexiva, crítica e singular, pautada em ideais democráticos e que façam sentido em suas vidas.

A pesquisa foi desenvolvida no 3º ano do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao ensino médio do Instituto Federal Goiano *campus* Ceres-GO com o docente da disciplina de Língua Portuguesa, os docentes das disciplinas profissionalizantes e os discentes matriculados no ano de 2022. Os motivos pelos quais optei por desenvolver esta pesquisa no Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres porque esta instituição sempre foi referência em ensino na região². Sou professora de Língua Portuguesa há 28 anos e desde a escola agrotécnica acompanho o desejo dos alunos ingressarem nos cursos do ensino médio técnicos integrados que o IF *campus* Ceres oferta. Os alunos estudam, se esforçam para serem selecionados no limite de vagas ofertados e a grande maioria que conseguem ingressar na instituição se sobressaem tanto no campo profissional, social e cultural. Além disso é nessa instituição que estou aprofundando meus conhecimentos no mestrado ProfEPT e também pela localização geográfica, pois é perto do local que resido.

A organização do trabalho pedagógico a partir do viés interdisciplinar numa perspectiva de currículo integrado não se configura como um processo fácil, uma vez que antes de tudo exige um intercâmbio entre os docentes e uma constante interação entre as áreas do saber, além de exigir maior flexibilidade, organização e criatividade nas atividades desenvolvidas, entretanto estas são condições básicas para o desenvolvimento de uma proposta de práticas pedagógicas inovadoras e que

² A educação ministrada pelo IF Goiano - Campus Ceres em relação aos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio envolve outros fatores além do desempenho em sala de aula. Os resultados advindos da divulgação de índices do **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)** demonstram que a formação no Campus Ceres tem preparado seus estudantes ao alcance de bons indicadores de desempenho e conseqüentemente para o prosseguimento dos estudos em boas Instituições Ensino Superior (IES), a exemplo de notas elevadas, algumas oscilando entre 900 e 960 pontos. Na graduação a instituição forma profissionais para as áreas de Ciências Agrárias, nos cursos de Agronomia e Zootecnia, e para a docência em Ciências Biológicas e Química. Em relação a estes últimos, é preciso frisar, especificamente, a importância de cursos de licenciatura, principalmente em regiões interioranas, em que é grande a carência existente de professores qualificados. **Fonte:** Ascom/IF Goiano – Campus Ceres. (<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/servidores/169-destaque-ceres/10743-os-trend-ing-topics-do-enem-no-campus-ceres.html>). Acesso em 27 jul. 2023.

realmente contribuirão para o desenvolvimento efetivo do processo de ensino e aprendizagem.

Diante disso, esta pesquisa busca responder: como e em que medida ocorre à integração curricular da disciplina de Língua Portuguesa com os componentes curriculares relacionados à formação profissional no curso técnico em meio ambiente integrado ao ensino médio no IF Goiano – *campus* Ceres?

Diante do exposto este estudo teve como objetivo geral analisar como e em que medida ocorre à integração curricular nas práticas educativas na disciplina de Língua Portuguesa com os componentes curriculares relacionados à formação profissional no curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio no IF Goiano *campus* - Ceres. Para tanto, destacamos como objetivos específicos: descrever a evolução histórica da rede federal e tecnológica de ensino e sua relação com o currículo integrado; observar se o currículo do Instituto Federal Goiano *campus*-Ceres contempla os pressupostos do currículo integrado e colabora para sua real efetividade no que concerne as práticas educativas na relação da Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes; relacionar as práticas educativas com a proposta de um currículo integrado no curso de Meio Ambiente a partir da relação entre a disciplina de Língua Portuguesa e as disciplinas profissionalizantes e ainda desenvolver o produto educacional que é um guia de apoio didático pedagógico para docentes, abordando as temáticas aqui discutidas, como: Currículo Integrado, interdisciplinaridade, currículo oculto e prescrito, formação humana omnilateral, politecnia³ e a rede federal de Ensino Profissional e Tecnológica.

A presente pesquisa buscou apresentar novos olhares para a educação profissional que vá além da escola dual na qual a mesma lógica de divisão de classes permeia o currículo escolar, fazendo a separação entre trabalho manual amparado nos preceitos do ensino profissional e trabalho intelectual relacionado à formação geral (FRIGOTTO, 2012). A hipótese aqui elencada de que é possível desenvolver um trabalho interdisciplinar na perspectiva do currículo integrado nos cursos técnicos

³ Trata-se da pluralidade de saberes necessária ao domínio do trabalho. É a multiplicidade de conhecimentos teórico-práticos presentes nas bases científicas contemporâneas, necessárias à formação integral do ser humano e à sua atuação na produção do mundo (Disponível em <https://www.glossariodaept.com>. Acesso em 03 jan. 2022 às 13h37min.

integrados ao ensino médio nas disciplinas de formação geral e profissional, entretanto os resultados que irão comprovar ou negar esta premissa.

A relevância social desta pesquisa está amparada no desafio de se expandir, por meio dos debates e da pesquisa, as possibilidades acerca da integração curricular, repensar e reformular as práticas pedagógicas vigentes, a fim de mitigar a dualidade entre as disciplinas teóricas e profissionalizantes e assim alcançar novos rumos para a educação profissional contemporânea, especialmente para o - *campus* Ceres que está em processo de construção do currículo integrado, rumos estes que ampliam as possibilidades de acesso ao conhecimento sistematizado e a construção do ensino de qualidade.

Por isso a importância de promover um debate acerca do currículo integrado em que as disciplinas dialoguem umas com as outras e busque preparar para além do trabalho mecanizado nos moldes fordistas/tayloristas, pelo contrário, que promova um ensino unitário, qualitativo nos moldes da formação omnilateral e politécnica contribuindo para que os interesses coletivos sobreponham às conveniências das classes dominantes.

A escolha da disciplina teórica de Língua Portuguesa para esta pesquisa se deve ao fato de que, como professora desta área, percebo a dificuldade que a grande maioria dos alunos têm na leitura, escrita, produção textual, exposição de ideias e comunicação. Na EPT isto reflete tanto nas disciplinas teóricas quanto profissionais, um trabalho isolado de ambas as categorias compromete a aprendizagem do aluno, por isso é viável um trabalho interdisciplinar e integrado entre elas, até porque “a fragmentação do conhecimento, da comunicação e das relações comprometem a prática educativa” (RIOS, 2002, p.3).

É inquestionável a função social da disciplina de Língua Portuguesa para o desenvolvimento global do aluno e seu desempenho efetivo em todas as outras disciplinas, produzindo um novo sentido a elas e usando-as em suas práticas sociais e profissionais, por isso o trabalho com gêneros textuais que integre as disciplinas profissionalizantes, que são aquelas que contribui para a emancipação discente no mundo do trabalho poderá elevar sua compreensão e criticidade para atuar no campo profissional. O atual contexto educativo precisa ser repaginado a fim de que este espaço se torne mais democrático e voltado para as peculiaridades locais, regionais e nacionais, assim como o desenvolvimento integral do aluno tanto na sociedade quanto no trabalho.

O diálogo com o currículo integrado busca focar no trabalho como princípio educativo e na superação da dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual, percebendo assim a realidade como um todo integrado onde aconteça a incorporação da dimensão intelectual com o trabalho produtivo contribuindo para a formação humana na sua totalidade (CIAVATTA; FRIGOTTO; RAMOS, 2012).

Comumente alunos ingressam em cursos profissionalizantes, mas as divisões sociais de classes os obrigam a escolherem os cursos não por aptidão profissional, mas sim pelas demandas do mundo do trabalho capitalista, em contrapartida os cursos oferecem um ensino engessado promovendo um ensino sistematizado e aligeirado que permite ao aluno desenvolver um único tipo de trabalho robotizado.

Para isso é preciso sair da zona de conforto da teorização do ideal para inter-relacionar com a prática, “para não cairmos numa discussão abstrata, atemporal ou – nos termos de Marx – escolástica” (FRIGOTTO, 2009, p. 2), daí a relevância desta pesquisa, pois os discursos aqui elencados podem contribuir para o despertar de uma nova educação justa e necessária e que desvele a dualidade estrutural histórica brasileira.

O presente estudo contribuirá para que os participantes e a instituição de ensino *locus* da pesquisa, e ainda que a comunidade acadêmica do IF, perceba com os resultados encontrados as possibilidades dessa integração curricular, se existe relação entre os currículos da disciplina de Língua Portuguesa e as profissionais e em que medida é possível apontar um currículo integrado que vá além da fragmentação e o trabalho isolado nas disciplinas. Esta percepção poderá cooperar para a efetivação da proposta de integração e formação omnilateral dos estudantes.

A relevância social desta pesquisa ainda se estenderá para a sociedade de modo geral, pois apresenta a categoria trabalho/educação em uma concepção dialógica, a fim de analisar as possibilidades e limitações de um currículo integrado na EPT de nível médio no formato técnico integral, buscando com esta discussão o avanço deste processo justo e necessário para combater as marcas do capitalismo e a construção e efetivação de um sistema de ensino realmente capaz de minimizar, senão extinguir, a dualidade estrutural que se instalou na educação.

Na realização dessa pesquisa usamos a pesquisa bibliográfica, documental e o estudo de caso, os docentes participarão de entrevistas, os discentes responderão questionários pelo *Google Forms*. Estes instrumentos de coleta de dados serão determinantes para a sustentação da análise de dados que será realizada na

perspectiva de análise de conteúdo tendo como referência a obra de Laurence Bardin (2006), tomando como base as percepções acerca do tema em questão.

Esta dissertação apresentará 07 seções apontando pontos convergentes e divergentes sobre o tema em estudo, conceitos e demais assuntos pertinentes para o êxito deste trabalho. Para tanto na seção 1 foi apresentado o memorial acadêmico da pesquisadora; a introdução acerca da pesquisa explicitando os motivos que levaram a escolha do tema; a problemática; as hipóteses da pesquisa; os objetivos gerais e específicos; a metodologia adotada e os autores que contribuíram significativamente para a fundamentação teórica deste trabalho.

Na seção 2 abordamos a Educação Profissional e o currículo integrado norteada pelo histórico e políticas públicas que contribuíram para a evolução da Educação Profissional no Brasil, assim como a rede federal de Educação Profissional, suas prescrições e diálogos com o mundo do trabalho, ainda a relação entre Ensino Médio Integrado e a busca da formação omnilateral, reforçando como a rede federal lida com a formação técnica assim como os princípios epistemológicos da formação para o mundo do trabalho.

Na seção 3 apresentamos os métodos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa de forma bastante detalhada a fim de situar o leitor sobre todas as etapas que foram imbrincadas e as principais fontes elencadas para se alcançar os objetivos da pesquisa assim como seus delineamentos, o público alvo, o lócus da pesquisa e os instrumentos utilizados na coleta de dados. Ressaltamos ainda o currículo integrado em interface com a Língua Portuguesa e as propostas de letramento no ensino médio Integrado. Para uma descrição mais detalhada foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais sobre o Ensino Médio integrado no Curso de Meio Ambiente em Ceres baseado no histórico e princípios do mesmo, o que os documentos demonstram e a caracterização dos sujeitos que participaram da pesquisa.

Adiante na seção 4 abordamos o currículo integrado no ensino médio e a formação de sujeitos, pautado no sentido do currículo sobre a ótica de uma nova epistemologia no que concerne aos seus conceitos e princípios, propondo uma reflexão acerca das condições nas quais o mesmo é construído, sempre levando em conta o fato de que ele se encontra no campo da teorização e embates políticos, econômicos e classistas refletidos na práxis pedagógica e na integração das disciplinas no ensino médio. Também como subtema desta seção está o papel da

Língua Portuguesa na educação profissional, assim como suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem e os conceitos e princípios do letramento. Ainda será proposto um debate acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2018 discutindo as políticas públicas e reformas propostas para o Novo Ensino Médio.

Na seção 5 apresentamos as categorias de análise com os docentes motivadas pelo desenvolvimento da pesquisa. Fizemos uma análise dos documentos que norteiam o ensino na instituição pesquisada - IF Goiano *campus* Ceres – (PPC, matriz curricular e ementa dos componentes curriculares), a fim de averiguar se tais dados contribuem para a materialização da integração curricular nas disciplinas teóricas e práticas, assim como a percepção dos docentes acerca dessa integração amparadas pelas práticas educativas na disciplina de Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes no 3º ano do curso Técnico em Meio ambiente. Ainda nesta seção fizemos uma análise da formação dos docentes e as contribuições da mesma nas práticas de letramento.

Na seção 6 discutimos as categorias de análise com os discentes, observamos suas considerações sobre a relevância das disciplinas teóricas e práticas, sua percepção sobre os projetos integradores e as práticas de letramento para a construção qualitativa de seus conhecimentos, assim como a percepção dos alunos participantes da pesquisa sobre a integração curricular da disciplina de Língua Portuguesa e das disciplinas profissionalizantes do curso em questão. Objetivamos com isso empreender formas viáveis de trabalhar estes temas que foram vistos como os mais relevantes no decorrer da pesquisa.

Na seção 7, discorreremos sobre o produto educacional, Guia didático de apoio pedagógico, produto este definido por meio da pesquisa, com a finalidade de promover o debate com os docentes participantes da pesquisa do tema currículo integrado na EPT, podendo eles com isso se empoderarem mais ainda dos conceitos e usá-los em sua prática pedagógica.

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CURRÍCULO INTEGRADO

Esta seção apresenta o percurso histórico da rede federal de educação assim como os estudos relacionados às políticas públicas e às reformas educacionais constituídas para o desenvolvimento da educação profissional como parte de um processo de reestruturação, que deveria propiciar a desvinculação das ações educativas das disputas decorrentes do modelo de desenvolvimento econômico que forma para a força do trabalho, tanto jovens quanto adultos, não garantindo a educação integral dos mesmos, entretanto tais movimentos se mantêm em um campo de disputas econômicas, políticas e sociais contraditórios aos seus discursos.

No processo de formação humana estão às instituições de ensino e dentre elas a rede federal de educação profissional e sua relação com o mundo do trabalho, entretanto faz-se mister ressaltar que as orientações educacionais mantidas na rede federal, assim como em todas as outras instituições educacionais, estão alicerçadas nos ordenamentos normativas implementados, e que estes se refletem nos projetos pedagógicos e na manutenção, ou não, de um currículo integrado, que promova o desenvolvimento dos processos educativos embasados em uma visão contra o ideário apologético da hegemonia neoliberal⁴ e na superação da “dualidade estrutural” (NASCIMENTO, 2007, p. 84).

Além disso, é necessário entender que a política educacional é palco de disputas permeada por antagonismos políticos e sociais embutidos nas reformas, leis e decretos que regem a educação profissional, daí a relevância em debater estes temas para uma melhor compreensão das suas ações, os impactos destes na educação e seus reflexos na sociedade.

Ainda nesta seção buscaremos explorar a relação entre ensino médio Integrado e a perspectiva de formação omnilateral, condição esta antagônica a competitividade mercadológica instalada no país pelos embates concernentes ao livre mercado e emergente qualificação da força do trabalho reforçada nas unidades escolares pelo decreto 2.208/1997, que oficializou o ensino acelerado, a estruturação curricular por módulos e a separação do ensino médio e o técnico profissional.

⁴ O pilar implícito e político-ideológico do pensamento neoliberal é a tentativa de alçar o mercado ao grau máximo de regulação da vida social, a uma totalização supra classista, invasora, não só das relações econômicas, mas das relações políticas e culturais (BAKHTIN, 1995, p. 88).

É neste contexto que iniciaremos a próxima subseção, na qual trataremos da relação entre o ensino médio Integrado e a perspectiva de formação omnilateral, embasamos em autores como Gramsci (2001), Kuenzer (2002), Frigotto (2021) e Schneider (2013), dialogando sobre os percursos necessários para fortalecer o ensino médio e romper com os desafios educacionais apontados nesta etapa de ensino, que tem se constituído como uma das mais difíceis quando se pensa em assegurar aos jovens a formação omnilateral, desafios estes relacionados a evasão, desmotivação, defasagem de aprendizagem, desinteresse e oferta de ensino para atender ao mercado de trabalho.

Destacaremos também os processos das políticas públicas educacionais e dos tratamentos dispensados para a EPT decorrentes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, que estruturou a educação profissional e tecnológica com suas alterações diretas e desdobramentos. No que concerne à educação profissional e tecnológica as principais mudanças foram introduzidas pelo decreto 2.208/1997, decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 e lei nº 11.741 de 2008.

2.1 Histórico e políticas públicas de educação profissional no Brasil e a relação entre ensino médio Integrado na perspectiva de formação omnilateral

O contexto histórico da educação profissional no Brasil abarca um recorte temporal bastante extenso, inicia-se com a assinatura do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909 pelo então presidente Nilo Peçanha autorizando a criação das “Escolas de Aprendizes e Artífices” (MEC, 2022)⁵. Desde então até os dias atuais várias leis, decretos, portarias, pareceres e resoluções foram promulgados pelos governos federais e congressos nacionais vigentes, a fim de regulamentar a EPT.

A modalidade de ensino denominada Educação Profissional foi prevista na LDBEN 9394/1996: “[..] A Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, a ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva [...]”. (BRASIL, Lei nº 9394, 1996, p. 20). Regulamentada na LDBEN 9394/96 na seção V, capítulo III, nos artigos 39, 40,

⁵ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em 23 mai. 2022 às 18h.

41 e 42. Desde sua normatização sofreu acentuadas considerações, foram revogados e incluídos vários dispositivos constitucionais em seu texto original num evidente processo de luta de classes e interesses.

As inquietações acerca da LDBEN nº 9.394/96, no que concerne à educação profissional e tecnológica começam pelo número reduzido de artigos e capítulos dentro da seção V, estratégia esta questionada por Moura (2007), segundo o autor isto não acontece de forma inocente ou desinteressada, ora, para definir os rumos de uma educação que abrange o trabalho, a ciência e a tecnologia parece ser uma forma minimalista, precarizada e desvinculada das etapas da escolarização preparando mesmo para o exercício do trabalho produtivo para atender aos fins mercadológicos. Condições estas refletidas em formações fragmentadas e aligeiradas, sobrepondo os interesses políticos e empresariais aos interesses coletivos.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 estabeleceu no título V, capítulo I, a composição dos níveis, Educação Básica e Ensino Superior, da educação de ensino da seguinte forma: “I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – educação superior” (BRASIL, 1996). Sendo assim a educação profissional e tecnológica não entra nesta categoria, ou seja, não é apresentada como um nível de ensino.

O ensino médio é tratado na seção IV, mas a educação profissional não aparece vinculada diretamente ao mesmo. No que concerne à Educação Profissional e Tecnológica é apresentada na seção V, capítulo III, desvinculada da educação básica, ela não aparece integrada a nenhum dos dois níveis de ensino, nem a educação básica e nem ao ensino superior, mas sim como uma modalidade de ensino em um capítulo separado, o que na concepção de Schwartzman (2016) a coloca em uma situação de “não sistema educacional”, ou seja, ela está mais relacionada ao sistema de trabalho produtivo do que a um nível educacional integrado com o ensino regular.

Vale ressaltar que para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 ao fixar suas diretrizes não propôs a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no âmbito do trabalho como princípio educativo, nem tampouco a politecnia que é a “união de formação intelectual e trabalho produtivo” (SAVIANI, 2003, p. 145) e a integralidade do ensino, sendo assim, não contribuiu para a mitigação mercadológica e capitalista e nem mesmo refrear as

desigualdades sociais e culturais brasileiras, para assim educar de acordo com o contexto sociopolítico, científico, cultural e tecnológico do país.

Logo de início percebeu-se a fragilidade da nova lei com relação a EPT que mantinha a dualidade entre educacional profissional e ensino médio, formação técnica e geral já na própria redação da lei, não atendendo aos princípios de formação integral assim criticado por vários autores e não cessando os debates acerca da EPT.

Essa perspectiva de formação integral foi perdendo-se gradativamente em função da mesma correlação de forças já mencionada anteriormente ao se tratar do embate entre educação pública e educação privada. Desse modo, o texto finalmente aprovado pelo Congresso Nacional em 1996 consolida, mais uma vez, a dualidade entre o ensino médio e a educação profissional (MOURA, 2007, p.15).

O texto do artigo 39 que definia a educação profissional como condutora “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996), remeteu ao histórico trabalhista para atender as demandas industriais e aos interesses econômicos e políticos, as “aptidões” são reflexos de disputas hegemônicas. Talvez pelos questionamentos incitados acerca da redação e dos conceitos e concepções gerais, a lei nº 11.741/08, quase 12 anos depois altera a redação do art. 39 para “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”.

Mediante os estudos observa-se o caráter paradoxal da Lei nº 9394/96 que ao mesmo tempo em que promove avanços, pois de acordo com o Ministério da Educação (MEC) (2009), a referida lei buscou promover a inclusão social apresentando uma intervenção crítica para a superação do assistencialismo e preconceito social que se visualizava nas primeiras legislações brasileiras no que concerne a EPT, mas mantém ranços da “concepção produtivista da educação” (SAVIANI, 2005, p. 20). Foram acrescentadas e definidas inovações, entretanto ainda insuficientes para o desenvolvimento da reestruturação eficaz da educação profissional e tecnológica com os níveis de ensino os quais ela deveria não estar articulada, mas sim integrada literalmente.

Aproveitando-se da brecha deixada pelo texto do art. 40: “a educação profissional será desenvolvida em **“articulação”** com o ensino regular **ou** por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no

ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996, grifo nosso), o decreto nº 2.208/1997 foi oficializado deixando a alternativa de que as instituições de ensino formais não ofertassem o ensino profissional na esfera pública podendo estendê-la para espaços não formais, cursos livres ofertados por empresas que buscam aumentar seu contingente, agências formativas, organizações não governamentais (ONGs), etc.

Além disso, a palavra “articulação” parece distanciar a EPT do ensino regular, como se fosse uma ação esporádica, ele ainda determinou a separação obrigatória entre ensino médio e técnico, assegurando em seu art. 5º: “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 2008).

Na nova regulamentação propiciada pelo decreto 2.208/1997 a educação profissional passa a ser dividida por níveis:

Art. 3º A educação profissional compreende os seguintes níveis: I – básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; II – técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto; III – tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997, p. 01).

Nas palavras de Saviani (2008, p. 153) o decreto nº 2.208/1997 estabeleceu “a desorganização do ensino, a queda da qualidade e a desmotivação dos professores”. O ensino médio passou a ter um cunho propedêutico e o ensino profissionalizante podendo ser ofertado concomitante ao ensino médio, mas com matrículas e currículos separados na mesma instituição de ensino ou em outra, podendo também ser oferecido aos concluintes do ensino médio.

De acordo com Moura (2013) as duas possibilidades de articulação do ensino profissional e ensino médio, subsequente (após a conclusão do ensino médio) e concomitante (realizado juntamente com o ensino médio) provocaram várias críticas por parte dos defensores da educação politécnica, pois devido à separação apresentada, não se visualizava ainda o ensino integrado. Neste contexto Leher (1999, p. 131) reforça que estas duas formas de oferta contribuem para “[...] um rude empobrecimento científico e humanístico do currículo, em nome de uma abstrata e populista valorização da competência e da habilidade”.

Por outro lado, “o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a travessia para uma nova realidade” (FRIGOTTO, CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 43). Esta última é a formação almejada e que pode contribuir para a transformação social atrelada aos interesses coletivos, educação esta que ainda não efetivada nas várias esferas das instituições de ensino formais, sejam elas, federais, estaduais ou privadas, por isso ainda precisamos avançar.

O decreto nº 2.208/1997 instituiu a reforma da educação profissional, em uma posição neoliberal instituiu a separação entre o ensino médio e a educação profissional propiciando formas fragmentadas, desintegradas e aligeiradas de Educação Profissional em função das alegadas necessidades do mercado, durante sua vigência houve a desarticulação da oferta da educação profissional no Brasil com a educação média privilegiando a educação tecnicista. Tal decreto representou um retrocesso histórico no que concerne à integração entre ensino médio e educação profissional anteriormente iniciada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024/1961 e por isso foi revogado.

De acordo com Frigotto (2003) o decreto nº 2.208/97 estava associado aos organismos internacionais vinculados ao mercado de trabalho, como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pois em 1995 o Banco Mundial teria recomendado por meio de diretrizes políticas uma maior participação do setor produtivo, público e privado na oferta da educação profissional, com isso privilegiou a redução de custos com a oferta do ensino médio público propedêutico e omitindo-se do ensino profissional, delegando-o para a iniciativa privada.

Na sua essência a educação neste período trazia o desenvolvimento da certificação sem, no entanto, atentar para a qualidade dos cursos. Reflexos estes oriundos do regime Militar que vigorou entre 1964 e 1985 cuja ideologia era o incentivo aos cursos profissionalizantes que preparavam para o mercado de trabalho de forma aligeirada devido ao período de consolidação da industrialização, que precisava de mão-de-obra qualificada e ao processo de modernização do país subordinado ao capital internacional que era injetado no país.

Antes de qualquer coisa, não devemos perder de vista a aliança feita entre o Estado Brasileiro e o capital estrangeiro. As alterações ocorridas no cenário educacional foram, em grande medida, para alimentar o capital e suprir as demandas do mercado. O Brasil estava inserido em uma conjuntura mundial, ditada pelo capital estrangeiro, numa busca desenfreada para legitimar o capitalismo e as ações do mercado, que passava pela conhecida crise de 1970, a denominada crise estrutural do capital (CARLOS, 2018, p. 84).

Nesse contexto, favoreceu as empresas nacionais e internacionais e o regime de acumulação flexível do capital, caracterizada por Harvey (2011, p. 148) como “[...] crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. [...] permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado”.

Foi a partir da origem do Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 que regulamentou o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e fez o reconhecimento, ainda que discreto, da formação integrada e politécnica que se constitui no “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno” (SAVIANI, 1989, p.17), contribuindo para os debates acerca dos ideários da educação profissional, buscando superar a oferta técnica, rápida, cursos baratos e elevar as condições para a integração da mão de obra e o intelecto nos currículos políticos e pedagógicos amparados pelos princípios do trabalho, ciência e cultura.

Apesar do Decreto nº 5.154/2004 representar um rompimento com o Decreto 2.208/97 não foi suficiente para extinguir a dualidade e propiciar a integração curricular entre as esferas educacionais regulares e a educação profissional, pois ainda mantinha em certa medida o ranço das disputas políticas e o contexto histórico da economia centrada nos interesses capitalistas.

O Decreto nº 5.154/2004 mantinha os moldes do decreto anterior no que diz respeito à realização da educação profissional concomitante ou subsequente, mas ainda assim foi um marco na educação profissional uma vez que contempla a forma integrada, revogou a separação entre o ensino médio e a educação profissional de ensino médio, delegou para as instituições de ensino a organização e opção pela estruturação da educação profissional podendo ser: integrada, concomitante ou subsequente, com isso as escolas passam a ter mais autonomia. As formas de articulação da educação profissional previstas no Decreto nº 5.154/2004 são:

1. Integrada (inciso I do § 1º do Artigo 4º): “oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno”. 2. Concomitante (inciso II do § 1º do Artigo 4º): “oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o ensino médio” e com “matrículas distintas para cada curso. 3. Subsequente (inciso III do § 1º do Artigo 4º): “oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio” (BRASIL, 2004).

É importante ressaltar que o Decreto nº 5.154/2004 alterou a redação da forma de estruturação e organização da Educação Profissional e Tecnológica prevista no Decreto nº 2.208/97 de “sequencial” para “subsequente”, porque era comum a relação com “cursos sequenciais” que são complementações de estudo podendo ocorrer de forma individual ou coletiva.

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 37), o Decreto nº 5.154/04 consolidou a base unitária e politécnica do ensino médio com foco no trabalho, ciência e cultura por meio da mediação entre a formação profissional específica e a articulação com diferentes níveis de ensino, inclusive reforça essa necessidade na educação de jovens e adultos contribuindo para a qualificação tanto para o trabalho quanto para a escolaridade do trabalhador, escolaridade esta orgânica e unitária amparada nos preceitos do trabalho, ciência e cultura, integrando as dimensões fundamentais da vida humana e a emancipação do homem enquanto sujeito social que age e interage com o meio.

A trajetória conflituosa das políticas públicas voltadas para a EPT tem sua continuidade na Lei nº 11.741 de 16 de junho de 2008, lei esta que altera vários dispositivos da LDBEN 9394/96, cria a seção IV-A “Educação Técnica de Nível Médio” relacionando esta modalidade de ensino diretamente ao ensino médio e passa a denominar o Capítulo III do Título V “Da Educação Profissional e Tecnológica”. A inclusão do termo “tecnológica” na denominação da educação profissional minimiza o caráter técnico da mesma, não a restringindo apenas aos cursos técnicos do ensino médio.

No que concerne à Educação Profissional a Lei nº 11.741/08 revoga o parágrafo único do artigo 41, do capítulo III, seção V: “os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados terão validade nacional” (BRASIL, 1996, p. 14), e altera o texto dos artigos 39, 41 e 42, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo único. (Revogado)

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, 1996, p.34).

Mantém a redação dada pelo Decreto nº 5.154/04 no artigo 40, haja vista que suas considerações são pertinentes às mudanças implementadas pela nova lei (11.741/08), “Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996, p. 34). Nela a educação profissional e tecnológica compõe o capítulo III como uma modalidade educacional.

A nova redação do artigo 39 “integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 2008, p. 31), contribuiu para a integração entre a educação profissional de nível médio, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica aos níveis e modalidades educacionais no que concerne ao trabalho, ciência, tecnologia e cultura e não apenas aos cursos técnicos voltados para o mercado de trabalho.

A Lei nº 11.841/08 foi um marco importante para história da educação profissional brasileira rumo a educação omnilateral e politécnica “centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação imediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012, p. 35), entretanto muitas contradições ainda se fazem presentes. Neste cenário de incertezas e desafios foi criada a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica com a criação dos institutos federais representando uma política pública voltada para todas as classes sociais.

As obras de Gramsci (2001) dialogam com a concepção omnilateral e com a escola unitária. Mas como é a formação pautada nestes preceitos? Antes de tudo faz-se necessário à definição destes termos, Gramsci (2001) esclarece que uma escola unitária está centrada no relacionamento entre trabalho intelectual e industrial sobre uma nova óptica, não focado apenas na escola, mas também em toda a vida social, nos organismos de cultura por meio de sua transformação e de novos conteúdos.

Já os processos voltados para a politecnicidade e formação omnilateral de acordo com Saviani (1989), estão relacionados ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Ou seja, é a capacidade de desenvolver diferentes tipos de trabalho compreendendo o seu caráter e a sua essência. Com isso o indivíduo tem um desenvolvimento multilateral abarcando todos os ângulos da prática produtiva moderna, não é mais um trabalhador adestrado que se encaixa no mercado de trabalho para atender apenas aos fins do capitalismo.

Para Kuenzer (2002, p. 9), “o ensino de nível médio se destaca dos demais como o nível de mais difícil enfrentamento ao longo da história da educação brasileira, em decorrência da sua dupla função: preparar para a continuidade de estudos e ao mesmo tempo para o mundo do trabalho”. A escola unitária busca a superação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, contextualizando teoria e prática, educação e cultura, condições estas determinantes para o empoderamento da classe trabalhadora que hoje se encontra mais heterogênea e multifacetada.

É inegável que ainda existem vários entraves para a concretização de uma formação omnilateral que forma o sujeito em suas amplas dimensões (física, mental, estética, moral) e da escola unitária tanto na EPT como nas redes de ensino de educação básica e ensino médio. As instituições de ensino ainda hoje, em pleno século XXI, apresentam características paradigmáticas da divisão de classes, a educação ainda não é para todos, o conhecimento ofertado é limitado uma vez que busca basicamente atender as necessidades da produção econômica que atendam aos interesses da classe dominante.

Em contrapartida Frigotto (2021) ressalta que, a rede dos Institutos Federais possui características singulares que permitem que o aluno tenha de fato um ensino de qualidade, entre elas:

Ele une dois elementos para construir uma educação de qualidade, os elementos materiais que são estrutura, envolve biblioteca, envolve espaço de

aula, salas de aulas decentes, que tenha espaço para arte, cultura, esporte, laboratório, etc., é uma base material. Existe a concepção, sem dúvida alguma, que seja uma escola de qualidade, assim, além dessa parte material, obviamente, fundamentalmente estão também a carreira do professor, a carreira do docente, o salário docente, enfim, a formação do docente, a grande parte tem no mínimo mestrado. E, portanto, já entra um segundo elemento, é o da concepção pedagógica (FRIGOTTO, 2021, p. 01).

A partir desse olhar indagamos: como alcançar esse desenvolvimento global integral e omnilateral? Schneider (2013, p.65) ressalta que “um ensino que atenda a essas concepções podem ser possibilitado pela proposição de um currículo integrado, ao conjugar uma relação entre partes e a totalidade, desafio histórico para a superação da dualidade da educação brasileira”. Esta integração conjuga o desenvolvimento de ações globais não apenas nas disciplinas teóricas e práticas, mas possibilita aos estudantes da classe trabalhadora uma visão da realidade que ultrapassa a aparência e que oferece a eles a oportunidade de transformá-la, assim como ampliar suas possibilidades e potencialidades, a fim de que todos tenham um perfil formativo indissociável.

Na próxima subseção, abordaremos os processos relacionados a criação da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica, observando a filosofia do modelo educacional vigente na rede federal de ensino, assim como as práticas pedagógicas efetivas, o currículo integrado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) das disciplinas teóricas e profissionalizantes e as definições de uma formação na perspectiva omnilateral e politécnica e também os impactos da divisão social do trabalho para a sociedade contemporânea.

2.2 Rede Federal de Educação profissional e sua relação com o mundo do trabalho

Esta subseção retrata os aspectos da Rede de Educação Profissional e tecnológica (EPT) no que concerne à lei de criação da mesma e dos Institutos Federais, a fim de compreender suas características e finalidades, assim como as práticas pedagógicas vigentes e os desafios da formação humana integral na perspectiva do currículo integrado nos cursos ofertados.

O tema recorrente é a relevância de um currículo para além do prescrito, que não haja espaço para a polissemia do trabalho como construção histórico-social de dominação de classes amparada pela divisão entre formação geral e profissional.

Para tanto serão debatidos os conceitos destes termos, as práticas pedagógicas contemporâneas na rede federal de ensino e a relevância da disciplina de Língua Portuguesa neste contexto.

A rede federal de ensino foi uma conquista da sociedade brasileira rumo à educação integral, politécnica e omnilateral, características estas determinantes para a emancipação humana e minimização da divisão de classes controlada pelo capitalismo. Entretanto os desafios para o empoderamento⁶ das classes menos favorecidas economicamente no campo da cultura e trabalho ainda são grandes, sua integralidade ainda é uma perspectiva aparente.

Os Institutos Federais de Educação Tecnológica têm sido um diferencial no que concerne aos processos educativos e por isso podem ser considerados como divisores de água, pois constituem-se na maior política pública de educação hoje no Brasil devido a sua interiorização e incorporação do público jovem e da classe trabalhadora, tanto do campo quanto da cidade. Muitos deles jamais teriam acesso a uma escola de qualidade se não fosse por esta política (FRIGOTTO, 2021). Entretanto, a essência da problemática educacional ainda não se encontra descolada desta rede de ensino, os embates das políticas educacionais, as intencionalidades de poder ainda apresentam as contradições do discurso da hegemonia dominante.

A rede federal de educação visa intervir na realidade brasileira na perspectiva da melhoria de qualidade de vida da população de modo geral por meio do acesso ao conhecimento de qualidade e excelência, por isso sua função social é extremamente relevante. Legitimada a partir da Lei de Criação nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008, p. 22).

Com a promulgação desta importante lei foram criados os Institutos Federais, como é o caso do IF Goiano de Ceres, com a finalidade de ofertar educação

⁶ Acto ou efeito de dar ou adquirir poder ou mais poder. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/empoderamento>, acesso em 25 de mai. 2022.

profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, dando ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional equiparado as Universidades Federais (BRASIL, 2008).

O diferencial que estas instituições de ensino fazem em seu *lócus* é evidenciado pelos índices de aprovação, desempenho e desenvolvimento do seu público alvo, formado pelas mais variadas classes sociais, raciais e econômicas, uma vez que visa democratizar o ensino público e torná-lo acessível a todos sem distinção. De acordo com a página do MEC (*online*) a rede federal segue as determinações da Lei nº 12.711/12 que determina que 50% das vagas seja para alunos oriundos integralmente do ensino médio público, sendo que deste percentual a metade deve ser destinada a estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 salário mínimo e meio per capita. Em ambos os casos, ainda são levados em conta o percentual mínimo ao da soma de pretos, pardos e indígenas.

A evolução histórica da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica aponta para uma tendência de superação da concepção de Educação Profissional enquanto opção para os 'desvalidos'. Por outro lado, o "reconhecimento da importância deste ramo da educação para e pela sociedade brasileira não apagou outra marca que acompanha a evolução desta Rede: a dualidade estrutural, que tem sido negada e afirmada ao longo de mais de um século (TAVARES, 2012, p. 16).

A partir dos pressupostos definidos na Lei nº 11.892/08 os Institutos Federais, doravante denominados IFs, passam a ofertar Educação Profissional de nível médio prioritariamente de forma integral tanto para os concluintes e ingressantes do ensino médio quanto para a Educação de Jovens e Adultos. Oferecem cursos de formação inicial e continuada, realizam pesquisas aplicadas, desenvolvem atividades de extensão, educação superior (licenciatura e bacharelado), pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu* de mestrado e doutorado, buscando sempre a geração e inovação tecnológica nas diferentes áreas de conhecimento (BRASIL, 2008).

Entretanto, ao que parece as leis e diretrizes não tem materializado os direitos sociais e educacionais, elas precisam sair do papel, a obrigatoriedade da oferta do ensino público gratuito ainda está permeado por ideologias capitalistas e pela divisão de classes. Até aqui os discursos acerca da formação humana integral sistematizada apontam para a indissociabilidade curricular das categorias tecnologia, trabalho, cultura e ciência, a fim de transformar o atual sistema diviso das forças produtivas e

das capacidades humanas culturais, sociais e intelectuais, mas ainda existem barreiras intransponíveis para sua concretização.

As peculiaridades regionais e locais “[...] indicam a grandeza e a variedade de situações que podem ser encontradas nas redes de ensino, o que demanda maior necessidade de organização e orquestração das ações da gestão educacional no país para efetivar o direito à educação” (MACHADO, 2018, p. 57), daí a relevância da luta em prol de um ensino médio que esteja amparado nos preceitos defendidos pelos Institutos Federais, que podem até não serem os ideais haja vista que ainda existem barreiras a transpor, mas que hoje são os melhores na oferta do ensino médio público qualitativo.

Diante do exposto observa-se que os Institutos Federais são reconhecidos socialmente, mas existem adversidades que comprometem a democratização e a qualidade do ensino ofertado, adversidades estas que podem ser minimizadas por cursos de formação continuada, uso de metodologias ativas e interdisciplinares, textualização do binômio teoria/prática, promoção de debates e pesquisas na Educação Profissional e Tecnológica a fim de suprir as fendas existentes e cumprir efetivamente seu propósito formativo.

A expansão da rede federal de educação em todo o país acontece em um ritmo frenético. De acordo com a página do Ministério da Educação (MEC)⁷ até o ano de 2019, já eram mais de 661 unidades vinculadas a 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II⁸.

Ainda de acordo com a página do Ministério da Educação (MEC), a rede federal foi instituída pela reunião de um conjunto de instituições abaixo relacionadas:

- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais);
- II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

⁷ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em 27 mai. 2022 às 08h45min.

⁸ Criado em 1837, o Colégio Pedro II é uma instituição pluricurricular e *multicampi*, que atua na oferta de educação básica (ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio), licenciaturas e pós-graduação. Soma-se a este eixo de atuação as ações na área da pesquisa e da extensão promovendo a integração do ensino com as demandas da sociedade. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em 27 mai. 2022 às 08h45min.

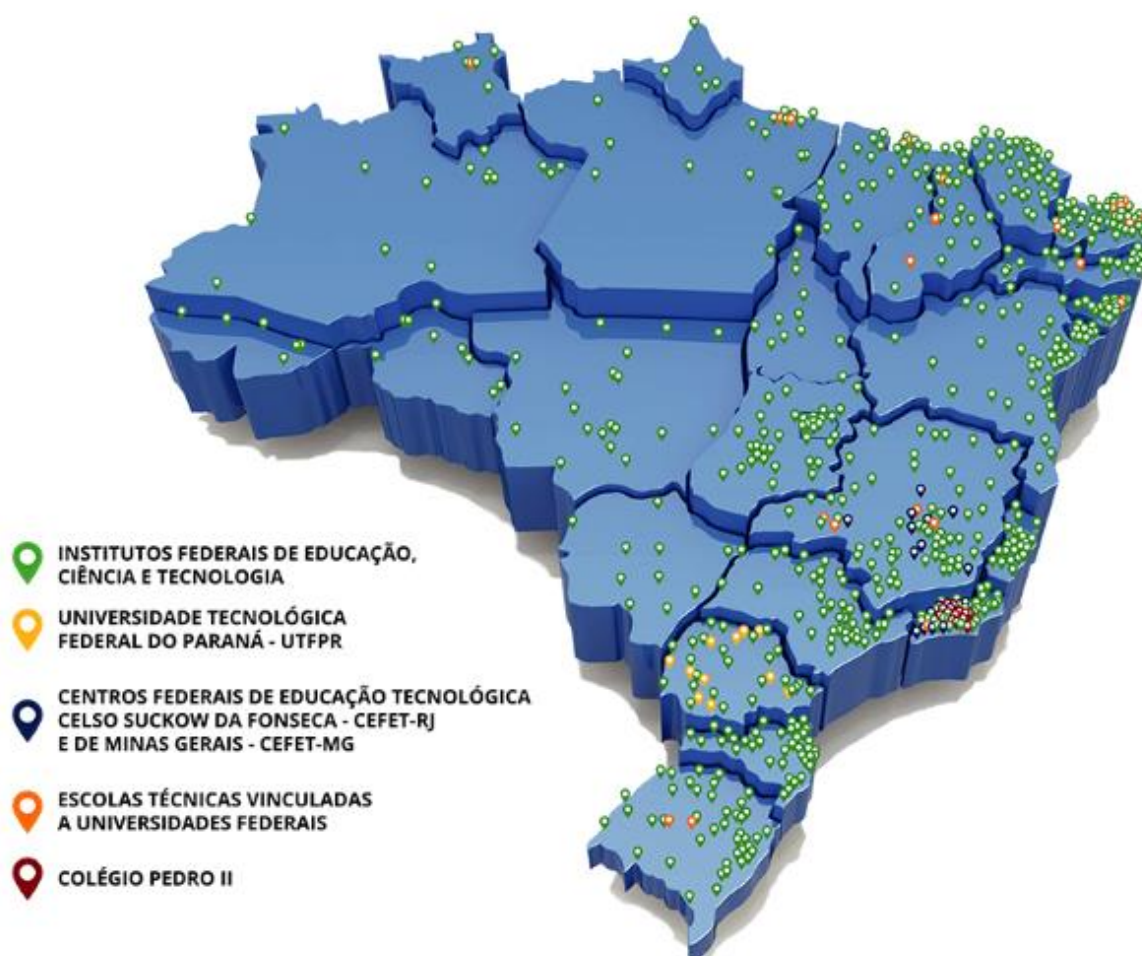
III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG);

IV - Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais;

V - Colégio Pedro II.

É importante ressaltar que no caso específico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – IF – Goiano, criado na mesma data e pela mesma lei que legitimou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Lei nº 11.802/2008, conta com a integração de três autarquias, sendo elas: Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde, Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí e a Escola Agrotécnica Federal de Ceres.

Figura 01: Mapa da Rede Federal de Educação no Brasil.



Fonte: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>

A rede do IF Goiano possui 9 *campus*, sendo eles: Campos Belos, Posse, Ceres, Cristalina, Iporá, Morrinhos, Rio Verde, Trindade e Urutaí, além de mais três *campus* avançados: Catalão, Hidrolândia e Ipameri, sendo que o *Campus* de Rio Verde é um polo de inovação⁹. A reitoria fica situada na capital do estado, Goiânia.

Estes *campus* buscam desenvolver políticas educacionais voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica preferencialmente no sistema integral, contam com alojamentos, laboratórios, professores especializados (a grande maioria mestres e doutores), “na rede federal, 40,59% têm mestrado, 33,03% possuem especialização e 12,54%, doutorado” (CENSO ESCOLAR, 2020, *online*)¹⁰. favorecendo um ensino pautado nos ideais de excelência de países de primeiro mundo. Para tanto apresentam uma base na integração/articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos garantindo assim um transitar entre teoria e prática vislumbrando uma práxis pedagógica revolucionária.

O modelo de ensino ofertado pelos IFs objetiva atender a todas as especificidades e ao público em geral sem distinção, alunos egressos de escolas públicas e privadas, índios, quilombolas, dentre outros, condições estas que contribuem para a democratização do ensino, assim como o acesso e a permanência de grupos menos favorecidos. Compromissado com a transformação social na perspectiva da construção da cidadania e da vivência mais democrática, justa e igualitária.

Gramsci (2021), ressalta a importância da escola unitária, escola esta que defende a emancipação humana especialmente no mundo do trabalho. Defende também o estudo coletivo como princípio para a transformação social, comum a todos e única, assim como a educação tecnológica ou politécnica, termos sinônimos usados por Marx (MANACORDA, 2021), que é voltada para todas as dimensões humanas contribuindo para o desenvolvimento do ser livre, crítico e autônomo e para a superação da divisão social de classes.

⁹ Seu objetivo é gerar soluções inovadoras por meio de pesquisa aplicada à solução de problemas reais enfrentados pelas empresas do setor, além disso, ter vocação em uma área e laboratórios para executar projetos, para atuar na inovação, captar e gerenciar projetos, e entregar produtos desenvolvidos.

¹⁰ Disponível em: <https://observatorioept.org.br/acontece/dia-do-professor-docente-de-ept-abre-a-porta-para-o-universo-productivo>. Acesso em 27 mai. 2022, às 11h06min.

O ensino médio não tem garantido a efetivação do acesso e permanência de acordo com os preceitos constitucionais (MACHADO, 2018), o sucesso ainda não é uma realidade para todos, neste sentido Moura (2018) ressalta o diferencial dos Institutos Federais, pois a questão orçamentária contribui para que a rede federal de educação ofereça condições de funcionamento mais amplas, uma vez que são equipados com laboratórios, bibliotecas, espaços para atividades culturais e artísticas, exigência de exclusividade docente e formação continuada, o que garante maiores condições de acesso à educação de qualidade.

É importante ressaltar que os Institutos Federais apresentam um modelo de ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica ímpar, por isso é reconhecido pela qualidade e diversidade do ensino ofertado, sempre buscando atender as demandas regionais e locais assim como os ensejos da população.

São muitos os desafios para se alcançar uma educação emancipadora, pois os preceitos ideológicos da rede federal se esbarram em demandas preconizadas por políticas públicas e mecanismos formais, como por exemplo, os processos seletivos que contribuem para a redução do ingresso das classes trabalhadoras a esse ensino. Por mais que existam políticas de acesso e permanência é impossível omitir o favorecimento do capital cultural das classes mais favorecidas nas oportunidades educacionais, “tornar-se aluno dessas escolas não é fácil, pois a concorrência nos processos seletivos é elevada, uma vez que a quantidade de vagas que podem oferecer é muito menor do que a demanda” (BRASIL, 2007, p. 26).

O ensino nos IFs apontam para a relevância de uma educação politécnica¹¹ para a superação da fragmentação curricular ainda vista nas diferentes modalidades de ensino, assim como a dualidade estrutural nos cursos do ensino profissional devido à separação entre o ensino técnico e científico, teoria e prática, nesta concepção a educação não é mais um privilégio dos filhos dos ricos, mas também a classe pobre e trabalhadora tem acesso igualitário ao conhecimento e se aproxima dele de acordo com sua experiência em um processo dinâmico.

¹¹ A concepção de ensino e formação politécnica é, antes de tudo, uma crítica radical ao projeto excludente, elitista e diferenciador do ensino e da formação, desenvolvido na sociedade capitalista (FRIGOTTO, 1991, p. 270).

Neste contexto a rede federal de Educação Profissional e Tecnológica, tem muito a ensinar e a contribuir acerca da educação profissional. A perspectiva do integrado é a prova mais contundente de que esta é a qualidade da educação desejada universalmente e isso pode ser percebido nas estatísticas, pois os institutos se colocam num padrão da melhor qualidade internacional, acima até de países desenvolvidos, inclusive, como vemos em algumas avaliações (FRIGOTTO, 2021). A relação dialógica entre os IFs e a realidade local e regional colabora para a inclusão de agentes e intervenções arrojadas nas mais variadas singularidades.

A educação da rede federal tem sido um expoente, pois busca a emancipação humana mediante um ensino voltado para o preparo e desenvolvimento do trabalho intelectual amparado pela ciência e pela cultura. Entretanto faltam investimentos para a concretização deste trabalho e provavelmente uma relação mais dialógica entre as áreas do conhecimento.

Nesta perspectiva questiona-se: como exigir este trabalho integrado de profissionais que foram formados nos moldes tradicionais? Iniciar este debate e propor estudo, especialização e aprofundamento nesta área são possíveis soluções, não só para as escolas públicas estaduais, municipais ou privadas, mas também no âmbito da rede federal de ensino, pois as percepções e concepções dos docentes acerca das práticas educacionais não são diferentes dos que atuam nas outras esferas, a nódoa da fragmentação curricular está presente também na rede federal.

É notório que os Institutos Federais transformam a realidade de muitas pessoas e promovem um desenvolvimento local e regional evidenciado pelo número expressivo de alunos que buscam entrar nos cursos ofertados, o dinamismo, a atenção voltada ao público discente e docente, assim como a estrutura e a infraestrutura dos mesmos demonstram a seriedade do trabalho desenvolvido e do seu potencial.

Criamos uma instituição que não tem igual em nenhuma outra parte do mundo, que é aquela instituição que trabalha em todos os níveis de ensino, na verticalização, desde a formação inicial fundamental, no ensino médio técnico, graduação, pós-graduação, entre outras modalidades de ensino. Através de um processo de verticalização em que os professores utilizassem os mesmos equipamentos, os mesmos espaços comuns para todos os cursos, criando itinerários formativos que permitissem que um jovem, que um trabalhador, se tivessem talento e vontade de seguir seus estudos e ter, além dos cursos técnicos, fizéssemos estudos na graduação, mestrado ou doutorado, seguindo a ideia de verticalização. Então, na sua origem e na sua concepção, eles se diferenciam. E, fundamentalmente, considerando que os

cursos e os alunos estão em uma íntima relação com os arranjos produtivos locais, no qual os campi são instalados (RIGHES, 2021, p. 05).

A educação profissional sempre esteve associada ao mundo do trabalho visto seu papel na formação de profissionais e por isso sua relação com as classes menos favorecidas é mais estreita. Para dar início ao debate acerca do tema trabalho faz-se necessário analisar a sua definição, “trabalho é uma atividade profissional, regular, remunerada ou assalariada, objeto de um contrato trabalhista” (MICHAELIS, 2020, *online*), neste contexto o trabalho é visto como uma ação fragmentada e mecanicista características estas que remetem ao período da revolução industrial e que permeou os espaços trabalhistas por mais de 30 anos.

Entretanto Antunes (1999) traz uma visão do trabalho enquanto entidade contemporânea que remete a sua multiplicidade e amplitude que vão além do movimento operário, em que não exista mais espaço para o trabalho precarizado e mecanizado nos moldes do taylorismo/fordismo, baseados no controle das linhas de produção a fim de atender aos objetivos do capitalismo. Para o autor o trabalho precisa se relacionar com o sentido da vida para que o indivíduo se realize plenamente, daí a relevância de um trabalho autônomo e livre que contribua para a humanização e emancipação, permitindo assim uma relação dialógica entre trabalho e liberdade.

Na perspectiva neoliberal o trabalho é para alguns a fonte de acumulação de bens e para outros uma fonte de sobrevivência, o que aumenta os desafios da divisão de classes em uma sociedade economicamente capitalista, gerando com isso uma competitividade obsessiva devido à insegurança empregatícia e permanência no mundo do trabalho, pois nem sempre o trabalhador realiza funções que irão garantir a sua realização enquanto profissional, mas apenas lhe garantir o sustento e suprir necessidades vitais (ANTUNES, 1999). Nos moldes da formação omnilateral o trabalhador não deve ter apenas a destreza manual em uma determinada profissão, mas que essa destreza esteja aliada a inovação, autonomia, trabalho em equipe, criatividade e realização profissional.

Em uma luta contra hegemônica, Frigotto (2009) aponta a escola como determinante para a superação do capitalismo instaurado no país há tempos e da emancipação humana. Uma educação geral, omnilateral ou politécnica contribuirá para o rompimento de uma sociedade dual que divide a ideia de trabalho em duas dimensões, sendo uma delas ontológica, se relaciona ao princípio educativo, e a outra

ao trabalho alienado mediante a subordinação ou subsunção real. É isso que o estudante precisa encontrar na rede federal de educação profissional.

O tema da formação integrada, remetido ao conceito de politecnia, tem sido objeto de polêmica e de divergências quando se trata de pensar a educação articulada ao trabalho como instrumento de emancipação humana na sociedade capitalista (CIAVATTA, 2012, p. 189).

Saviani (2007) ressalta a ideia de que o homem é um ser histórico assim como trabalho também é histórico e não obstante a relação entre trabalho, educação e os sistemas produtivos, entretanto houve uma separação entre estes elementos, trabalho/educação/homem, ou um distanciamento entre seus princípios e relações, e foi este distanciamento que provocou as transformações no campo social e econômico, pois o trabalho deixou de ser uma atividade natural da essência humana para atender a tarefas específicas de uma determinada época.

Por que esta separação se inicialmente o modo de produção era comunal ou baseado no comunismo primitivo? Não havia separação de classes e a educação acontecia de modo gradativo com a evolução da vida, mas o homem não vive sem o trabalho e este não é inato, para ele se desenvolver o homem precisa agir sobre a natureza transformando-a de acordo com suas necessidades.

Esta ruptura entre trabalho e educação ocorre devido ao desenvolvimento da produção e apropriação privada da terra incidindo assim à divisão de classes, que os proprietários lucram com o trabalho dos não proprietários e estes últimos sobrevivem dele. Esta divisão de classes abrange conseqüentemente a educação que passa a ser centrada nas atividades intelectuais para a classe dominante e nos exercícios físicos ou militares para a classe dominada, separando claramente a educação do trabalho (SAVIANI, 2007).

A educação deixa de ser espontânea e passa a ser instrumentalizada sendo que uma classe dispõe de tempo suficiente para se dedicar aos estudos, enquanto a outra precisa conciliar trabalho e educação e ainda atender aos fins do capitalismo que vem tomando proporções cada vez maiores. Pode-se com isso perceber que o feudalismo e a escravidão foram às primeiras manifestações explícitas da divisão do trabalho e da educação, promovendo uma evolução histórica da separação entre o trabalho intelectual e manual que se estende até a sociedade contemporânea (SAVIANI, 2007).

A escola não deve deixar de contribuir para a formação para o trabalho, até porque ele faz parte da essência humana, mas que essa formação aconteça gradativamente até que o aluno realmente escolha uma profissão mediante sua apropriação da cultura científica e tecnológica. Esta é a integração curricular necessária, uma relação dialógica com o produto da escola: o aluno.

Na próxima seção serão apresentados os percursos metodológicos usados para o desenvolvimento da pesquisa, ou seja, as etapas, os instrumentos de coleta de dados, o *lócus* de investigação, as amostras e os instrumentos de análise de dados. Lembrando que os métodos e procedimentos aqui definidos para sua efetivação estão amparados pela revisão da literatura, estudo de caso, desenvolvimento e implementação do produto educacional, buscando com isso uma visão ampla e clara para os leitores deste a definição do problema de pesquisa até a obtenção dos resultados encontrados. Apresenta os sujeitos participantes da pesquisa e seus contextos de trabalho, vozes estas construídas em seus diálogos representativos nas entrevistas e questionários, pois foi neles que foram proferidos seus enunciados.

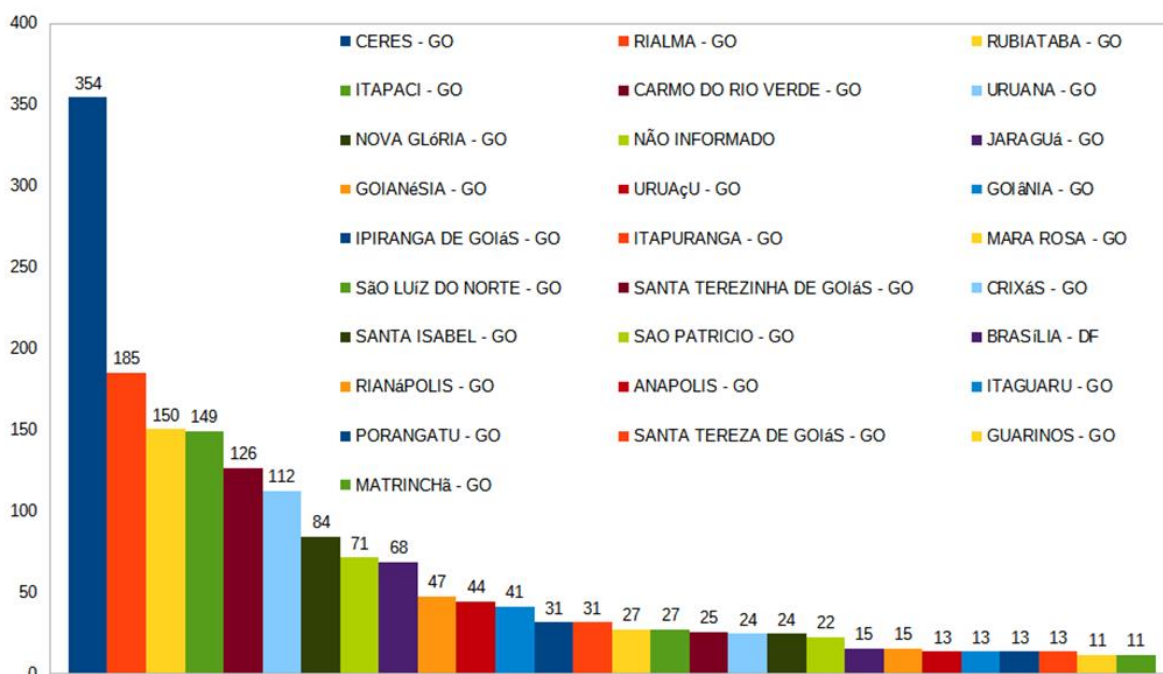
Informamos também sobre os trabalhos desenvolvidos em cada etapa no decorrer da pesquisa, assim como as dificuldades para o desenvolvimento da mesma e as estratégias que foram criadas para se chegar ao êxito dela. Retratamos o *lócus* de nossa pesquisa, Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres, desde a sua localização geográfica, infraestrutura, estrutura e instalação física dos prédios, os recursos humanos e pedagógicos, o perfil dos discentes e docentes, assim como os serviços dispensados a eles como alojamentos e refeições. Apresenta também os cursos ofertados e o histórico da instituição desde sua inauguração.

3 MÉTODO

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa, na qual Minayo (2002, p. 102) esclarece que “preocupamo-nos menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência, seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação”. Optou-se por desenvolver esta pesquisa em um espaço formal que é o Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres, por ofertar o ensino médio técnico integrado objeto de pesquisa desta investigação.

O Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres, *locus* dessa pesquisa está localizado na mesorregião do Centro Goiano, a uma distância de aproximadamente 170 km da capital Goiânia, é uma instituição de referência em ensino não só no Vale do São Patrício, mas em todo o estado de Goiás, uma vez que recebe alunos oriundos de vários municípios circunvizinhos, como: Ipiranga de Goiás, Carmo do Rio Verde, Rialma, Rubiataba, dentre outros, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 01 – Cidades com maior número de estudantes do IF Goiano – *campus* Ceres.

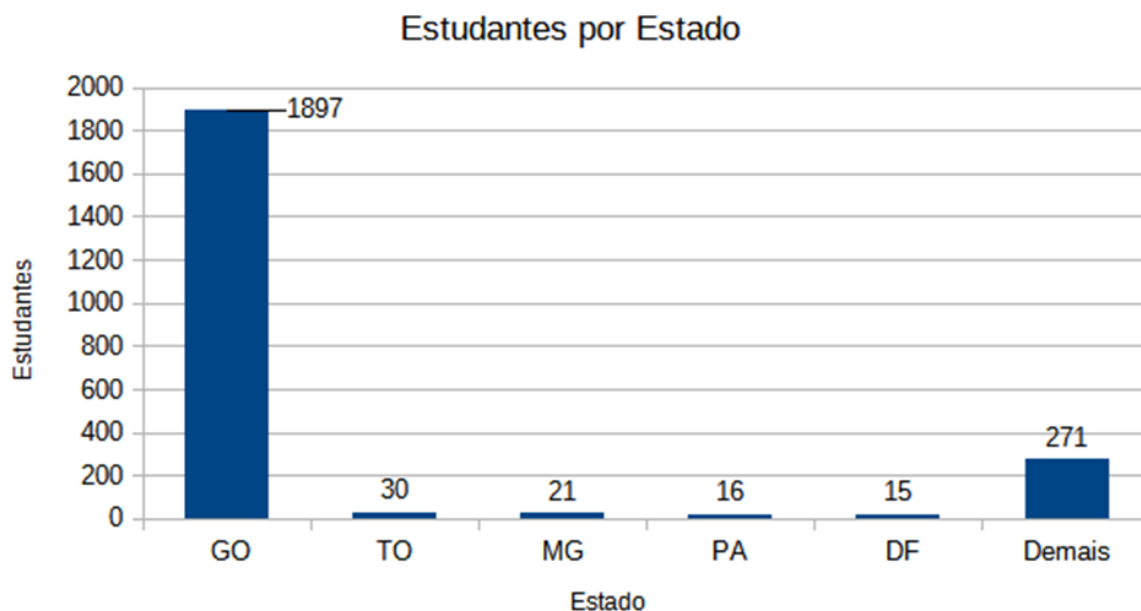


Fonte: Gráfico fornecido pela Secretaria de Registros Escolares do IF Goiano – *campus* Ceres em março de 2023.

Esta importante instituição de ensino recebe alunos não apenas de municípios vizinhos e do estado de Goiás, mas também de vários outros estados brasileiros reforçando com isso a confiança, compromisso e seriedade do ensino ofertado,

formando milhares de profissionais que atuam e atuarão em diferentes profissões e com isso contribuem com o desenvolvimento da região e de diversas partes do país.

Gráfico 02 – Números de estudantes por estado do IF Goiano – *campus* Ceres.



Fonte: Gráfico fornecido pela Secretaria de Registros Escolares do IF Goiano – *campus* Ceres em março de 2023.

Em Ceres o Instituto Federal Goiano (IF Goiano) oferta o ensino médio integrado, em 2 modalidades: integrada para aqueles alunos que concluíram o Ensino Fundamental e ingressam no ensino médio, conduzindo-o a habilitação profissional técnica de nível médio com matrícula única e também concomitante, para os alunos que concluíram o Ensino fundamental ou que já estejam cursando o ensino médio, mas com matrículas distintas para cada curso, ou seja, uma matrícula para o ensino médio e outra para o curso escolhido.

É importante ressaltar que estas condições estão previstas na Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, lei esta que regulamenta o ensino técnico. O campus Ceres do Instituto Federal Goiano é uma instituição federal e oferta cursos técnicos, integrados ao ensino médio, graduação e especializações há mais de 25 anos, os cursos são totalmente gratuitos. Pode ser constatado no mapa abaixo que o município de Ceres conta com vários municípios vizinhos podendo ofertar o ensino para os estudantes de diferentes localidades. Constantemente são organizados eventos com o intuito de debater e estudar as mudanças do Novo Ensino Médio a fim de que a

comunidade acadêmica se aperfeiçoe e lute contra a segregação da formação técnica como formação específica dissociada das outras disciplinas.

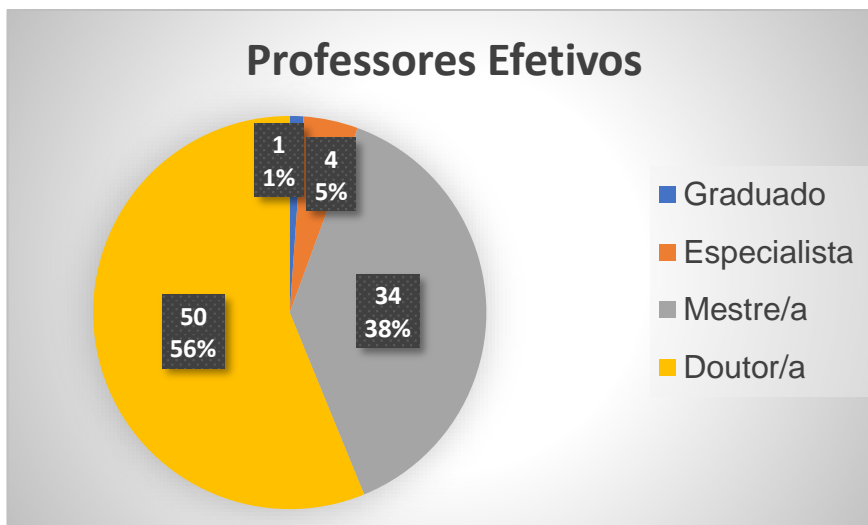
Figura 02 - Municípios vizinhos do *campus* Ceres.



Fonte: Palasios (2012, p.24).

O IF Goiano *campus* Ceres fomenta o setor agropecuário do Vale de São Patrício cuja principal atividade das propriedades é rural, mas oferece cursos em outras áreas também. Recebe os jovens que tem interesse em ingressar nas atividades exercidas contribuindo para o desenvolvimento da economia regional, pois considera o potencial do território do Vale do São Patrício e oferta o ensino considerando sua relevância social e econômica. As ações pautadas por este instituto têm um papel preponderante para as pessoas inseridas em seu meio, assim como: egressos, funcionários e demais pessoas locais.

O corpo docente do Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres é assim composto:

Gráfico 03 – Formação dos docentes efetivos do IF Goiano – *campus* Ceres/2023.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados no site do IF Goiano – Campus Ceres.

Os dados acima apontam que o corpo docente do Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres no que concerne à formação e atuação reflete as pesquisas apontadas até aqui, pois a maioria dos efetivos são mestres 38% e doutores 56%, o percentual de especialização é de 5% e apenas 1% só tem graduação. Entre os professores substitutos a realidade não é a mesma: graduados 30%, especialistas 40% e doutores 30%, entretanto o número de professores efetivos é bem superior 89 ao número de professores substitutos 10¹².

Estas condições da formação docente refletem no processo de ensino e aprendizagem, pois:

A atividade teórica que instrumentaliza a prática docente permite que futuro professor veja a escola com um novo olhar, dando-lhe o poder de rever, repensar, analisar e propor novas metodologias para a melhoria contínua dos resultados de suas ações, tanto no ambiente escolar quanto no ambiente da universidade (AZEVEDO; OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2008, p. 03).

Desse modo, Imbernon (1998) afirma que a formação permanente do professor deve elevar sua condição de avaliar o potencial e a qualidade da inovação educacional, desenvolver habilidades básicas de estratégias de ensino, do

¹² Esclarecemos ainda que as pesquisas realizadas no site do Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres com relação a formação docente dos 10 professores substitutos apontou que 3 (30%) são graduados, 3 (30%) são especialistas e 4 (40%) são doutores, ou seja, esses percentuais demonstram que com relação formação os professores substitutos estão aquém dos efetivos.

planejamento, diagnóstico e avaliação de acordo com as necessidades, além de contribuir para o desenvolvimento de competências que prepare este profissional para atuar em tarefas educativas voltadas para a diversidade, para o contexto dos alunos e se comprometa com o meio social, assumindo uma postura de compromisso e responsabilidade com o saber.

Um aspecto preponderante é que a formação docente e as práticas pedagógicas bem construídas são ferramentas que contribuem para o desempenho e a promoção dos conhecimentos teóricos significativos, que associados às experiências cotidianas promove processos educativos mais significativos, isto reflete positivamente nos métodos de ensino e aprendizagem, uma vez que articula os saberes técnicos e teóricos e contribui para a compreensão da complexidade das ações docentes.

A notoriedade dessa unidade de ensino é reflexo do trabalho de todos os profissionais que atuam na mesma, das construções físicas, recursos pedagógicos, condições de trabalho e da possibilidade que é oferecida aos alunos de estudarem em um local que ao mesmo tempo que os alavancam para ingressar no ensino superior os prepara para o desempenho de atividades profissionais específicas mediadas por aulas teóricas e práticas nos diferentes cursos técnicos ofertados na modalidade integral. Esta verticalização é muito importante, pois os alunos têm a oportunidade de em uma mesma instituição de ensino concluírem o ensino médio, graduação, especialização e mestrado. O IF Goiano – campus Ceres ainda não contempla o doutorado.

Devido as demandas regionais no ano de 2001 foram criados novos cursos: informática, agroindústria, agricultura e zootecnia e no ano de 2005 teve início também a oferta do curso de Meio Ambiente. Logo após em 2006 foi implantado o curso técnico integrado ao ensino médio da Educação de Jovens e Adultos – ProEJA na oferta de Agroindústria, e alguns anos depois ainda teve início o curso técnico em Manutenção e Suporte em Informática também na modalidade Proeja.

Sua estrutura física é bastante extensa com uma área de 192 hectares, espaço esse que comporta o núcleo administrativo onde foram construídos 3 pavilhões que ficam localizados, além dos departamentos administrativos, as diretorias, gerências de áreas, salas de professores, tecnologia da Informação e comunicação social. O IF Goiano campus Ceres conta com o maior complexo esportivo da região que envolve desde campo de futebol, quadras de areia e coberta, ginásio poliesportivo, pista de

atletismo, piscina semiolímpica e laboratório de práticas corporais, além de várias trilhas ecológicas.

Figura 03 – Visão panorâmica do IF Goiano – *campus* Ceres.



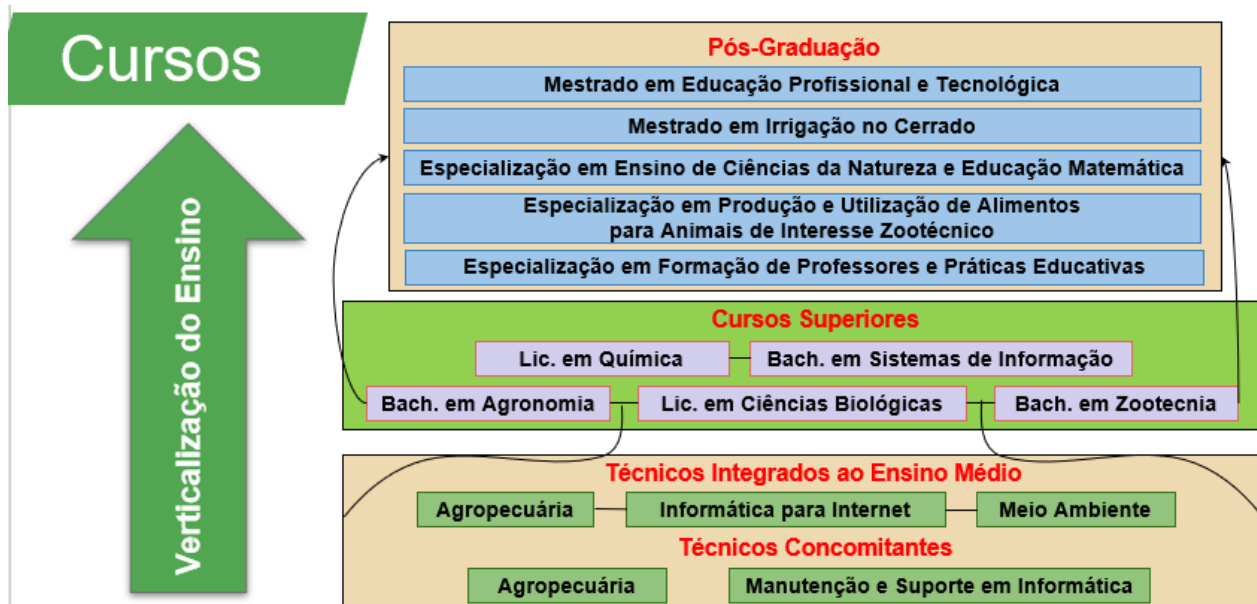
Fonte: Site do IF Goiano – *campus* Ceres, atualizado em novembro de 2019.

Faz-se relevante informar que nesse espaço funcionava anteriormente a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCe), inaugurada em 30 de janeiro de 1994, para atender as demandas socioeconômicas da região. Vários cursos foram ofertados, o primeiro deles foi o curso de agropecuária integrado ao ensino médio, curso este que após a reforma do ensino médio de 1998 amparada pelo decreto 2.208 passou a ser ofertado em concomitância com o ensino médio.

Como pode ser observado pelas considerações acima a Escola Agrotécnica Federal de Ceres - EAFCe foi uma instituição de ensino que contribuiu muito para o avanço educacional da região e para a diversidade educacional, até que a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 reestruturou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica transformando a então Escola Agrotécnica Federal de Ceres

no campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano ampliando ainda mais as modalidades educacionais oferecidas a população.

Figura 04 – Cursos ofertados no IF Goiano – *campus* Ceres.



Fonte: Figura fornecida pela Secretaria de Registros Escolares do IF Goiano - *campus* Ceres em março de 2023.

Diante disso em 2009 teve início novos cursos além dos já existentes, sendo estes: curso Técnico de Administração e Informática na modalidade ProEJA e a graduação de Licenciatura em Ciências Biológicas. Ampliando a rede de licenciatura, em 2010 implantou-se o curso de Agronomia e em 2011 Química e Bacharelado em Zootecnia. No ano de 2015 iniciou-se o primeiro curso de pós-graduação *Stricto sensu* do *campus* Ceres, Mestrado profissional em Irrigação no Cerrado.

No ano de 2016, inaugurou-se o curso superior de Bacharelado em Sistemas de Informação e a partir de 2017, dando continuidade à expansão dos cursos, iniciou-se também as pós-graduações de: Ensino de Ciências da Natureza e Educação Matemática, Produção e Utilização de Alimentos para Animais de Interesse Zootécnico e Formação de Professores e Práticas Educativas. E por último no ano de 2020, foi implantado o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ProfEPT, programa este ofertado em rede por diversos Institutos Federais.

O *campus* Ceres/GO é resultado do Plano Nacional de Expansão da Educação, de 2008, e antes disso era denominado de Escola Agrotécnica. A sua transformação em IF Goiano ampliou as vagas, os cursos e suas modalidades, passando a ofertar além do curso técnico em agropecuária, integrado e concomitante, cursos técnicos integrados em Meio Ambiente e Informática para Internet. [...] o campus recebe estudantes do norte do Goiás, sul do Tocantins e leste do Mato Grosso. De perfil variado, os estudantes dividem-se entre urbanos, principalmente dos municípios vizinhos a Ceres/GO, e os de proveniência rural como, por exemplo, estudantes quilombolas da comunidade Kalunga, do município de Cavalcante/GO, estudantes de assentamentos rurais e terra indígena, e estudantes filhos de trabalhadores rurais e agricultores familiares (PACÍFICO, 2020, p. 03).

O ensino médio Integrado (EMI) é uma modalidade de ensino da Educação Profissional e Tecnológica que “[...] busca orientar a educação tendo em vista a transformação da sociedade, posicionando-se contra a ordem existente” (SAVIANI, 2008, p. 08), em uma posição contra hegemônica, pois visa atender as demandas das classes menos favorecidas e trabalhadoras. Propicia ao docente uma formação geral e profissional técnica de nível médio e por isso seus currículos contemplam disciplinas técnicas e teóricas.

Os cursos técnicos integrados ao ensino médio são de Agropecuária, Informática para a Internet e Meio Ambiente e foram disponibilizadas 168 vagas para os mesmos, estes alunos fazem o curso com disciplinas do ensino médio e do curso técnico. Os cursos concomitantes são os de Agropecuária e Informática, com 70 vagas, abrange o público que estiver concluindo o ensino médio em outras escolas e por isso fazem somente o curso técnico no IF Goiano.

As aulas acontecem no regime presencial em período integral, matutino e vespertino, ou apenas em um período dependendo do curso, as aulas são práticas e teóricas e acontecem tanto na sala de aula quanto nos seus respectivos laboratórios. É importante ressaltar que o *campus* Ceres conta com 40 laboratórios diferentes, como: Biologia, física, desenho técnico, informática e a anatomia animal. Este é um diferencial do IF Goiano no que concerne ao ensino médio das outras instituições, pois nenhuma outra escola da região conta com tantos recursos quanto ele, muito menos com o número de laboratórios para pesquisas em diferentes áreas.

O ensino na rede federal, no caso específico do ensino médio do *campus* Ceres, é diferenciado das escolas da rede estadual e privada comuns, esse diferencial vai desde a estrutura física. Além disso, os alunos são desafiados a desenvolver a iniciação científica trabalhando em pesquisas orientadas pelo professor, inclusive para conclusão do ensino médio tem a exigência do Trabalho de Conclusão de Curso

(TCC) com o rigor científico dos cursos de graduação, exigência esta que normalmente não é requisitado nas outras esferas educacionais do ensino médio.

Outra atividade desenvolvida são os projetos de extensão que une a cultura e a ciência, os que são aprovados dão direito ao bolsista uma remuneração e ainda têm outros projetos com participantes voluntários, estes projetos estão diretamente relacionados aos cursos técnicos contam com professores coordenadores, coorientador(a)/colaborador(a) e estão atrelados a diferentes linhas de extensão, visando atender às demandas da sociedade, como por exemplo, produção animal, tecnologia da informação, alimentos, dentre outros.

Estas pesquisas e cursos além de atividades de formação consistem em desafios e oportunidades para os alunos apresentarem para suas comunidade e familiares o conhecimento adquirido e os resultados alcançados na concretização desses estudos. Diante do exposto observa-se que o processo de ensino e aprendizagem do ensino médio no Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres vai além da sala de aula, uma vez a formação técnica amparada com as aulas teóricas com ênfase na pesquisa e extensão deve contribuir para que o aluno ao concluir seus estudos tenha uma visão profissional mais abrangente.

Além disso a verticalização da instituição ainda propicia que esse mesmo aluno dê continuidade aos seus estudos no próprio campus, pois como já foi relatado aqui existem vários cursos de graduação e pós-graduações, cursos estes pensados especificamente para regiões interioranas que apresentam carências de profissionais qualificados.

No caso específico do Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres observa-se que tanto a estrutura física quanto os recursos humanos e pedagógicos favorecem a integração curricular, mas estas condições não são garantia desse tipo de trabalho, pois é preciso que toda comunidade escolar reflita como os processos educativos necessários, troquem experiências com seus pares, desenvolvam projetos articulados e façam a união das práticas profissionais às práticas sociais. Daí a relevância da Língua Portuguesa para a conexão com as demais disciplinas, uma vez que é para desenvolver o aprendizado em todas as disciplinas é preciso ler, escrever, interpretar, criticar, condições estas adquiridas no estudo da Língua Portuguesa e ampliadas e utilizadas em todas as áreas do conhecimento.

A EPT tem suas especificidades, os alunos precisam desenvolver a habilidade de escrita na norma culta¹³ e ampliar o seu repertório discursivo, condições estas exigidas no mundo do trabalho, para tanto de acordo com a área específica em que atuarão considerando as exigências profissionais, o uso específico de gêneros textuais é a possibilidade destacada para o trabalho integrado e interdisciplinar e adoção de práticas pedagógicas integradas que valorizem a leitura, escrita e oralidade de acordo com as necessidades dos sujeitos.

[...] professor que atua no ensino médio integrado lhe é exigido realizar uma integração de conhecimentos didático-pedagógicos, científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos; ao mesmo tempo que são exigidos conhecimentos e habilidades relativas às atividades técnicas de trabalho, além dos conhecimentos de produção, relativos ao curso técnico em questão. Essa complexidade continua nos cursos técnicos na forma subsequente, pois há um grupo heterogêneo de estudantes que já concluiu o ensino médio e agora almeja uma formação profissional e um reforço da formação obtida na educação básica, paralelamente ao desenvolvimento dos conteúdos específicos do curso escolhido (OLIVEIRA et al, 2017, p. 11).

O uso da Língua Portuguesa para fins específicos é necessário, mas não é fácil, é comum relatos de alunos afirmando que não gostam da disciplina de Língua Portuguesa, menos ainda de produzir textos, mas se estas atividades estiverem diretamente relacionadas com suas demandas este ensino será mais significativo e bem aceito. Estas condições deveriam acontecer desde os anos iniciais, mas a realidade é bem diferente, o ensino da Língua Portuguesa é permeado por exercícios repetitivos e descontextualizados, memorização, obrigatoriedade do uso da norma culta, estas condições contribuem para a aversão dos alunos com relação ao seu ensino. Esta realidade precisa ser revertida urgentemente!

O professor que amplia sua formação inicial com atualizações em pós-graduações e cursos de aperfeiçoamento tem um olhar mais abrangente, inovador, o que favorece a efetivação do currículo integrado com as disciplinas teóricas, aqui representada pela Língua Portuguesa, e as disciplinas práticas, entretanto é importante ressaltar que estes cursos e formações precisam estar atrelados à docência e também associados a sua área de atuação, não podem estar dissociados dela, caso contrário não atingirá os objetivos propostos. As formações revelam a

¹³ “A norma culta são as práticas linguísticas estabelecidas pela comunidade de maior prestígio na sociedade, sendo assim quem não detém o domínio dessas habilidades, automaticamente, ficará fora desse sistema” (NUNES et al, 2018, p. 9).

necessidade de envolver os alunos em suas aprendizagens, utilizar as novas tecnologias disponíveis e associar a teoria com a prática.

Após esta contextualização e discussão sobre o ensino médio do IF Goiano – *campus* Ceres é possível observar que ele não está livre dos desafios dos processos educacionais, pois mesmo diante de tantas ferramentas tecnológicas, pedagógicas, laboratoriais e infraestrutura, percebe-se que ter condições de ofertar um ensino de qualidade não é garantia dessa oferta, pois envolve muitas outras condições, o engajamento docente e discente nestas práticas, evasão e repetência muitas vezes causado pelo desinteresse do estudante pelo ensino, carga horária extensa dos professores e com isso muitas demandas para os mesmos, professores não licenciados para o trabalho na EPT, além de recursos financeiros insuficientes para o uso eficiente dos recursos.

Tudo isso acaba interferindo nos índices do aprendizado discente, mesmo diante das condições adequadas de trabalho e aprendizagem da rede federal de ensino, daí a relevância de metodologias ativas e a incorporação de ferramentas digitais na dinâmica da prática educativa, mas isto é uma questão também bastante complexa, pois demanda a proposição de ações formativas a fim de minimizar os impactos no processo de ensino e aprendizagem, o que reflete diretamente nos índices de desenvolvimento dos alunos.

Para buscar um norte, o professor pode se pautar, além do currículo de sua disciplina, pelo currículo das disciplinas da área técnica. Pode, dentro do possível, também, trabalhar de forma interdisciplinar com as disciplinas técnicas na produção de textos que pertencem ao contexto da formação profissional. Além disso, identificar as reais dificuldades dos alunos, por meio de uma Análise de Necessidades (AN), auxilia a estabelecer metas e buscar estratégias adequadas para facilitar o ensino de Português dentro do contexto da EPT (LIMA, 2017, p. 516).

Nesta concepção o ensino médio integrado não é somente um agrupamento de componentes curriculares da formação geral e profissional, mas sim a integração das dimensões que estruturam a vida humana e se relaciona com o trabalho a ciência e a cultura, trazendo novas perspectivas para os alunos e contribuindo para superação das desigualdades sociais. É também mais do que um ensino sistematizado de educação profissional, uma vez que integra as dimensões do trabalho e não apenas do mercado de trabalho, é a articulação do ensino médio e da educação profissional (RAMOS, CIAVATTA, 2012).

O desafio proposto pelos autores acima é complexo e demanda esforço grande de toda a equipe escolar a fim de identificar as forças e limitações enfrentadas no ensino contextualizado e com isso desenvolver métodos, técnicas e procedimentos para assegurar a qualidade do ensino com o favorecimento do processo de ensino e aprendizagem, a fim de que ele vá além do adestramento de profissionais para a execução de tarefas no mercado de trabalho, mas sim abarcando todas as dimensões da vida produtiva, seja ela, profissional, social, cidadã e humana.

Para o êxito da pesquisa desenvolvemos um estudo de caso de caráter exploratório, pois o objetivo principal foi a compreensão dos significados relacionados aos fenômenos estudados, por meio de técnicas de interrogação, a fim de aproximar a teoria com a prática e assim perceber como são trabalhados pelos docentes questões como a interdisciplinaridade, a integração curricular na disciplina de Língua Portuguesa e profissionalizantes, assim como as possíveis práticas de letramento e os impactos desta organização do trabalho pedagógico para a formação dos discentes nos cursos técnicos.

Segundo André (1999, p. 38-39) o estudo de caso é “um esquema aberto e artesanal de trabalho que permite um transitar constante entre observação e análise, entre teoria e empiria”. Observação e análise de um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes, entre as disciplinas teóricas e práticas, assim como os reflexos desta interação (ou não) nas práticas pedagógicas docentes e no processo de ensino e aprendizagem dos discentes, a visão dos profissionais acerca da relevância desta integração e os impactos das práticas educativas na formação discente.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que possibilita conhecer de forma aprofundada e minuciosa um determinado tema escolhido, Lakatos e Marconi (2003, p. 108) esclarece que é o “estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidade com a finalidade de obter generalizações”, este estudo possibilita uma ampla análise do contexto em que os sujeitos estão inseridos e com isso a compreensão dos fatores que interferem de forma positiva ou negativa na situação pesquisa, podendo assim contribuir com ações e estratégias assertivas para a melhoria da realidade.

Este estudo é relevante para esta pesquisa, pois irá possibilitar o contato direto com um grupo, que são docentes e discentes do IF Goiano – *campus* Ceres. A escolha dos discentes e docentes assim como do curso ocorreu em função do pressuposto de que o curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao ensino médio prepara o aluno tanto para formação geral quanto técnica, contribuindo para a formação de profissionais éticos, responsáveis e solidários.

Os convidados a participarem da pesquisa foram: 1 docente de Língua Portuguesa e os demais docentes das disciplinas profissionalizantes, que são: 1 docente das disciplinas de Estudo e Relatório de impacto ambiental e de licenciamento ambiental (as 2 disciplinas são ministradas pela mesma professora), 1 docente da disciplina de Análises, Tratamento de Água e Esgoto e 1 docente da disciplina de Administração e Empreendedorismo (4 docentes) e 36 discentes regularmente matriculados no curso de Meio Ambiente técnico integrado ao ensino médio em regime de tempo integral no Instituto Federal Goiano *campus* Ceres, sendo assim o público total da pesquisa foi de 40 participantes.

As principais áreas de atuação destes discentes ao concluírem o curso são:

Instituições públicas e privadas e do terceiro setor que demandem gerenciamento e/ou programas de educação ambiental; Estarão aptos para atuarem na preservação e conservação dos recursos naturais, na redução das infrações ambientais, destinação final adequada dos rejeitos. Coletar, armazenar e interpretar informações, dados e documentações ambientais, colaborando na elaboração de laudos, relatórios e estudos de impactos ambientais. Poderão também estruturar e modular programas de educação ambiental para empresas e comunidades. Executar procedimentos para solucionar problemas relacionados com a poluição ambiental oriunda de atividades produtivas. Aplicar os processos necessários ao monitoramento das instalações destinadas ao tratamento e controle de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, provenientes de atividades urbanas, rurais e industriais (IF GOIANO, 2020).

No que diz respeito aos discentes participantes da pesquisa foram 32 alunos, tanto do sexo masculino quanto feminino, 4 não participaram porque são menores e não teriam como pegar a assinatura dos responsáveis antes da realização da pesquisa. São alunos oriundos da região e cidades circunvizinhas que se interessaram em estudar em um curso técnico integrado estruturado tanto para a formação geral quanto profissional, em sua maioria são jovens que saíram do Ensino Fundamental II e estão concluindo o ensino médio tanto para ingressarem no mundo do trabalho quanto para dar continuidade aos seus estudos em cursos superiores.

Com relação aos docentes conseguimos 100% de adesão a pesquisa, pois os 4 convidados participaram, já com os discentes a participação foi de aproximadamente 91%, uma vez que dos 36 convidados 32 responderam ao questionário. Cabe ressaltar que o projeto para desenvolvimento desta pesquisa foi aprovado pelo comitê de ética do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – IF Goiano sob o parecer nº 5.340.763 no dia 08 de abril de 2022.

Ao definir o perfil dos sujeitos participantes objetivamos o compartilhamento de impressões discursivas dos professores que trabalham na instituição e dos alunos matriculados no curso técnico integrado em Meio Ambiente. A seleção da professora de Língua Portuguesa deu-se por uma motivação pessoal e também pela relevância da disciplina em todos os níveis de ensino, uma vez que a pesquisadora é graduada nesta área e tem várias inquietações com relação ao seu ensino, pois existe um longo histórico do trabalho isolado amparado nos aspectos estruturais da língua, o que nem sempre contribui para os aspectos comunicativos necessários para o desenvolvimento social, profissional e cultural, por isso pesquisar a sua relação com as disciplinas profissionalizantes é importante para o enfrentamento das relações de trabalho.

Convidamos também os alunos, pois suas considerações enriqueceram muito a pesquisa uma vez que o ensino precisa ser pensado com eles e sua opinião sobre as metodologias e práticas pedagógicas são fundamentais para o seu aperfeiçoamento e avaliação dos processos de ensino.

A escolha do curso de Meio Ambiente se deu pelo fato de que a pesquisa seria realizada em um curso técnico integrado no IF Goiano – *campus* Ceres, como ele oferta cursos técnicos integrados em Meio Ambiente, Agropecuária, Informática e Administração, optamos pelo de Meio Ambiente porque observamos que ele exige a realização de análises, que demandam interpretação, relatórios escritos e precisa interagir em diferentes contextos comunicativos: rurais, urbanos, industriais, entre outros, por isso demanda um bom conhecimento da Língua Portuguesa e dos processos comunicativos, além disso é um curso extremamente relevante diante do cenário ambiental mundial, sem desmerecer nenhum dos outros cursos.

A identificação dos docentes foi assim constituída, (D1, D2, D3, D4) a fim de preservar suas identidades, é importante esclarecer que o número reduzido de docentes se deve ao fato de que o foco da pesquisa é a Língua Portuguesa (1 docente) e as disciplinas profissionalizantes (4 disciplinas conforme já citado

anteriormente, entretanto 1 professor ministra 2 disciplinas, por isso ao todo são 3 docentes), na soma geral forma o número de 4 participantes.

Quadro 01 – Caracterização dos docentes.

Docente D1	
Graduação/ano de conclusão	Administração/2014
Especialização	Controladoria de Finanças
Mestrado	Gestão, Educação e Tecnologia (em andamento)
Doutorado	Não
Tempo de atuação no IF Goiano <i>campus</i> Ceres	2 meses (professor substituto)
Docente D2	
Graduação/ano de conclusão	Engenharia florestal/2014
Especialização	Não
Mestrado	Educação agrícola
Doutorado	Ciências Florestais (não concluiu)
Tempo de atuação no IF Goiano <i>campus</i> Ceres	17 anos (professora efetiva)
Docente D3	
Graduação/ano de conclusão	Letras/1987
Especialização	Língua Inglesa
Mestrado	Letras e Linguística
Doutorado	Letras e Linguística
Tempo de atuação no IF Goiano <i>campus</i> Ceres	14 anos (professora efetiva)
Docente D4	
Graduação/ano de conclusão	Agronomia
Especialização	Não
Mestrado	Agronomia
Doutorado	Agronomia
Tempo de atuação no IF Goiano <i>campus</i> Ceres	2 meses (professora substituta)

Fonte: organizado pela pesquisadora baseado nas informações coletadas pela secretaria acadêmica do IF Goiano – *campus* Ceres.

Ressaltamos que fizemos também uma pesquisa bibliográfica que consistiu no levantamento histórico a respeito da criação da rede federal de ensino e esclarecimentos acerca das bases da EPT: ensino técnico integrado; currículo integrado e seus impactos no ensino médio e no mundo do trabalho; currículo prescrito

e sua efetividade nos cursos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT); fragmentação curricular, assim como o desafio de se trabalhar um currículo que integre trabalho e ensino qualitativo, práticas pedagógicas integradoras e interdisciplinares, bem como o papel da Língua Portuguesa no âmbito da educação profissional, as políticas públicas para o ensino da Língua Portuguesa e ainda o contexto educacional atual dos cursos da EPT.

Realizamos uma pesquisa documental mediante a análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do curso Técnico Integrado em Meio Ambiente, a ementa e a matriz curricular dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e das seguintes disciplinas profissionalizantes: estudo e relatório de impacto ambiental; licenciamento ambiental; análises, tratamento de água e esgoto e administração e empreendedorismo. Sendo assim utilizamos dos documentos oficiais citados acima para a coleta de dados e informações relevantes para alcançarmos os objetivos dessa pesquisa.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc (FONSECA, 2002, p. 32).

Analisamos os documentos oficiais do curso em Meio Ambiente: Projeto Pedagógico do Curso (PPC), matriz curricular e ementa dos componentes curriculares, verificando se o currículo integrado é contemplado nestes documentos, assim como as práticas educativas da disciplina de Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes. Para este levantamento acessamos o *site* do IF Goiano – *campus* Ceres, baixamos os documentos citados acima, fizemos a leitura dos mesmos comparando suas descrições com os preceitos do currículo integrado e com as indicações dos autores aqui abordados sobre os procedimentos necessários para a efetivação dessa integração.

Os procedimentos de coleta de dados para a realização deste trabalho foram entrevistas com os professores e questionários com os alunos. O questionário foi disponibilizado aos discentes no *Google Forms*, composto por 12 questões fechadas e 1 aberta. No que concerne às questões fechadas os participantes optaram apenas por uma resposta. Todos os 36 alunos matriculados no 3º ano Técnico Integral em Meio Ambiente Integrado ao ensino médio, tanto do sexo feminino quanto masculino, maiores e menores de 18 anos foram convidados a responder o questionário.

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 121).

Este procedimento de coleta de dados foi elaborado de forma clara, simples e objetiva, pois por ele ter sido respondido de forma *on-line* precisou ser autoinstrutivo e daí a relevância em definir questionamentos fáceis de serem compreendidos. O *link* para acesso dos questionários foi enviado para o *e-mail* dos alunos individualmente.

Foi feito o primeiro contato no pátio, em uma reunião pré-agendada pelo *e-mail* dos alunos, momento este em que foi explicada a pesquisa, feito o convite para a participação, entregue os documentos para análise e combinado a data de entrega desta documentação assinada pelos alunos que concordassem em participar (maiores de idade) e os que tivessem o consentimento dos pais (menores de idade). Os alunos que não moravam na cidade e que não iriam para casa antes da data combinada para entrega dos documentos não participaram da pesquisa.

A garantia ética residiu no fato de que não houve nos questionários a identificação do nome dos respondentes. Portanto, a identidade dos pesquisados foi mantida em sigilo e todos os dados coletados serviram, tão somente, para fins de pesquisa. Além disso, os participantes tiveram esclarecimentos sobre a pesquisa em qualquer tempo que desejassem, por *e-mail* ou telefone da pesquisadora, e puderam também desistir dela, mas é importante ressaltar que não houve desistência.

O questionário (ANEXO A) foi condicionado à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); (ANEXO B) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (pais/responsáveis) (TALE); (ANEXO C) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (discentes maiores); e o (ANEXO D) Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (discentes menores).

Com os docentes foi desenvolvida entrevistas semiestruturadas (ROSA; ARNOLDI, 2006, p. 87), tendo em vista que esta “permite a obtenção de grande riqueza informativa – intensiva, holística e contextualizada – por serem dotadas de um estilo especialmente aberto, já que se utilizam de questionamentos semiestruturados”, combinando questões abertas e fechadas, a fim de que os entrevistados apresentassem por meio do seu discurso sua concepção acerca do currículo vigente e do currículo necessário, da integração curricular, interdisciplinar e práticas de letramento.

As entrevistas ocorreram no mês de setembro/2022 com a professora da disciplina de Língua Portuguesa e com os docentes das seguintes disciplinas profissionalizantes: estudo e relatório de impacto ambiental; licenciamento ambiental; análises, tratamento de água e esgoto e administração e empreendedorismo, não houve dificuldade em função da pandemia, pois os riscos com relação a ela já estavam praticamente extintos devido a vacina em massa. A entrevista foi desenvolvida por meio de um roteiro organizado composto por 10 questões abertas e 2 fechadas objetivando compreender melhor o tema que influenciaram a temática desta pesquisa.

Fizemos os questionamentos e gravamos as respostas que foram transcritas com o uso do programa do word, para tanto a entrevistadora ouvia os áudios e os transcrevia, parando a gravação e reiniciando sempre que necessário, tendo em vista apreender os sentidos e os significados das falas dos participantes. A entrevista aconteceu individualmente de acordo com a disponibilidade de cada docente na sala de coordenação no espaço que fica reservado para cada docente o que garantiu a privacidade.

Embasamos na análise dos instrumentos coletados, questionários e entrevistas, para definirmos e desenvolvermos o produto educacional, Guia Didático de Apoio Pedagógico, com o seguinte título: “Currículo Integrado: caminhos para a formação integral e politécnica na educação profissional e tecnológica no ensino médio”, usamos a linguagem mista a fim de dinamizar o produto e facilitar a leitura e compreensão dos temas apresentados, foi utilizada a plataforma do Canva¹⁴ para produzir as apresentações, pôsteres e conteúdos visuais.

O Guia abordou os temas tratados nesta pesquisa, como: currículo integrado, interdisciplinaridade, formação humana omnilateral, politécnia, os sentidos da integração curricular por meio das práticas pedagógicas de Língua Portuguesa e a rede federal de Ensino Profissional. O material traz considerações acerca da integração curricular e práticas de letramento interdisciplinares nas disciplinas teóricas e práticas.

Após a produção do produto educacional, enviamos o arquivo em pdf e o *link* do formulário de avaliação que foi feito no *Google Forms* para o *e-mail* dos 4 docentes

¹⁴ O Canva é uma plataforma online que integra variadas imagens, modelos, ilustrações, fontes, dentre outros recursos, a ferramenta é gratuita, mas para usar alguns recursos mais avançados têm a versão paga.

participaram da pesquisa. O formulário foi composto por 09 questões objetivas e obtivemos a participação de 100% do público convidado, ou seja, os 4 convidados participaram. Após as devolutivas da avaliação do produto educacional a pesquisadora fez a análise dos resultados, gráficos gerados pelo próprio *Google Forms* na finalização da pesquisa com cada participante.

Faz-se necessário reforçar que o tratamento dos dados se deu pela análise de conteúdo proposta por Bardin (2006), para tanto assim que a pesquisa foi desenvolvida os dados foram transcritos (entrevistas), fizemos a leitura dos resultados das respostas (questionários) e iniciamos o processo de pré-análise, leitura flutuante e seleção dos documentos coletados. Logo após passamos para a exploração do material, e selecionamos as respostas mais significativas e que estavam mais relacionadas com os propósitos da pesquisa para a formulação dos objetivos, hipóteses e definição das categorias.

Por fim, procedemos a condensação dos resultados utilizando as respostas dos grupos pesquisados e concepções retiradas do referencial teórico, a fim de elucidar os questionamentos e comprovar, ou não, as hipóteses levantadas. Elaboramos categorias distintas para docentes (5 categorias) e discentes (4 categorias).

A análise dos dados é uma etapa fundamental dentro de uma pesquisa, pois é por meio deles que são interpretadas as informações coletadas ao longo do trabalho e que compõem os resultados e as considerações. Portanto, as falas dos docentes e questionários dos discentes foram analisados tomando como base as percepções acerca de cada um desses seguimentos sobre o tema em questão.

Para a conclusão desta etapa com o intuito de alcançarmos os resultados fizemos uma pré-análise e logo após a análise dos dados coletados, “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98), a fim de elucidar dúvidas e aumentar a efetividade dos dados coletados.

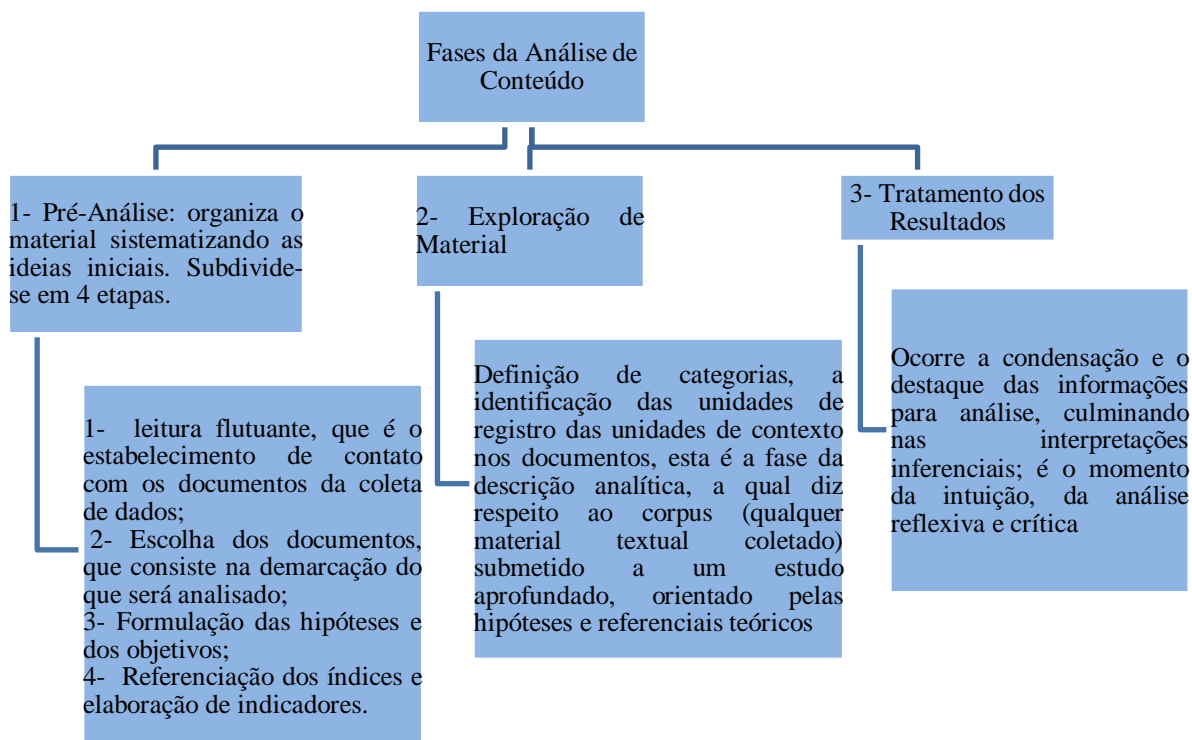
A análise de conteúdo consiste em: um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores quantitativos ou não (BARDIN, 2006, p. 38).

Em uma análise de conteúdo podem ser usados vários tipos de materiais como: fichas, diários, transcrição, fotos, vídeos, áudios, expressões faciais, gestos, dentre outros. Para esta pesquisa utilizamos os documentos que norteiam o ensino no IF Goiano – *campus* Ceres, PPC, matriz curricular e ementa das disciplinas, entrevistas com os docentes e questionários com os discentes, além das impressões sensoriais que estes momentos proporcionaram.

Desenvolvemos a pesquisa da seguinte forma: na pré-análise selecionamos o que seria possível analisar para contribuir para a nossa pesquisa, para tanto definimos os documentos a serem analisados (PPC, matriz curricular e ementa das disciplinas), definimos as questões dos questionários e o roteiro das entrevistas com base nos objetivos propostos. Na leitura flutuante fizemos a análise do material definido para a pesquisa, depois selecionamos dentre os materiais coletados aqueles que realmente iriam contribuir para a elucidação dos questionamentos elencados, formulamos as hipóteses e os objetivos iniciais.

Bardin (2006) divide as fases desta técnica em três de acordo com o seguinte esquema:

Figura 05 – Esquema da análise de conteúdo de Bardin.



Fonte: Bardin, 2016.

É possível observar que estas fases envolvem um longo processo que precisa ser atendido criteriosamente pelo pesquisador a fim de que se aproxime o máximo possível da veracidade dos fatos. Bardin (2006) ressalta ainda os diversos simbolismos que precisam ser decodificados por intermédio de recorte, agregação e enumeração para representação do conteúdo e categorizados o que se refere à classificação de elementos por diferenciação, agrupamento amparados na analogia dos critérios pré-definidos.

Posteriormente passamos para a exploração do material e foi nesta fase que definimos as categorias excluindo e incluindo conteúdos pesquisados coerentes com os objetivos propostos na pesquisa, as categorias foram extraídas das mensagens dos docentes e discentes e dos documentos analisados que integraram o *corpus* da pesquisa. Elencamos analogias que contribuiram para a compreensão dos registros e comprovação (ou não) das inferências construídas no início da pesquisa.

Buscamos, amparados pela pesquisa desenvolvida, compreender a relação dialógica da disciplina de Língua Portuguesa e das disciplinas profissionalizantes, assim como as práticas de letramento das mesmas usadas no curso técnico em Meio Ambiente averiguando também se estas práticas estão amparadas no currículo integrado. Este é um momento muito importante da pesquisa, pois a fala dos participantes é um instrumento indispensável para responder o problema de pesquisa uma vez que somente a pesquisa bibliográfica e a análise documental não são suficientes para dar vazão as dúvidas incitadas pela pesquisa.

A seção seguinte empreende uma análise sobre a relação da efetivação do currículo integrado no ensino médio e a formação de sujeitos no intuito de perceber os impactos promovidos com os docentes e discentes nesta perspectiva. Além disso serão apresentadas as características do currículo escolar, conceituando e demonstrando os seus princípios e os olhares teórico-conceituais dos autores que pesquisam e discutem a temática em questão, reforçando que o currículo é a identidade da escola e deve favorecer as suas subjetividades.

4 CURRÍCULO INTEGRADO NO ENSINO MÉDIO E FORMAÇÃO DE SUJEITOS

Nesta seção faremos um aprofundamento nas pesquisas bibliográficas voltadas para o currículo, partindo da premissa de que promover debates neste campo de estudo é uma fonte primordial para compreendermos como este se estrutura, bem como se constitui suas relações com as demandas culturais, sociais e econômicas. Processo esse que envolve uma ação tanto política quanto pedagógica, cerceando com isso a fragmentação e desvinculação entre teoria e prática. Salientamos que o currículo é orientado por teorias que refletem interesses políticos, sociais, culturais, pedagógicos e educacionais arraigados.

O homem enquanto sujeito produz e reproduz a sua cultura e se apropria da cultura reproduzida isso acontece por meio da educação. A transformação precisa acontecer enquanto o sujeito se educa, o aluno só aprende se quiser, o ensino precisa ser desejado, e professores, diretores e toda a equipe educacional de modo geral devem contribuir para o despertar deste desejo, a fim de que o ensino vá além da transmissão de conteúdos e esteja permeado pela produção e reprodução da arte e da cultura, favorecendo resultados positivos no desempenho escolar e na inovação pedagógica.

Para tanto faz-se necessário a busca pela integração das diversas áreas do conhecimento e a luta contra o distanciamento entre teoria e prática bastante visualizada nos contextos educativos, entretanto, para se alcançar esta proposta faz-se necessário a articulação entre os gestores escolares, professores, pais e alunos o que contribui para uma visão mais ampla da realidade escolar. Neste contexto não tem como desvincular a importância do currículo para o planejamento docente, uma vez que é ele que organiza os conhecimentos e define os conteúdos entre o que se aprende e o que se ensina, por isso deve favorecer o processo de ensino e aprendizagem de forma clara, crítica, autônoma e democrática em prol do ensino qualitativo.

As propostas curriculares contemporâneas têm em seu cerne ideologias diversas que foram sendo construídas ao longo dos tempos, ideologias estas permeadas por diferentes correntes e teorias pedagógicas que de forma direta ou indireta influenciam o trabalho pedagógico, uma vez que definem metodologias diversas que refletem no processo de ensino e aprendizagem e nos currículos.

Várias tendências pedagógicas se construíram ao longo dos tempos, Saviani (2008) as dividiu em dois grupos: críticas e não críticas, a diferença entre elas está na forma de entender as relações mediadas pela sociedade e educação: as não-críticas são a pedagogia tradicional, tecnicista e a pedagogia nova.

Dentre as críticas destacam-se a pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008), libertadora de Freire (1982), dentre outras, entretanto não iremos aqui aprofundar neste assunto, mas é relevante ressaltar que estas tendências influenciaram vários teóricos que foram implementando suas teorias e ampliando as correntes pedagógicas, que não deixaram de contribuir para a aproximação com o currículo integrado, tema este desta pesquisa de mestrado ProfEPT. O quadro abaixo mostra as suas principais características:

Quadro 2: Análise comparativa das teorias do Currículo

Não-críticas Enfatizam:	Críticas Enfatizam:	Pós-críticas Enfatizam:
Ensino; Aprendizagem-avaliação; Metodologia; Didática-organização; Planejamento; Eficiência; Objetivos;	Ideologia; Reprodução cultural e social Poder; Classe social; Capitalismo; Relações sociais de produção Conscientização; Emancipação; Currículo oculto; Resistência.	Identidade; Alteridade; Diferença; Subjetividade; Significação e discurso; Saber e poder; Representação Cultura; Gênero; Raça; Etnia; Sexualidade; Multiculturalismo.
De acordo com Silva (2010) as teorias tradicionais eram teorias de aceitação, ajuste e adaptação, colocadas no processo educacional, produziam práticas de assujeitamento e por isso configuravam-se como aparelhos Ideológicos do Estado.	As teorias críticas surgem como uma nova forma de conceituação, movimento contra a teoria tecnicista idealizada por pensadores que criticavam o modelo tecnocrático do currículo Silva (2010).	São mais problematizadoras que as críticas no que se refere a dominação social, opressão, relações de poder materializadas na distinção social, econômica, ética, cultural, de gênero e sexualidade. Modificam e ampliam o currículo construído ao longo do século XX, Silva (2010).

Fonte: Silva (2005, p.17). Adaptado pela autora.

Existem várias teorias do currículo, entretanto não iremos discutir todas elas, não que não sejam importantes, mas porque optamos por discutir as propostas de

Paulo Freire por considerá-lo um educador revolucionário, uma vez que mesmo vivendo em um momento e em uma sociedade de extrema direita criou um método inovador e ofereceu essa ferramenta para a emancipação dos menos favorecidos.

Paulo Freire (1921-1997) foi um dos maiores pensadores e autores brasileiros, renomado e referenciado internacionalmente, educador e filósofo, nomeado patrono da educação brasileira, propôs uma pedagogia emancipadora, apresentou uma qualidade teórica invejável, foi um dos influenciadores da pedagogia crítica e criador do método: “Educação como prática de Liberdade”, que tem como postulado central alfabetizar promovendo a consciência crítica a fim de superar a consciência ingênua. Este método foi usado para alfabetizar adultos pela ligação com a vida cotidiana e de suas experiências, método este que resultou em várias críticas, pois incomodava as classes políticas privilegiadas pelo seu cunho crítico.

O fato de incomodar as elites já vislumbra a possibilidade de transformação social, condição que não compactua com os interesses hegemônicos e nem mesmo com a aproximação da teoria com o dia a dia dos alunos. Crítico fervoroso da educação bancária e das correntes pedagógicas tradicionais, Freire (1987) propôs uma educação libertadora em que o oprimido supere sua condição sem pretender assumir a posição do opressor. Propõe o estudo da cultura em toda sua essência o que contribui para a promoção do currículo integrado libertador e humanizado.

De acordo com as ideias de Freire (1982) o currículo não pode desvincular a teoria da prática, “a educação, não importando o grau que se dá, é sempre uma certa teoria do conhecimento que se põe em prática” (FREIRE, 1982, p. 95), condições estas que corroboram com as ideologias acerca da efetivação do currículo integrado e emancipação dos sujeitos. Para tanto o currículo não deve ser neutro, muito menos adaptado aos interesses das classes dominantes, mas sim refletir as singularidades da escola relacionadas ao perfil do seu público, região, condição socioeconômica local, definir os valores e a missão da escola, mas é importante ressaltar que sua construção deve ser feita de forma coletiva com representantes de todos os seguimentos da escola.

A teoria crítica, defendida por Paulo Freire (1982), é embasada na pedagogia emancipatória que supera a educação bancária nos moldes do currículo tradicional tão criticado pelo autor e contribui para a emersão da educação libertadora promovida pela integração curricular, também idealizada por autores como: Gramsci (2001), Saviani (2008), Moura (2013), Kuenzer (2002), dentre vários outros,

educação esta que se constitui em “[...] um processo pelo qual o educador convida os educandos a reconhecer e desvelar a realidade criticamente” (FREIRE, 1985, p. 125), é neste contexto que o currículo deve ser debatido, implementado como um ato libertador.

A teoria educacional denominada de libertadora de Paulo Freire (1998), por exemplo, é uma tendência defendida por muitas instituições de ensino. Entretanto faz-se necessário se ater para o fato de que as “teorias do currículo”, assim como as teorias educacionais mais amplas, estão recheadas de afirmações sobre como o ato de ensinar e aprender deve ser conduzido (SILVA, 2010, p.13), mas é preciso compreender que o currículo é um território político contestado (SILVA, 2010), pois nem sempre quem define os seus rumos vivencia-o na sala de aula, além disso tem diversos vieses ideológicos, são seleções nada neutras, pois tem relação com escolhas político-ideológicas

O currículo escolar precisa ir além de um amontoado de disciplinas e conteúdos mínimos e fragmentados previstos para o ano letivo. A neutralidade curricular proposta pelo currículo tradicional precisa ser superada, para tanto a práxis pedagógica, definida por Vázquez (2007, p. 257) como “[...] à atividade prática social, transformadora, que responde a necessidades práticas e implica em certo grau de conhecimento da realidade que transforma e das necessidades que satisfaz”, deve ir além das questões científicas e técnicas desestruturadas das concepções políticas, sociais e culturais.

Para tanto faz-se necessário a conceituação de currículo:

[...] o currículo se tece em cada escola com a carga de seus participantes, que trazem para cada ação pedagógica de sua cultura e de sua memória de outras escolas e de outros cotidianos nos quais vive. É nessa grande rede cotidiana, formada de múltiplas redes de subjetividade, que cada um de nós traçamos nossas histórias de aluno/aluna e de professor/professora. O grande tapete que é o currículo de cada escola, também sabemos todos, nos enreda com os outros formando tramas diferentes e mais belas ou menos belas, de acordo com as relações culturais que mantemos e do tipo de memória que nós temos de escola [...] (LOPES, 2006).

Freire (2010) critica a neutralidade curricular, uma vez que ignorar a realidade, a vida prática, os contextos políticos, sociais e culturais em prol de um ensino fragmentado e hegemônico minimiza as possibilidades de emancipação dos sujeitos, faz com que a escola atenda apenas aos interesses de uma determinada classe, esse

não é professor que irá promover uma educação libertadora, até porque colaborando com as ideias de Freire (2010) este profissional ao atuar nessa perspectiva não atende aos critérios das pedagogias críticas ou do currículo integrado, “não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição” (FREIRE, 2010, p. 102).

As críticas ao currículo prescrito¹⁵ e unificado se deve ao fato de que historicamente engendra disputas hegemônicas e contra-hegemônicas do capital, como é o caso da reforma do Ensino Médio¹⁶, neste sentido docentes e discentes nem sempre conseguem compreender quais demandas realmente estão sendo processadas para fins educacionais democráticos.

Na educação profissional e tecnológica estas disputas são ainda mais acirradas, uma vez que a regulamentação do mundo do trabalho depende em grande parte dessa modalidade de ensino, por isso as organizações econômicas não compactuam com a emancipação cultural, social e política dos sujeitos, mas sim com o crescimento do sistema capitalista.

O currículo escolar é mínimo e fragmentado. Na maioria das vezes, peca tanto quantitativa como qualitativamente. Não oferece, através de suas disciplinas, a visão do todo, do curso e do conhecimento uno, nem favorece a comunicação e o diálogo entre os saberes; dito de outra forma, as disciplinas com seus programas e conteúdos não se integram ou complementam, dificultando a perspectiva de conjunto e de globalização, que favorece a aprendizagem (PETRAGLIA, 2001, p. 69).

A aproximação de Paulo Freire (1987) do currículo integrado evidencia-se em vários pontos, uma vez que sua teoria apresenta a educação como uma prática de liberdade, amparado pelo contexto do aluno, suas vivências, experiências, a aprendizagem é facilitada pelos aspectos culturais, pela criticidade. É integrador,

¹⁵ Prevê os conteúdos que vão ser trabalhados nas disciplinas e tem por função oferecer ao país uma base comum de educação como citada na LDBEN 9394/96.

¹⁶ Baixado por meio da Medida Provisória 746, de 2016, que entre outras coisas instituía a política de incentivo à ampliação das escolas de tempo integral, e convertido na Lei Federal 13.415, de 2017, o novo modelo não é dividido por disciplinas como o atual, mas por áreas do conhecimento: Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A lei prevê que os alunos deverão ter no mínimo 1.800 horas/aula desses componentes, os quais deverão ser compostos por disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). E mais 1.200 horas/aula, flexíveis, com conteúdos da formação técnica e profissional. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/20/pesquisador-explica-por-que-a-reforma-do-ensino-medio-e-perversa>. Acesso em 22 mai. 2023 às 19h36min.

propicia o debate acerca do currículo e da cultura, a relação do docente e discente é dialógica, a fragmentação é cerceada e teoria e prática inseparáveis.

No contexto do currículo integrado estas condições estão sempre presentes, assim como os processos dialógicos, não existe espaço para a educação tradicional e nem para o autoritarismo. O pensamento Freiriano dialoga com a formação integrada uma vez que aborda a emancipação humana em sua totalidade, ressalta a criticidade como garantia para usufruir dos direitos e conhecer os seus deveres, condições estas que favorecem a superação das desigualdades sociais, culturais, econômicas.

A pedagogia de Freire (1987) é centrada “na perspectiva de superação de situações limitadoras” (ECCO, 2010, p. 79). Para ele a educação precisa ser um ato coletivo e não isolado, deve ser solidário, ocorrer sem imposição, permeado por trocas entre as pessoas e não despejado sobre o aprendiz por aqueles que julgarem deter o saber, é preciso que exista uma relação de troca onde quem ensina também aprende (BRANDÃO, 1981). Esta percepção de Freire (1987) é sustentada em uma de suas maiores obras “Pedagogia do Oprimido” uma vez evidencia-se nela que a educação precisa se basear em um processo de libertação do homem, humanização e desalienação.

Nestes moldes percebe-se uma estreita relação entre o ensino de Freire (1987) e o currículo integrado que “disponibiliza aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura” (KUENZER, 2002, p. 43-44).

Observa-se que ambas as ideias fazem uma forte crítica à fragmentação curricular, a desvinculação entre teoria e prática, a separação do corpo e da mente, como se existisse um ensino para quem é preparado para o trabalho alienado e aquele que forma o conhecimento científico usado nas relações culturais e materiais.

Assim sendo, esta proposta de ensino vai além dos preceitos mercadológicos ditados pelo capitalismo, contribui para que o estudante faça intervenções em seu local de trabalho e uma nova leitura da sociedade, ou seja, uma formação para além dos interesses das classes dominantes. Neste sentido a formação do ser humano passa a ser vista em toda sua totalidade deixando de contribuir apenas para a força do trabalho e aos fins hegemônicos.

Por isso é preciso reforçar a ideia de que para a conquista de uma educação emancipadora para todas as classes sociais faz-se necessário sair do campo da

teorização do ideal em uma luta contra-hegemônica, senão correremos o sério risco de não fazermos nada. Santomé (1998) chama a atenção para a necessidade de repensar o currículo e sua expressividade para a sociedade da informação, conhecimento e aprendizagem, e com isso o rompimento do currículo isolado, descontextualizado e fragmentado onde não permita a estruturação baseada na realidade.

A educação contemporânea precisa garantir ao aluno a apropriação ao conhecimento em sua totalidade, favorecendo o desenvolvimento de habilidades e a visão crítica do mundo, a fim de que possam viver, conviver, lutar e sobreviver, para isso, há que se valorizar, repensar e renovar a escola, aproveitar outros espaços e outras configurações em que se adquiram informações e saberes e se construam as identidades dos estudantes (MOREIRA, 2013). Para tanto a integração curricular deve propiciar a inter-relação entre os conhecimentos e o envolvimento da comunidade escolar na sua construção.

A prática educativa, que se conceitua como diversas variáveis que se inter-relacionam de forma complexa, e se expressa no micro sistema da sala de aula (ZABALA, 1998), remete a ideia de currículo, ele é o grande norteador do processo educacional de uma escola, pois é a partir dele que os docentes planejam o seu trabalho, planejamento este que na maioria das vezes é desarticulado entre diferentes conhecimentos e linguagens, até porque a integração curricular é um grande desafio em todas as esferas educacionais, não obstante a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), fato este que colabora para a formação tecnicista.

Para transformar esta realidade o currículo precisa se mostrar como um plano ordenado e articulado refletindo o seu valor, mas a concretização de sua materialização somente será possível em razão de uma relação dialógica entre seus pares, uma vez que são eles que estão diretamente relacionados com o currículo, são agentes sociais deste processo não apenas o gestor, mas professores, alunos e todos os envolvidos no processo educativo direta ou indiretamente (SACRISTAN, 2000).

Ao debater o tema currículo integrado nos apropriamos dos esclarecimentos apresentados por Silva (2005), o autor ressalta que o currículo não é apenas um documento em que estão expostos os conteúdos programáticos para o ano letivo em uma determinada área, este não é seu único propósito, nem somente de sugerir expectativas de aprendizagem, mas também de orientar o trabalho docente quanto

a materiais didáticos adequados, planos e práticas necessárias, assim como os rumos dos projetos de ensino e pesquisa na escola e ainda promover uma política de humanização para com o sujeito com o qual se trabalha partindo de sua realidade e necessidades pedagógicas.

Existem alguns fatores que devem ser observados, dentre eles o fato de que a formação humana não é pensar: que profissional o mundo do trabalho precisa? Isso é hegemônico! O ideal é: que conhecimentos são necessários para o profissional entender a sua formação de forma integral por meio da articulação entre trabalho, educação e cultura? Na EPT de forma mais específica esse currículo precisa ser pensado para além dos objetivos mercadológicos, mas para uma formação integral e omnilateral na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento do trabalho intelectual amparado pela ciência e pela cultura.

Na construção de um currículo integrado “é preciso levar em consideração que existem diferentes classes de conhecimento e que cada uma delas é reflexo de determinados propósitos, perspectivas, experiências e valores humanos” (SANTOMÉ, 1988, p.100), além disso, o currículo não deixa de ser um “espaço de luta e contestação” (APPLE, 2003) entre dominantes e dominados e a escola produz e reproduz ideologias historicamente, por isso a relevância em agregar um novo olhar e indagações acerca deste importante documento para o trabalho educativo.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) cada instituição de ensino deve priorizar em seus projetos pedagógicos os princípios educativos de interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade, “uma matriz curricular que expresse uma organização que possibilite uma base sólida de conhecimentos científicos e tecnológicos” (MOURA, 2007, p. 26), por isso a unificação curricular nem sempre é viável, mas sim as especificidades do contexto em que a instituição de ensino está inserida e os interesses dos seus agentes.

Entretanto, Paro (2007) chama a atenção para o fato de que a escola está presa a um currículo informativo que desconsidera a função de educar para a democracia. Por isso, na gestão democrática a construção do currículo é de forma participativa com os colegiados, as decisões são tomadas de forma consensual objetivando sempre a efetividade do processo de ensino e aprendizagem. A gestão sozinha não quebra o padrão da fragmentação curricular, por isso a relevância do envolvimento de todos, mas para que isso aconteça antes de tudo é preciso que o gestor queira esta participação e ofereça condições para que ela aconteça.

Na gestão democrática a construção do currículo deve se dar de modo participativo e não na mera execução de guias curriculares distribuídos nas escolas pelo governo, uma vez que a seleção dos conteúdos a serem inseridos no currículo é um processo que ultrapassa os limites da técnica, pois envolve juízo de valores ao se determinar quais saberes serão selecionados como válidos na produção do conhecimento. Desse modo, dependendo da visão que a equipe formadora desse currículo possuir o mesmo poderá assumir um papel transformador ou conservador (PEREIRA, 2012, p. 68).

A escola precisa atender ao currículo prescrito, mas isto não quer dizer que ela não possa inserir nas práticas pedagógicas sua ideologia e da comunidade escolar e com isto trabalhar o currículo real, ele precisa ser vivenciado, refletir a cultura historicamente construída de seu povo, atender aos interesses da sociedade na qual está inserida, daí a relevância de uma gestão democrática que acredite e reforce a construção participativa de um currículo que atenda aos trâmites legais, mas que não deixe a proposta de estratégias investigativas, relação dialógica entre as áreas do saber, flexibilidade, organização e criatividade, condições estas privilegiadas pela participação coletiva nos processos decisórios e elevação do protagonismo juvenil.

A obrigatoriedade de se desenvolver o currículo prescrito na sala de aula não deve contribuir para que a escola não insira também o currículo oculto, assim definido:

É o currículo que de fato acontece na sala de aula em decorrência de um projeto pedagógico e um plano de ensino. É a execução de um plano é a efetivação do que foi planejado, menos que neste caminho de planejar e do executar aconteça mudanças, intervenção da própria experiência dos professores, decorrente de seus valores, crenças e significados (LIBÂNEO, 2007, p.172).

É preciso reforçar que para que estas ações aconteçam demanda todo um esforço coletivo, inicialmente da gestão em propiciar momentos de trocas, integração e favorecer o debate e o diálogo; dos colegiados em participar efetivamente desses momentos; dos professores em se disporem a ir além do livro didático, do quadro negro e da zona de conforto de trabalhar de forma isolada apenas a sua área de formação e por fim dos pais e alunos em refletirem sua cultura e se aproximarem da cultura do outro em processo de intervenção e troca.

Entretanto, é comum o caso de funcionários procrastinados ou que não querem se envolver e assim relegam as decisões para a gestão, ou por falta de

tempo, pois muitos professores precisam trabalhar em várias escolas para conseguirem um salário melhor, ou simplesmente porque não se sentem corresponsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem. Este é um entrave para a implantação do currículo integrado.

A próxima subseção objetiva averiguar o desenvolvimento do processo da práxis pedagógica dos docentes no âmbito do ensino médio nos preceitos do currículo integrado, se esta integração é contemplada e apontando os meios viáveis para que ela aconteça. Ao abordar o assunto currículo emerge a concepção das formas organizacionais do ensino, o planejamento, a seleção de conteúdos e a sistematização do conhecimento nas diversas áreas.

4.1 Currículo integrado no âmbito do Ensino Médio Integrado: práxis pedagógicas

As considerações elencadas nesta pesquisa até o momento sugerem que a integração curricular não será efetivada de um momento para o outro, pois não se refere apenas a uma proposta de integração entre disciplinas teóricas e práticas, nem mesmo se relaciona apenas a oferta de disciplinas da educação profissional e básica, mas também a leitura da realidade como forma de empoderamento dos conhecimentos necessários para a aprendizagem significativa e superação das contradições, pela visão crítica, participativa e não excludente.

De acordo com Frigotto (2012) existe uma relação frágil de articulação entre o ensino fundamental e a educação profissional e neste contexto o caminhar ainda é longo, entretanto as iniciativas de grupos sociais e o debate acerca da integração das diferentes modalidades e etapas de ensino são fundamentais para minimizar estes impactos e fortalecer um ensino de qualidade e excelência, além da efetivação de um currículo integrado em todos os níveis educacionais. Até porque a lei por si só não muda o processo de ensino, mesmo estando legalizada a integração entre os diferentes níveis educacionais é preciso que ela saia do papel e adentro os espaços educativos, é a quebra de um paradigma histórico.

Em meio a disputas e contradições, para que se avance na direção de materializar a concepção de formação humana integral, é fundamental compreender que a histórica dualidade estrutural na esfera educacional não é fruto da escola, mas da sociedade dual em que se vive, por imposição do modo de produção capitalista.

“Portanto, romper essa dualidade estrutural da educação escolar completamente não depende apenas do sistema educacional, mas, antes, da transformação do modo de produção vigente” (MOURA, 2013, p. 719). O trabalho assalariado embasado na venda da força de trabalho para as classes majoritárias ainda é predominante.

A educação de modo geral precisa se adequar a modelos dinamizadores e interdisciplinares de aprendizagem para atender as demandas de uma sociedade exigente contrária ao ensino conteudista, disciplinador e centrado na figura do professor em oposição ao protagonismo estudantil. Daí a relevância de um currículo integrado e flexível baseado no diálogo e colaborador para a construção de sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a luta contra-hegemônica do regime de acumulação flexível e do trabalho adaptável para favorecer o sistema capitalista.

Neste contexto faz-se necessário uma constante articulação entre teoria e prática, estas são indissociáveis, e fundamentais para a humanização e contra a exploração a serviço do mercado vigente, daí a relevância de se firmar o compromisso com as causas populares. Para tanto implica impulsionar para os processos reflexivos assim como a promoção de debates sobre o currículo em sua totalidade, amparado em ações concretas e mediante a compreensão dos conceitos inter-relacionados, que o currículo vá além da simples junção dos diferentes conteúdos das disciplinas apresentados ao longo do ano letivo, mas que atenda as relações em suas complexidades e especificidades não separando a formação geral da profissional.

O currículo sendo uma construção temporal que abarca em si uma gama de aspectos, convicções, resistências e fatores de ordem social/política/cultural vai ao longo da história sendo mudado e transformado em consonância com as demandas e as necessidades da sociedade regida pela governabilidade estatal. Por isso tem uma contextualização e constituição heterogênea. Assim, cada disciplina, ciência, matéria e conteúdo que compõem as bases curriculares de cada etapa educativa possuem um currículo por assim dizer, entretanto estas disciplinas precisam dialogar umas com as outras a fim de extinguir ou no minimizar a fragmentação curricular visualizada na educação vigente.

Com relação à integração educacional Ciavatta (2012) remete a articulação curricular entre conhecimentos e disciplinas, em abordagens interdisciplinares¹⁷,

¹⁷ Marcada pela interdependência, pela interação e pela comunicação entre as disciplinas voltadas para a integração do conhecimento em áreas significativas. (PORTELLA; ATTA, 1999)

transdisciplinares¹⁸ e transversais¹⁹, ou também é vista como articulação de aprendizagens a partir de projetos temáticos ou temas geradores, tendo em vista o desenvolvimento de competências (trabalho, arte, lazer, etc.) e metodologia participativa, neste contexto a escola se fortalece e contribui de forma efetiva para a aprendizagem dos alunos.

O ensino pautado apenas no cumprimento de um currículo baseado em conteúdos isolados não colabora para a autonomia do aluno, até porque ele fica passivo diante das metodologias tradicionais que normalmente são utilizadas neste processo. Métodos de ensino adaptados de acordo com os conteúdos e peculiaridades dos alunos são relevantes para o êxito do processo de ensino e aprendizagem, como por exemplo, aulas integradoras e embasadas nas diferentes situações didáticas incrementam o ato pedagógico e reforçam a integração curricular, entretanto para isso a gestão precisa reforçar este ato, além de buscar recursos econômicos, humanos, pedagógicos, parceria com a família ou responsáveis para oferecer melhores condições para o processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2013), cada instituição de ensino deve priorizar em seus projetos pedagógicos os princípios educativos de interdisciplinaridade, contextualização²⁰ e flexibilidade²¹. Moura (2007, p. 26) ressalta que as escolas precisam de “uma matriz curricular que expresse uma organização que possibilite uma base sólida de conhecimentos científicos e tecnológicos”. Por isso é preciso que as unidades escolares construam

¹⁸ Abordagem curricular que não se detém em uma ou outra disciplina, mas atravessa vários campos do conhecimento (VEIGA-NETO, 2005, p. 43).

¹⁹ Questões que ultrapassam as áreas convencionais, mas permeiam a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas dessas áreas. Essa transversalidade supõe uma transdisciplinaridade que vai permitir tratar uma única questão a partir de uma perspectiva plural (PORTELLA; ATTA, 1999).

²⁰ Ato de vincular o conhecimento à sua origem e à sua aplicação. A ideia de contextualização entrou em pauta com a reforma do ensino médio, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN nº 9.394/96), que acredita na compreensão dos conhecimentos para uso cotidiano. Disponível em <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/contextualizacao.htm>. Acesso em 23 mai. 2023 às 08h24min.

²¹ Pode ser entendida pelas possibilidades de (re)organização da educação, em função de diversos interesses ou necessidades. A capacidade de adaptação da proposta de formação aos perfis e interesses dos estudantes é, portanto, o centro da noção de flexibilidade educacional que está sob nosso olhar neste texto (MILL, 2015, p. 412)

coletivamente sua trajetória educacional amparada nos preceitos da politecnicidade e formação omnilateral.

Para que as condições citadas no parágrafo anterior se efetivem é preciso um engajamento de toda equipe pedagógica que vá além do planejar conjunto e do trabalho individualizado do professor na sua área de formação/atuação, contudo, esta é uma ação desafiadora.

Para desenvolver uma postura verdadeiramente interdisciplinar, é necessário assumir, *a priori*, os não saberes e as limitações individuais na própria disciplina que o professor leciona. Assim, a interdisciplinaridade não pode ser entendida como a fusão de conteúdos ou de metodologias, mas sim como interface de conhecimentos parciais específicos que têm por objetivo um conhecimento mais global. É, pois, uma nova postura no fazer pedagógico para a construção do conhecimento (MOURA, 2007, p. 24).

Ampliar os debates acerca do currículo integrado é imprescindível para que o mesmo saia da teoria e adentre os espaços educativos evitando com isso a educação bancária²² tão criticada nas obras Freirianas, pois sem dúvida a integração curricular interdisciplinar defende uma educação libertadora além de contribuir para a mitigação da educação instrumentalizada.

Nesta concepção as práticas educativas precisam partir de situações reais e concretas sejam elas relacionadas à educação geral (propedêutica) ou profissional (técnicas) numa luta contra-hegemônica de ruptura com a divisão do trabalho, pois todos terão condições iguais no trabalho e na educação. Neste sentido Gramsci (1991) atribui à escola a difícil e primordial função de ler a realidade, querer mudar a realidade e se organizar para mudá-la. Que a junção da gestão democrática e do currículo integrado possa fortalecer os discursos contra hegemônicos!

A próxima subseção se inicia abordando temas relevantes que estão relacionados as políticas públicas do ensino médio e que são implementadas por iniciativas governamentais, como a BNCC e a reforma do ensino médio, mudanças estas que nem sempre são bem vistas pela sociedade e pelos estudiosos educacionais, uma vez que não tem contribuído para a universalização do ensino

²² Freire (1996) caracteriza a educação bancária como aquela em que o professor vê o aluno como um banco, no qual deposita o conhecimento, como se o aluno fosse um cofre vazio em que o professor acrescenta fórmulas, letras e conhecimento científico até "enriquecer" o aluno.

médio, ou pelo menos, diante dos índices que serão apresentados a seguir não tem alcançado as projeções estabelecidas.

4.2 Elementos constitutivos do Ensino Médio (reforma do ensino médio, BNCC)

É necessário ampliar os debates acerca da defesa do direito à educação básica que perpassa pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, pois as mudanças e transformações atuais na área da educação tem alcançado rumos bastante desconexos, apesar dos discursos de construção popular, democrática e participação das instituições nas decisões tomadas, o que se visualiza é a efetivação do velho paradigma hegemônico político e ideológico das classes dominantes.

As vicissitudes educacionais tem afetado diretamente a educação básica e de forma mais direta o ensino médio no que concerne aos cortes de orçamento, organização do trabalho pedagógico, oferta de ensino qualitativo, currículo e reformas, mostrando que “proclamar direitos é distinto de efetivá-los” (MACHADO, 2018, p. 49). Até porque estão imbrincadas nas políticas públicas educacionais muita demagogia, não colabora para o desenvolvimento da consciência política, liberdade e igualdade.

É importante destacar que segundo Ciavatta (2012) os termos: ensino integrado, politecnicidade e educação omnilateral, não são termos sinônimos, mas fazem parte do mesmo universo no que concerne as ações educativas no ensino médio e educação profissional de qualidade. Estes elementos fazem parte do ideário da educação socialista, educação esta que se preocupa não apenas com os conteúdos do ensino, mas também com os métodos e lutam para que as crianças aprendam concomitantemente com o trabalho e a vida social, além disso visualiza a elevação das massas ao nível de conhecimento e não apenas para as elites e seus rebentos.

A educação deve ser uma prática formativa desalienante e fora do que se instalou a partir dos anos de 1970 com relação à qualificação educativa²³. Neste recorte temporal era garantida apenas a promoção do trabalho mercadológico, não era colocado ao alcance de todos a formação que se queria, a educação era aligeirada, os cursos técnicos eram predominantes e caracterizados pela urbanização

²³ É um processo que se iniciou na segunda metade do século XX e que correspondeu ao processo de flexibilização do trabalho na cadeia produtiva. Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/reestruturacao-produtiva.htm>. Acesso em 23 mai. 2023 às 19h23min.

e industrialização, a faculdade não era para todos, pelo menos não de acordo com os desejos individuais das classes menos favorecidas (CIAVATTA, 2012).

Até 2004 predominava a escolarização mínima, depois começa um movimento para reverter este quadro e iniciar a prática integrada, pois até este período era comum a oferta do ensino médio em uma escola e ensino profissionalizante em outra. Os desafios para o ensino médio ainda persistem, dados revelam que existe muita reprovação e evasão, a fragmentação educacional ainda é mantida na cultura contemporânea, e nos currículos escolares, até porque de acordo com Sacristán (2000) a dualidade é também curricular, uma vez que é possível visualizar nos sistemas de ensino, dois tipos de currículos caracterizados no parágrafo abaixo.

O currículo prescrito - aquele que todo sistema educativo usa como referência na ordenação curricular como ponto de partida para a elaboração de materiais e é com ele que o sistema mantém seus mecanismos de controle, elaborado por diferentes instâncias e apresentado aos professores. Em contrapartida o currículo oculto, moldado pelos professores e neste contexto é possível observar a relevância deste profissional para transformação social, pois enquanto sujeito ativo, o docente a partir de sua cultura profissional pode adaptá-lo, intervindo assim na configuração dos significados das propostas curriculares e na dualidade entre ensino técnico e científico.

É possível superar a dicotomia entre formação geral e formação profissional com oferta do ensino médio integrado? De acordo com Moura (2013) isso só será possível em uma perspectiva de futuro, mas para isso é necessário plantar e cuidar para que cresçam as sementes da formação humana integral, aproveitando-se das contradições do sistema capitalista. Numa concepção Marxista para esta transição para a escola laica, politécnica, universal, pública e gratuita é preciso lutar por escolas profissionalizantes e práticas em que o germe do ensino irá elevar a educação da classe operária acima das classes superiores e médias.

Finalmente, em meio a essas disputas e contradições, para que se avance na direção de materializar a concepção de formação humana integral, é fundamental compreender que a histórica dualidade estrutural na esfera educacional não é fruto da escola, mas da sociedade dual/cindida em que se vive, por imposição do modo de produção capitalista. Isso exige que a escola se estruture de forma dual no sentido de fortalecer o modo de produção do capital que se baseia na valorização diferenciada do trabalho intelectual e do trabalho manual. Portanto, romper essa dualidade estrutural da educação escolar completamente não depende apenas do sistema educacional, mas,

antes, da transformação do modo de produção vigente (MOURA, 2013, p. 719).

O ensino médio é a etapa final da educação básica, mesmo contando com a maioria dos alunos com menos de 18 anos muitos deles já ingressaram no mundo do trabalho devido a realidade socioeconômica e a sociedade capitalista, daí um dos principais pontos que atinge o ensino médio (muitos alunos deixam de estudar para trabalhar) e ensino médio técnico integrado (muitos alunos ingressam apenas para entrar no mundo do trabalho), condições estas que desfavorecem a formação integral que tem como eixo estruturante o trabalho, ciência, tecnologia e cultura e não apenas a formação para o mundo do trabalho atual.

Os resultados do ensino médio estão bem aquém daqueles dos anos iniciais da Educação Básica, os índices de evasão e repetência são recorrentes e de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ano de 2017 do ensino médio foi de 3,6, enquanto a meta estipulada era de 4,7, para comprovar este distanciamento o site do INEP reforça que nenhum estado brasileiro conseguiu atingir a meta. Já os anos iniciais do Ensino Fundamental neste mesmo período atingiu o índice de 5,8 superando em 0,3 a meta proposta de 5,5²⁴.

Essa mensuração no ensino médio acontece há tempos sempre comprovando a estagnação, a defasagem do ensino, taxas elevadas de abandono, reprovações e distorção série/idade, diante das demandas e complexidades foram implementados documentos normativos em busca de minimizar estes embates e elevar os índices, o acesso a permanência, colaborando para a homologação da BNCC e da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a LDBEN nº 9.394/96 e regulamenta a reforma do ensino médio:

Art. 12. Os sistemas de ensino deverão estabelecer cronograma de implementação das alterações na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conforme os arts. 2º, 3º e 4º desta Lei, no primeiro ano letivo subsequente à data de publicação da Base Nacional Comum Curricular, e iniciar o processo de implementação, conforme o referido cronograma, a partir do segundo ano letivo subsequente à data de homologação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, p. 01, 2017).

²⁴ Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/ideb/nenhum-estado-atinge-a-meta-do-ideb-2017-no-ensino-medio>. Acesso em 17/11/2022 às 20h36min

A educação Base Nacional Comum (2018) é concebida por meio de uma base de educação geral complementada por itinerários formativos que se relacionam às diferentes áreas de conhecimento, incluindo a educação técnica e profissional, sendo que esta reforça a divisão de classes, pois contribui para que o trabalhador aceite naturalmente a sua condição de trabalhador flexível, o operário que serve ao mercado de trabalho e o movimenta, uma vez que participa de cursos de formação e treinamento aligeirados ofertadas pela educação geral, básica, técnica ou superior.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que visa a unificação curricular e o desenvolvimento de competências e habilidades específicas ao longo dos níveis de ensino, que conforme preconiza a LDBEN nº 9.394/96 estão divididos em: educação infantil, educação básica e ensino médio, não é um currículo obrigatório, mas orienta a re(elaboração) dos referenciais curriculares das instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, no intuito de elevar a qualidade educacional, mas é preciso ressaltar que a mesma “se faz” obrigatória à medida em que os materiais e as avaliações externas se pautam inteiramente nesse documento, sendo assim não a vimos desvinculada dos interesses privados capitalistas.

É um documento que gerou vários debates e controvérsias sobre os seus reais objetivos e efetividade. Observa-se que as principais mudanças no ensino médio se refletem: na elaboração dos currículos locais, formação inicial e continuada dos professores, material didático, avaliação e apoio pedagógico aos alunos. As diferentes esferas educacionais deverão revisar seus currículos e adequá-los tendo a BNCC como um núcleo comum para essa reestruturação, ela define competências e conhecimentos essenciais na parte comum (1800 horas).

A BNCC é criticada sob vários aspectos, para exemplificação, um ponto bastante polêmico é com relação a algumas lacunas que a base apresenta especialmente com relação a Educação de Jovens e Adultos, diversidade e sexualidade. A discussão aqui promovida mostra que a base pode ser eficaz, entretanto precisa ser revista e reestruturada, pois a unificação curricular em um país com tamanha diversidade pode não ser o ideal mesmo tendo a parte diversificada para que as escolas adaptem seus currículos as peculiaridades regionais e locais.

Outra questão grave é à formação do professor, a vinculação mecânica com a BNCC (2018) define só duas disciplinas obrigatórias com professores com formação

específica, português e matemática, disciplinas como sociologia e filosofia, não tem mais esta exigência sob o discurso da interdisciplinaridade e do professor polivalente, contribuindo para a precarização do trabalho do professor, superficialidade e não aprofundando em uma disciplina específica.

Mas o que está por trás do fim da obrigatoriedade, do ponto de vista da formação do professor nestas disciplinas? E por que a obrigatoriedade, do ponto de vista da formação em português e matemática? Para a regulação do capital não é interessante sujeitos críticos, reflexivos e agentes, mas é necessário que este mesmo sujeito seja proficiente na leitura, escrita e na resolução de operações matemáticas complexas, conteúdos estes cobrados nas avaliações externas que regulam as avaliações internas, uma vez que a qualidade do ensino é mensurada por meio dos indicativos quantitativos, padronizando a aprendizagem aos objetivos de dados estatísticos.

O conhecimento a ser oferecido na concepção da regulação do capital é para a formação instrumental; ler, escrever e dominar as quatro operações já contribui para o profissional almejado pelo sistema capitalista (PARO, 2021). Para tanto é suficiente a formação mínima ou inespecífica para o trabalho com as disciplinas que criticam e mostram o contexto histórico no qual a sociedade ainda se vê amarrada.

As críticas relacionadas à BNCC (2018) são bastante recorrentes, como pode ser observada nos discursos elencados por Kuenzer (2017), ressalta que o ensino médio na atual versão integra a pedagogia da “acumulação flexível”, condição esta que busca formar trabalhadores com subjetividades flexíveis para se adequar ao mercado de trabalho flexibilizado, esse trabalhador precisa ser multitarefa a fim de se tornar útil ao mercado de trabalho. De caráter instrumental favorece a redução da formação ao conhecimento tácito e prático favorecendo o recuo da teoria.

O Novo Ensino Médio é um modelo de ensino que o aluno opta por uma formação técnica e profissionalizante, são muitos os desafios e não menores as expectativas, especulações e inquietações, afinal é preciso atender as necessidades individuais com foco na equidade, mas a reforma do ensino médio pode limitar as possibilidades do estudantes quando se pensa que a grade curricular será cumprida em duas etapas, sendo 1800 horas nas áreas de conhecimento preconizadas na BNCC e 1200 em itinerários formativos, mas questiona-se: as escolas terão recursos físicos, pedagógicos e humanos para atender qualitativamente as especificidades estudantis?

Há um entrave nesta nova postura do NEM, pois as escolas não estão todas, em sua maioria, preparadas arquitetonicamente para atender toda essa demanda da nova estrutura que traz a Lei nº 13.415/2017. Do mesmo modo, os professores não estão recebendo capacitação adequada para atuarem nesse novo cenário e em muitos locais não houve nenhum tipo de capacitação (SANTOS, 2022, p. 08).

Para Moura (2021) as mudanças educacionais sofrem interferências do que vem acontecendo na sociedade, assim como em todos os setores da vida humana, sendo assim o macro da totalidade social reflete nos diversos segmentos. Ainda de acordo com Moura (2021) a partir dos anos 2000, mais especificamente 2003, foram garantidos alguns direitos básicos e limitados à classe trabalhadora, não por ideologias socialistas ou de direita, mas sim amparados nos preceitos capitalistas, entretanto estes mínimos avanços incomodaram as elites que estão no poder, sendo assim começam a ser retirados, assim embates políticos foram lançados a fim de afastar o governo que a grosso modo “possibilitou o acesso a direitos limitados”, a fim de perpetuar os golpes que estão sendo lançados na sociedade brasileira contemporânea.

Daí os motivos pelos quais retira-se investimentos nos diversos segmentos da sociedade, no caso específico aqui tratado, da educação, um exemplo disso é a ementa constitucional 95, que congela os investimentos nas áreas sociais por 20 anos, ou seja, a educação é uma área social, então ela é afetada. Mas por que um congelamento apenas nas áreas sociais? Talvez a resposta mais plausível seja que isso amplia diretamente a divisão de classes, pois irá impactar nos direitos das classes menos favorecidas, mantendo a regulação do capital. É possível ainda citar como retirada dos direitos sociais, a reforma trabalhista e de modo específico na educação à reforma do ensino médio (MOURA, 2021).

Os discursos capitalistas buscam convencer a sociedade de que é preciso mudar o currículo do ensino médio, não que não existam problemas relacionados a ele, mas a reforma do ensino médio reforça a ideia de que o currículo tem muitas disciplinas e propõe a retirada de algumas, dando 5 ênfases que são: matemática e suas tecnologias, linguagens e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas, o quinto itinerário prevê a formação técnica e profissional.

Entretanto Moura (2021) ressalta que existem problemas bem mais complexos que o currículo, como: as precárias condições de funcionamento das escolas públicas,

as instalações físicas, falta de laboratório para pesquisas, acesso à internet, espaços específicos para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais, esportivas, bibliotecas, além da qualificação profissional (professores itinerantes na rede estadual, municipal e privada devido aos baixos salários), condições estas que comprometem a construção coletiva de um planejamento com seus pares, além da falta de professores qualificados. Muitos docentes das escolas públicas e privadas ainda não ingressaram no mestrado ou doutorado, pois as vagas nas instituições públicas são escassas e extremamente concorridas, já na rede particular os custos são altos para o salário recebido.

Para Kuenzer (2017) a reforma do ensino médio regulamentada pela Lei nº 13.415/2017 contribui para alinhamento do regime de “acumulação flexível”, configurando como um retrocesso às políticas da educação profissional, as mudanças mais significativas estão relacionadas a carga horária da formação comum, é proposto o currículo flexível, limitando o direito ao conhecimento, pois a carga horária mínima de 2400 horas é reduzida para 1800, podendo até mesmo ser menor que este tempo. O restante das horas seria para os itinerários formativos, mas neste viés Moura (2021) enfatiza que nem todos terão acesso a estes 5 itinerários formativos, pois existem municípios que tem um número reduzido de escolas do ensino médio e falta professores especializados nas áreas. Não é que as instituições não irão oferecer esta complementação da carga horária, elas não terão condições para isso.

Existe uma intenção implícita da redução de direitos da sociedade, a própria Base Nacional Comum Curricular (2018) define conhecimentos mínimos, mas as adversidades, como por exemplo, o corte de verbas, contribuirá para que “o mínimo seja o máximo” (MOURA, 2021) e por isso ela vem ao encontro da retirada de direitos privilegiando a regulação do capital e limitando o direito ao acesso ao conhecimento dos filhos da classe trabalhadora. É neste viés que o docente pode ser o diferencial.

Por um lado, as políticas educacionais e as diretrizes organizacionais e curriculares são portadoras de intencionalidades, ideias, valores, atitudes e práticas que vão influenciando as escolas e seus profissionais na configuração das práticas formativas dos educandos, determinando um tipo de sujeito a ser educado. Por outro, os profissionais das escolas podem aderir ou resistir a tais políticas e diretrizes do sistema escolar ou dialogar com elas e formular, colaborativamente, práticas formativas e inovadoras em vista de outro tipo de sujeito a ser educado (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSHI, p. 24, 2017).

A ideologia dominante não quer a emancipação dos sujeitos, menos ainda o desenvolvimento emancipatório promovido pela argumentação e luta contra qualquer ato discriminatório, opressivo e antidemocrático. Teorias tradicionais e alienadoras restringem a visão crítica do mundo e os processos participativos na/da sociedade, por isso é preciso que a práxis pedagógica aponte meios para a emancipação e empoderamento da classe trabalhadora, neste contexto a Língua Portuguesa se permeada por práticas de letramento integradas e amparadas pela reflexão crítica e participativa em todos os contextos sociais poderá contribuir para a libertação dos sujeitos, tema este da próxima subseção.

Neste sentido a próxima subseção se propõe a discutir os conceitos e princípios do letramento, assim como a diferenciação entre alfabetização e letramento, uma vez que ambas as concepções são bastante usadas nos processos de ensino e aprendizagem e colaboram bastante para sua efetivação, pois elas contribuem para o empoderamento das classes uma vez que propicia significação aos processos de leitura e escrita associando-os a contextos sociais reais.

4.3 Conceitos e Princípios do Letramento

Durante algum tempo o termo letramento foi associado ao ato de alfabetizar, entretanto existe uma diferença básica entre ambos: “letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto que a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno” (SOARES, 2009, p. 87), por isso o letramento configura em um processo mais amplo uma vez que o indivíduo letrado pode usar esta condição para a conquista da sua cidadania. A diversificação de linguagens trouxe uma nova roupagem para a educação, assim os atores educacionais precisam contribuir para a desalienação e inclusão propiciando uma aprendizagem crítica e eficiente para toda sociedade independente de suas limitações.

A segregação no mundo do trabalho é recorrente, pode-se observar bem nos cursos da Educação Profissional e Tecnológica em que o dualismo entre educação geral e profissional é bastante visível o que não é o ideal, pois é possível um ensino médio integrado no qual as áreas profissionais e gerais dialoguem umas com as outras, o ensino seja pensado para que o aluno possa criticar, pensar, raciocinar, eleve a escolaridade com aperfeiçoamento com relação ao mundo do trabalho, neste

contexto a educação profissional tem o grande desafio da formação humana integrada.

Neste formato entra as concepções interdisciplinares e práticas de letramento que pontuam esta pesquisa, uma vez que a Língua Portuguesa dialoga com as disciplinas técnicas na EPT por meio de seus eixos temáticos, uma vez que “é no ensino contextualizado que o aluno aprende a língua para o uso em situações reais de interação, tomando por base textos autênticos da área em que ele atua ou irá atuar” (PETRASSO, 2014, p. 14). Para tanto a estrutura física, as instalações e os recursos humanos oriundos da rede federal de ensino favorecem a materialização entre os saberes desta integração.

No que tange a disciplina de Língua Portuguesa “pode, dentro do possível, trabalhar de forma interdisciplinar com as disciplinas técnicas na produção de textos que pertencem ao contexto da formação profissional” (LIMA, 2017, p. 516), mas para o êxito deste processo é preciso um trabalho em parceria entre os docentes. O ensino a partir de contextos reais, no caso da EPT, próprios da profissão, é muito mais abrangente e significativo para o aluno, mas estes precisam ir além do discurso do saber tecnicista e gramatical, para o uso desta língua tão útil no contexto social, cultural e profissional.

Socialmente fazemos uso constante de diferentes gêneros textuais, sejam eles orais ou escritos, são construções e manifestação culturais e desenvolver a competência comunicativa crítica e reflexiva destes gêneros capacita o estudante a usá-los adequadamente, seja nos contextos sociais ou profissionais, para tanto implica reflexão, organização das ideias, coerência e coesão, condições estas que vão sendo incorporadas ao repertório do aluno e enunciados que serão usados em situações reais de comunicação.

A Língua Portuguesa poderá facilitar o processo de ensino e aprendizagem de todas as disciplinas ministradas, seu aprimoramento e o trabalho integrado com as disciplinas profissionalizantes contribui para que o aluno tenha uma leitura mais aprofundado do mundo que o cerca, para isso o letramento²⁵ é primordial, Rojo (2012) vai além e apresenta a necessidade dos multiletramentos, ou seja, o domínio da leitura e análise de diferentes linguagens, (imagens, músicas, textos escritos) uma vez que

²⁵ De acordo com Soares (2003), letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno.

a contemporaneidade apresenta uma complexidade de multisseioses²⁶ que exige do aluno uma capacidade crítica e reflexiva muito maior para interpretá-los e usá-los para o seu desenvolvimento social, cultural e profissional.

Considerando que na EPT o ensino busca a formação geral e profissional a Língua Portuguesa precisa ser trabalhada para alcançar os fins aqui descritos e para tanto a integração curricular com as disciplinas teóricas e profissionalizantes é indispensável. O ensino deveria estar ligado ao enriquecimento do vocabulário do aluno, mas não como uma tarefa burocrática e repetitiva, mas sim como um ato consciente e significativo, intencional e associado a leitura do mundo e da realidade do aluno.

O letramento deve possibilitar conhecer e compreender situações novas, participar de atos comunicativos entre os interlocutores visando assegurar o desenvolvimento de habilidades, articulação de eixos temáticos e integração de conteúdos anunciadas na BNCC, LDBEN nº 9394/96, Novo Ensino Médio, dentre outros documentos oficiais que são constantemente implementados pelas políticas públicas, trazendo um novo *ethos* a educação contemporânea amparados nos preceitos interdisciplinares demandados pelas relações sociais, culturais e profissionais. Para tanto as ações pedagógicas devem privilegiar a construção do conhecimento crítico, engajado na realidade e na relação teoria-prática.

Diante do atual cenário, Moura (2007) ressalta a relevância de uma educação universal, pública, gratuita, laica e de qualidade para a formação tecnológica ou politécnica, entretanto o principal entrave desta conquista está relacionado à dualidade estrutural entre a educação profissional e básica assim como o desenvolvimento socioeconômico do país. As considerações aqui elencadas reforçam o ensino integrado da Língua Portuguesa na EPT, uma vez que ela “[...] objetiva apresentar a linguagem como ferramenta primordial para se compreender o mundo no qual os futuros profissionais de nível médio, nas suas respectivas áreas de atuação, serão inseridos” (LIMA, 2017, p. 17-18).

Assim, é fundamental atentar para o fato de que o trabalho como princípio educativo não se restringe ao “aprender trabalhando” ou ao “trabalhar aprendendo”. Está relacionado, principalmente, com a intencionalidade de que através da ação educativa os indivíduos/coletivos compreendam, enquanto vivenciam e constroem a própria formação, o fato de que é socialmente justo que todos trabalhem, porque é um direito subjetivo de

²⁶ Diferentes linguagens presentes nos textos híbridos (ROJO, 2012).

todos os cidadãos, mas também é uma obrigação coletiva porque a partir da produção de todos se produz e se transforma a existência humana e, nesse sentido, não é justo que muitos trabalhem para que poucos enriqueçam cada vez mais, enquanto outros se tornam cada vez mais pobres e se marginalizam – no sentido de viver à margem da sociedade (MOURA, 2007, p. 22).

Como romper este círculo? Moura (2007) trata da relevância em se articular as esferas da educação básica e profissional em uma proposta pedagógica de integração entre o ensino médio e os cursos profissionalizantes de nível médio, até porque o ensino médio, tanto o privado quanto o público, passa por uma crise de identidade e sentido, a educação está permeada por projetos societários palcos de discussão e disputa, mas é possível observar a construção, mesmo que de forma discreta, de uma organização curricular do ensino médio integrado tendo como base o conceito de politecnia e escola unitária.

Para tanto, é preciso que as produções, as leituras e as interpretações dos alunos tenham sentido mais concreto, devem ser intencionais e associadas a uma necessidade real e com isso ampliar e qualificar o repertório dos jovens nas práticas e atuação política e social. Para Freire (2001) a leitura e a escrita são formas de conscientização da realidade e meio de transformação, concebe o letramento como uma possibilidade de pensar e agir transformadora sobre o mundo e a formação da consciência crítica, daí a relevância do ato de ler e escrever para o empoderamento da realidade imediata.

Para que estas condições se solidifiquem é preciso um engajamento que perpassa o planejar conjuntamente, e o trabalho individualizado do professor na sua área de formação, é preciso integrar a interdisciplinaridade, mas ela é desafiadora porque é uma base dimensão epistemológica e formação integrada comum com as mesmas concepções.

Para desenvolver uma postura verdadeiramente interdisciplinar, é necessário assumir, a priori, os não saberes e as limitações individuais na própria disciplina que o professor leciona. Assim, a interdisciplinaridade não pode ser entendida como a fusão de conteúdos ou de metodologias, mas sim como interface de conhecimentos parciais específicos que têm por objetivo um conhecimento mais global. É, pois, uma nova postura no fazer pedagógico para a construção do conhecimento (MOURA, 2007, p. 24).

Para Moura (2007) uma forma de concretização interdisciplinar é a implementação de projetos integradores que articulam e inter-relacionam os saberes desenvolvidos pelas disciplinas, visando com isto contribuir para a construção

intelectual e autônoma do aluno por meio da pesquisa, buscando soluções para questões locais, regionais, nacionais e mundiais. Os conteúdos não devem ser vistos isoladamente possibilitando aos estudantes e professores construir, desconstruir e reconstruir conhecimentos contextualizados, produzidos e utilizados, compreendendo as finalidades das práticas e assim contribuindo para a emancipação dos sujeitos.

A interdisciplinaridade promove o desenvolvimento cognitivo do raciocínio relacionado às realidades e sem prejuízo de informação, os questionamentos são reflexos do conhecimento prévio e trampolim para discussões conceituais que elevem a aprendizagem dos alunos, para tanto estas discussões precisam estar permeadas pela intersecção de diferentes temáticas promovendo o ensino e a pesquisa em uma dimensão individual e também social.

A próxima subseção versará sobre as políticas públicas educacionais desencadeadas para o ensino da Língua Portuguesa, apresentando seus embasamentos legais, os documentos orientadores e alguns aspectos positivos e negativos apontados pelos pesquisadores que se propuseram a investigar o tema.

Com base nas pesquisas apresentadas abaixo observa-se que a estruturação das políticas públicas e sua relação com o ensino da Língua Portuguesa na EPT do ensino médio nem sempre é harmoniosa, haja vista que este ensino exige habilidades e estratégias bastante complexas que não são bem definidas, ou são definidas de forma conflituosa, comprometendo sua eficácia. Iniciemos o debate!

4.4 O Papel da Língua Portuguesa no letramento no âmbito da educação Profissional

Nesta subseção, considerando os objetivos elencados nesta pesquisa, foi analisado concepções acerca do papel do letramento na Língua Portuguesa no âmbito da educação profissional. Nesta concepção entra uma importante estratégia de ensino que são os gêneros textuais na ênfase do discurso, da comunicação, da leitura e da escrita, conjugados com as interações sociocomunicativas e amparados em contextos reais e condizentes com sua formação discente.

O ensino de Língua Portuguesa no ensino médio, assim como toda a educação básica, se mantém articulada às políticas públicas que organizam o ensino como a BNCC (2018) e a Lei 13.415/2017 que demandou a reforma do ensino médio, impactando no trabalho docente, direcionamentos estes que precisam refletir as

concepções da Língua Portuguesa numa perspectiva de prática social que amplie a dimensão linguística do aluno para que este a use, vivencie nas práticas sociais e profissionais de forma concreta na forma de enunciados ou textos.

Quando partimos dos documentos oficiais para o ensino da Língua Portuguesa no ensino médio e na EPT, faz-se necessário ressaltar que apresentam uma duplicidade de sentidos e normatizações, uma vez que são produzidos por instâncias governamentais responsáveis pela educação, por exemplo, o Ministério da Educação (MEC), fundamentados nos conhecimentos produzidos pela academia, simulam que na sua construção existe uma interlocução com os docentes e discentes, **haja vista os discursos acerca da construção da BNCC** (grifos nossos), entretanto essa relação dialógica não aparece na concretização das propostas presentes (PIETRI, 2007).

Dessa forma, quem planeja e define os rumos do ensino sistematizado não participa efetivamente dele, condições estas que comprometem a sua qualidade, pois existe um distanciamento entre o real e o proposto, uma vez que nem sempre as condições definidas se articulam com os contextos escolares assim como a construção dos sentidos em sua totalidade.

Um ensino que parece não ter nenhuma razão ligada à vida das pessoas, uma vez que é um ensino que se estrutura apenas na perspectiva formal da identificação e classificação de unidades e estruturas da língua, esquecendo quase por completo a outra parte da gramática, que é o funcionamento da língua em textos que produzem efeitos(s) de sentido, permitindo a comunicação em situações concretas de interação comunicativa (TRAVAGLIA, 2007, p.54).

Entretanto, como são documentos oficiais que regulamentam a educação norteiam as práticas pedagógicas, o ideal é que estes documentos fossem construídos com os protagonistas da educação, professores, alunos, pais e responsáveis e não por coadjuvantes indicados pelas esferas educacionais que muitas vezes nunca desenvolveu um trabalho efetivo sala de aula.

O quadro abaixo apresenta as orientações para o ensino da Língua Portuguesa no ensino médio:

Quadro 3: Leis e Documentos oficiais para o Ensino da Língua Portuguesa.

Documento	Publicado por	Ano	Princípios
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96)	Congresso Nacional, Presidente da República e Ministro da Educação.	1996	Define que os currículos do ensino médio tenham uma base nacional comum completada pelas instituições de ensino, e obrigatoriamente, o estudo da Língua Portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política.
Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio (PCNEM)	Ministério da Educação (MEC), da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC)	2000	Reforma curricular, delimita a área de Linguagens, códigos e suas tecnologias para o ensino médio, cuja matriz curricular está na LDBEN e no parecer do CNE/CEB nº 10/1998 nº 15/98. Sua natureza, é transdisciplinar, não menos quando é enfocada como objeto de estudo, e exige dos professores essa perspectiva em situação didática” (BRASIL, 2000, p. 05). Propõe formação geral, em oposição à formação específica.
Orientações curriculares para o ensino médio (OCM)	Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB)	2006	A Língua Portuguesa no ensino médio deve propiciar ao aluno o refinamento de habilidades de leitura, escrita, fala e escuta, demonstrando a relevância dos estudos sobre a produção de sentido em práticas orais e escritas de uso da língua e, mais amplamente, da linguagem, em diferentes instâncias sociais.
Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio (DCNEM)	Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC)	2018	As propostas curriculares devem elevar a Língua Portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania; o critério dos sistemas de ensino, a formação geral básica pode ser contemplada em todos ou em parte dos anos do curso do ensino médio, com exceção dos estudos de Língua Portuguesa e da matemática que devem ser incluídos em todos os anos.
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Ministério da Educação (MEC)	2018	Prevê como obrigatória, durante os 3 anos, os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Aponta a flexibilização da organização curricular desta etapa, por meio dos itinerários formativos previstos na legislação brasileira.

Fonte: elaborado pela autora com base nas diretrizes e orientações citadas no quadro.

As leis e diretrizes apontam a relevância do ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa para o desenvolvimento humano e competências discursivas, a língua materna é a principal forma dos indivíduos se comunicarem em sociedade e por isso

é uma ferramenta essencial para o enfrentamento das relações de trabalho e para o desenvolvimento cultural e social. Esta prepara o aluno para lidar com diversas situações do cotidiano e por isso é fundamental para a compreensão e acesso às demais áreas do conhecimento, o que certamente contribui para a qualidade do ensino no país.

[...] destacadas as competências que dizem respeito à constituição de significados que serão de grande valia para a aquisição e formalização de todos os conteúdos curriculares, para a constituição da identidade e o exercício da cidadania. As escolas certamente identificarão nesta área as disciplinas, atividades e conteúdos relacionados às diferentes formas de expressão, das quais a Língua Portuguesa é imprescindível (BRASIL, 1999, p. 105).

As instituições de ensino como espaços de formação humana precisam manter em seus documentos oficiais a interlocução com a formação profissional e ações desenvolvidas na disciplina de Língua Portuguesa faz parte deste contexto, disciplina esta que compõe os currículos escolares desde os níveis iniciais de ensino até a conclusão dos estudos.

O modelo do letramento que favorece os processos educativos na perspectiva dos usos sociais da leitura e da escrita incorporados no cotidiano e promove a leitura de mundo, configura-se como um meio de dar significado a fins específicos em uma construção contínua, é um modelo social e plural que envolve mudanças (SREET 1984). Neste debate Soares (2009) esclarece que o letramento é:

Conjunto de habilidades necessárias para "funcionar" adequadamente em práticas sociais nas quais a leitura e a escrita são exigidas, na interpretação radical, "revolucionária", letramento não pode ser considerado um "instrumento" neutro a ser usado nas práticas sociais quando exigido, mas é essencialmente um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais (SOARES, 2009, p. 75).

O exposto evidencia que o letramento contribui para que a aprendizagem seja significativa, uma vez que o mesmo se integra a realidade, daí a relevância do letramento estar atrelado a diferentes gêneros textuais e digitais, gêneros estes que fazem parte do mundo do aluno, o que é um desafio para a escola uma vez que estas atividades exigem um conhecimento mais aprofundado dos recursos digitais disponíveis, mas é uma ação necessária para a adequação das instituições de ensino

as demandas e objetivos educacionais contemporâneos. No que concerne a definição de gêneros textuais podem ser assim representados:

A alusão ao termo gênero textual, por convenção, dada a sua recorrência na vida cotidiana e principalmente nas aulas de Língua Portuguesa, remete-nos às diferentes formas, características e linguagens dos diversos textos, sejam eles orais ou escritos, tradicionais ou digitais, que fazem parte das relações comunicativas e do convívio social humano. Em vista desta primeira percepção, toma-se, a exemplo, categorias como: contos, lendas, fábulas, poemas, cardápios, charges, tirinhas, histórias em quadrinhos, notícias, reportagens, resenhas, e-mails, enfim, uma lista infindável, que vai dos mais simples aos mais complexos, no que diz respeito a seu uso e praticidade (ROCHA, p. 22, 2020).

Faz-se mister reforçar que este trabalho não pode estar desvinculado da prática, como já vem sendo reforçado aqui, teoria e prática são indissociáveis, os gêneros textuais tem uma abrangência enorme, uma vez que circulam socialmente e integram os processos de comunicação e a interação entre os sujeitos. Na EPT desenvolvida no ensino médio atividades interativas com gêneros textuais próprios do cotidiano e prováveis de serem usados em suas ações, como por exemplo, nas atividades profissionais e inserções sociais são fundamentais.

Os documentos que orientam o ensino apontam para a dimensão e necessidade de implementação de novas estratégias de ensino em termos pedagógicos da Língua Portuguesa assim como das demais disciplinas privilegiando a prática cotidiana com discursos, sejam orais ou escritos, que elevem o conhecimento dos alunos.

Percebe-se que o uso dos gêneros textuais enquanto instrumento pedagógico e objeto de ensino ainda não atendem aos preceitos das competências comunicativas²⁷, o que é desfavorável para o processo de ensino contemporâneo, pois tanto professores quanto alunos estão acostumados à construção dos sentidos da Língua Portuguesa em uma dinâmica que não cabe na EPT, ou pelo menos não é a ideal, pois o ensino dela sempre esteve atrelado às tradições normativas, filológicas, descontextualizadas e homogêneas, entretanto o tratamento didático precisa ser intencional e particular para matizar sua competência discursiva, por isso se valer dos

²⁷ O aspecto de nossa competência de uso de uma língua que nos possibilita transmitir e interpretar mensagens e de negociar significados interpessoalmente dentro de contextos específicos” (ALMEIDA FILHO; FRANCO, 2009, p. 6), ou seja, o contexto social e a interação entre os comunicantes são fatores essenciais para o desenvolvimento.

gêneros textuais que circulam socialmente colabora para o desenvolvimento de competências linguísticas necessários para o pleno desenvolvimento social do aluno.

Neste viés a organização curricular precisa ser repensada, já vimos essa necessidade firmada na BNCC (2018) e nas exigências do novo ensino médio (2017), não questionaremos aqui a eficácia ou não de ambos, mas sim a necessidade das mudanças de gestão das práticas pedagógicas e suas implicações nestes documentos a fim de que o ensino seja efetivado com excelência. A escola como agente de transformação não pode negar sua missão social e para tanto se adequar a realidade dos seus sujeitos é imprescindível, sendo assim é preciso visualizar um currículo que integre práticas de letramento amparadas pelas novas tecnologias e configure um leitor múltiplo, um cidadão múltiplo e um profissional múltiplo, que é aquele que não só domina uma área de conhecimento, mas agrega diferentes conhecimentos.

Nesta perspectiva os gêneros textuais como instrumentos didáticos e as práticas de letramento para uso na vida e no trabalho são fundamentais, pois eles estão relacionados a vida cotidiana e para o processo de desenvolvimento da leitura, escrita, produção textual e interpretação são bastante colaborativos, pois se relacionam com o cotidiano comunicativo do aluno, sendo assim um trabalho integrado entre as áreas do saber usando textos que exercem uma função específica são primordiais.

Esta relevância do uso dos gêneros textuais no ensino da Língua Portuguesa já era evidenciada desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa (1998), o documento reforça-os como importantes aliados no processo de ensino e aprendizagem na sala de aula desmistificando o tradicionalismo do ensino isolado e descontextualizado. Qual docente nunca ouviu aquele “famoso” questionamento: “Pra” que eu vou usar isso? Pois bem, quando o docente usa um gênero textual próprio das interações discentes essa questão certamente nem virá à tona, pois será mais evidenciado quando, onde e porquê usá-lo.

Tudo o que dizemos, cantamos ou escrevemos/digitamos, tudo o que enunciamos, dá-se concretamente na forma de enunciados ou textos. E todo enunciado articula-se em uma forma relativamente estável de enunciar, que é o gênero. Um enunciado serve para expressar, por meio da língua/linguagem, uma significação, uma apreciação a respeito do mundo, das coisas, dos outros e de outros ditos (ROJO, 2015, p. 28).

Tanto na EPT quanto nos outros níveis e modalidades de ensino faz-se necessário que os professores da disciplina de Língua Portuguesa e das disciplinas de formação técnica desenvolvam um ensino integrado com estratégias teórico-metodológicas dinâmicas e reais elencando gêneros textuais coerentes com a formação profissional na qual estão integrados, por isso estes agrupamentos textuais precisam ser selecionados de acordo com os objetivos almejados. Estas condições engajadas com as relações sociais e demandas concretas do cotidiano extrapolam o ambiente escolar intervindo positivamente na realidade dos sujeitos.

De acordo com Bakhtin (2003) a comunicação só é possível por meio de algum gênero e este carrega o enunciado que é a intenção para se chegar a uma relação dialógica com o outro. Nossa fala e nossa escrita estão articuladas por gêneros textuais e do discurso, eles permeiam nossa vida diária e organizam nossa comunicação, por isso as práticas pedagógicas de letramento e de gêneros textuais são fundamentais e necessárias para o desenvolvimento na EPT das demais áreas do conhecimento, sejam elas teóricas ou práticas, na perspectiva da formação integral, omnilateral e emancipadora.

Na teoria Bakhtiniana os gêneros se dividem em: gêneros primários, aqueles usados nas atividades mais simples e cotidianas, geralmente, mas não necessariamente, ligados ao diálogo oral, como: ordens, pedidos, cumprimentos, conversas com amigos ou parentes, bilhetes, cartas, posts em blogs. De outro modo, os gêneros secundários são aqueles usados em finalidades públicas em diferentes tipos, esferas, atividades humanas e de comunicação, são mais complexos, se valem da escrita e de outras linguagens, sua função é mais formal e oficial, podendo citar como exemplos: relatórios, atas, formulários, notícias, anúncios, artigos, romances, noticiários, dentre outros.

Ambos são indispensáveis para a formação humana e desenvolvimento linguístico oral e escrito, pois por meio deles os alunos podem adquirir a capacidade de produzir, compreender, interagir, interpretar, construindo sua própria capacidade de atuar na sociedade de modo geral, uma vez que os gêneros "estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação" (BAKHTIN, 2003, p. 262).

Para tanto, os docentes precisam se preocupar em aproximar o máximo possível esses gêneros da realidade e interesse dos alunos, por isso a escolha deles precisa ser feita de forma cautelosa. Importante enfatizar que tal atividade não é fácil

se levarmos em conta que a escolha dos conteúdos não depende exclusivamente dos professores, mas sim do cumprimento do currículo escolar, daí a relevância de um currículo integrado e amparado nos preceitos da interdisciplinaridade e peculiaridades locais e regionais.

A fim de se alcançar tais resultados, de aproximar as produções textuais da realidade e interesse dos alunos, é indispensável o planejamento conjunto dos docentes das disciplinas teóricas e profissionalizantes e também investimento na formação continuada e qualificação desses profissionais que foram historicamente formados para o trabalho individualizado, mas que precisam se aperfeiçoar para atender as demandas contemporâneas. Faz-se relevante reforçar o fato de que a EPT deve contribuir para a formação de profissionais para atuar qualitativamente e quantitativamente não apenas no mundo do trabalho, mas também adquirir conhecimentos científicos, técnicos, tecnológicos e ético-políticos.

Para que tais condições se efetivem devem ser potencializadas as competências dos alunos, dentre outras a competência linguística é fundamental, pois a formação integral busca prepará-los não apenas para a força do trabalho, mas também para atuar nos contextos formais profissionais, que exigem do aluno um desenvolvimento linguístico eficaz para falar em público, enviar e interpretar correspondências escritas diversas de acordo com sua área de atuação.

Diante do exposto fica evidenciado que o trabalho integrado da Língua Portuguesa com as demais disciplinas, amparadas em práticas de letramento permeadas por diferentes gêneros textuais, irá impactar positivamente na sua vida enquanto profissional, uma vez que elevará a condição do aluno egresso da EPT para o exercício de profissões nos diferentes níveis de desenvolvimento: braçal e cognitivo.

Para tanto o professor de Língua Portuguesa além de se apoiar no currículo da sua disciplina pode também se apoiar no currículo das disciplinas técnicas, e vice-versa, para a realização de um trabalho interdisciplinar na produção de textos que pertencem a formação profissional escolhida pelo aluno. Pode ainda identificar as reais dificuldades dos alunos por meio de uma análise de suas necessidades para estabelecer metas e estratégias adequadas e facilitar o ensino de Português no contexto da EPT (LIMA, 2018).

Postular vivências significativas aos alunos e rever as práticas de ensino vigentes são ações urgentes! O contexto educacional em geral e da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) apontam para a importância da transformação do

ensino e isso só será possível pela promoção de reflexões que envolvem as diferentes áreas do conhecimento científico, isso implica uma ação docente transformadora e relacionada com a realidade do aluno e com as questões sociais no intuito de contribuir para a reflexão crítica e sua emancipação.

Passaremos agora para a próxima seção e proceder a apresentação das categorias que foram criadas após a concretização da pesquisa, faz-se importante ressaltar que a categorização e a forma de análise dos dados foi explicitada na seção 3 desse estudo, para tanto foram incluídos e excluídos alguns conteúdos que foram coletados na entrevista presencial com os docentes e formulários respondidos pelos discentes na plataforma *Google Forms*, pois existem conteúdos que não são relevantes para nenhuma das categorias, estes então foram excluídos, ao passo que os outros foram aqui discutidos.

5 PERCEPÇÕES DOCENTES E DISCENTES

Nesta seção passaremos para a análise e discussão das categorias, amparadas nas falas dos docentes e discentes que foram construídas após a entrevista com os docentes, entrevistas estas que aconteceram ao longo do mês de setembro do ano de 2022 e os questionários com os discentes que também aconteceram no mesmo período. Foram criadas categorias distintas para o segmento docente e discente.

As categorias docentes foram organizadas da seguinte forma:

Quadro 04 – Categorias de análise da pesquisa com docentes

Categorias docentes	
1	Documentos reguladores do ensino médio no IF Goiano – <i>campus</i> Ceres e suas contribuições para o currículo integrado.
2	Materialização do currículo integrado e interdisciplinaridade
3	Percepção docente sobre a integração curricular
4	Práticas de letramento na disciplina de Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes
5	Formação docente

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir da análise da pesquisa com os docentes

A primeira categoria elencada aborda os documentos que deliberam os rumos do processo de ensino e aprendizagem no IF Goiano – *campus* Ceres, uma vez que o trabalho docente está amparado nestes documentos e por isso investigamos se de forma pontual há uma prescrição curricular e dos demais documentos normativos da Instituição de Ensino (IF Goiano – *campus* Ceres) sobre a vinculação/correlação das disciplinas teóricas e práticas no curso do 3º ano em Meio Ambiente do ensino médio integral.

Fizemos a análise dos documentos normativos e institucionais que norteiam o desenvolvimento das práticas profissionais do ensino no Instituto Federal Goiano - *campus* Ceres, que são: o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Meio Ambiente, a ementa dos componentes curriculares e a matriz curricular, a fim de analisar se estes documentos contemplam os pressupostos da integração curricular nas práticas educativas da disciplina de Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes no curso técnico em Meio Ambiente.

5.1 Documentos reguladores do ensino médio no IF Goiano – *campus Ceres* e suas contribuições para o currículo integrado

O ensino sistematizado do Instituto Federal Goiano exige a elaboração de documentos oficiais que visam orientar o processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, passemos para a análise dos mesmos amparada pelas respostas dos docentes nas entrevistas, pois esta análise documental buscou estabelecer uma fundamentação de ideias e afirmações uma vez que se constitui em um instrumento para a consolidação dos dados previamente levantados e obtidos no decorrer da pesquisa, estas condições contribuem para aproximação analítica amparadas nos documentos do curso. “A elaboração do Projeto Pedagógico de Curso, é instituída a partir de 1996, atribuindo às universidades brasileiras um planejamento capaz de nortear o desenvolvimento das atividades pedagógicas (...)”²⁸.

A fim de subsidiar esta análise foi desenvolvida uma investigação acerca do planejamento das aulas pelos docentes da instituição de ensino, assim como a forma como ele acontece explicitado nos documentos oficiais da instituição, documentos estes que norteiam o trabalho pedagógico amparados pela análise documental que já foi realizada e que agora irá subsidiar esta reflexão aprofundada.

Considerando as exposições dos docentes observa-se que os documentos em que se apoiam para o planejamento de suas aulas e práticas pedagógicas é o Projeto pedagógico do curso (PPC) o qual se embasa nas diretrizes curriculares estaduais e também aquelas fornecidas pelo Ministério da Educação (MEC), nele estão contempladas as disciplinas, conteúdos, procedimentos teóricos-metodológicos, as práticas e critérios gerais de avaliação. É este documento que fundamenta e sistematiza a organização curricular do Instituto Federal Goiano nos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

O PPC do curso do 3º ano técnico integrado em Meio Ambiente foi analisado a fim de verificar a proposição da integração curricular das disciplinas presentes, de forma mais específica da disciplina de Língua Portuguesa e profissionalizantes, componentes estes escolhidos para uma análise mais aprofundada e verificação da relação dialógica das práticas de ensino nelas.

²⁸ Disponível em: <https://blog.saraivaeducacao.com.br/projeto-pedagogico-de-curso/>. Acessado em 22 mai. 2023 às 17h08min.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Meio Ambiente faz uma ampla apresentação do curso, desde sua portaria de criação, apresenta a Instituição, neste caso o IF Goiano - *campus* Ceres de Ensino (infraestrutura, recursos humanos e pedagógicos), a justificativa do curso; áreas de conhecimento; carga horária; matriz curricular; componentes curriculares; objetivos; perfil do corpo docente e discente; atividades complementares; programas e projetos e processos de avaliação. Embasado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio que são propostas pelo Ministério da Educação (MEC) orienta e define as práticas pedagógicas e curriculares. Concentra as concepções do curso, fundamenta e sistematiza a organização curricular.

Passaremos a descrição dos componentes curriculares definidos para a disciplina de Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes, foco de nossa pesquisa.

Quadro 05 – Componentes Curriculares do Curso Técnico em Meio Ambiente.

Componentes Curriculares do Curso Técnico em Meio Ambiente – 3º ano	
Disciplina	Ementa
Estudos e Relatório de impacto ambiental	Estudo das matrizes de impactos ambientais simples e complexas de interação, de Leopold, etc. Características do EIA/RIMA. Técnicas empregadas na elaboração de estudos de impactos ambientais. Redação de relatórios. Medidas mitigadoras de impactos. Determinação da significância dos impactos: Requisitos legais e outros requisitos; Frequência; Consequências ditadas pelos subcritérios: 1. Escala. 2. Duração. 3. Severidade. 4. Partes interessadas. 5. Condições peculiares. Análise de risco: Árvore de falhas (AFA); Consequências e Vulnerabilidade (ACV); Modos de falha efeitos (AMFE). Impactos potenciais de um projeto considerando os resíduos sólidos. Investigação de problemas, resolução de conflitos, situações de emergências, elaboração de procedimentos e de relatórios. Os grandes impactos ambientais em nível global e seus riscos ambientais. Investigação de problemas, resolução de conflitos, situações de emergências, elaboração de procedimentos e de relatórios. Armazenagem e destino final de resíduos sólidos industriais, urbanos, zootécnicos e agroflorestais. Zoneamento de áreas industriais, técnicas de setorização e orientação de atividades. Conhecimento dos princípios de desenvolvimento sustentável e da Agenda 21. Energias alternativas. Técnicas de minimização da poluição das águas, do ar e do solo. Enfoque ambiental técnico-econômico em cadeias produtivas. Técnicas de monitoramento dos poluentes atmosféricas. Técnicas de preservação da vida selvagem. Abrigos e transferências. Técnicas de medição de vazões de líquidos e gases. Técnicas de uso e ocupação do solo.
Licenciamento Ambiental	Licenciamento: Trata de conhecer as etapas do processo de licenciamento ambiental no Estado de Goiás; aborda os diversos tipos de licenças e autorizações ambientais; discute os aspectos legais e os procedimentos

	administrativos necessários para realizar a regularização ambiental de empreendimentos agropecuários e industriais; trata de conhecer formulários e termos de referência elaborados pelos órgãos ambientais para fins de regularização ambiental de empreendimentos; aborda os diferentes tipos de estudos ambientais; envolve a classificação dos empreendimentos em função do porte e potencial poluidor considerando a legislação ambiental.
Análises, tratamento de água e esgoto	Definição e caracterização de efluentes (ETE); técnicas de coleta de amostras de efluentes e resíduos sólidos; análises de efluentes para fins de controle ambiental: pH, temperatura, alcalinidade. Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), Demanda Química de Oxigênio (DQO), série de sólidos, óleos e graxas; parâmetros de referência e legislação pertinente ao lançamento de efluentes e resíduos sólidos; Interpretação de laudos de análises laboratoriais. Etapas do tratamento da água para consumo doméstico; Estação de Tratamento de Água (ETA); padrões de potabilidade da água para consumo doméstico; coleta e preservação de amostras de água com a finalidade de controle ambiental; análises físico-química de água: temperatura, série de sólidos, pH, acidez, dureza, turbidez, cloretos, alcalinidade, oxigênio dissolvido e coliformes fecais. Classificação dos microrganismos; morfofisiologia e importância ambiental dos protozoários, bactérias, vírus e fungos; principais análises laboratoriais relacionadas à microbiologia ambiental; processos de digestão aeróbica e anaeróbica; fundamentos de microbiologia da água e do solo; biofilmes; biocorrosão; biorremediação; eutrofização.
Administração e Empreendedorismo	Empreendedorismo e perfil empreendedor. Desenvolvimento de plano de negócios. Viabilização do negócio. Propriedade intelectual. Legislação aplicada. Aspectos gerais sobre ética e responsabilidade socioambiental.
Língua Portuguesa	A arte como representação do mundo. Da análise da forma à construção do sentido. Prática de leitura e produção. Literatura: Pré-Modernismo, Modernismo. Período composto por subordinação: orações substantivas, adjetivas e adverbiais. Período composto por coordenação: orações sindéticas e assindéticas. Gêneros textuais: crônica, carta de leitor, cartas argumentativas, o texto de divulgação científica, texto dissertativo-argumentativo. A pontuação. Concordância: nominal e verbal. Regência: verbal e nominal. Colocação pronominal. Textos verbais e mistos. Leitura, interpretação e produção de textos.

Fonte: Ementa do Curso Técnico em Meio Ambiente, *campus* Ceres, 2015.

Compreendemos que é suma relevância que os componentes curriculares estejam dispostos de forma integrada para a formação emancipatória dos sujeitos, entretanto pela análise desenvolvida na ementa apresentada no PPC do curso técnico integrado em Meio Ambiente do IF Goiano - *campus* Ceres ficou sinalizado que os estudos entre as áreas do saber são disciplinares, ou seja, apresentam apenas os conteúdos da área específica, não apresentam características interdisciplinares e nem mesmo integração curricular dos mesmos.

Os conteúdos são apreendidos por partes lineares isoladas, o que restringe a integração entre as disciplinas, e restringe a oportunidade de problematizações e

descobertas discentes que podem ser promovidas quando o professor desenvolve atividades que integram as áreas do saber. Amparados nos estudos de Gatti e Nunes (2008) é possível observar que os estudos concernentes a formação profissional específica no que concerne as disciplinas demonstram que:

[...] trazem ementas que registram preocupação com as justificativas sobre o porquê ensinar, o que, de certa forma, contribuiria para evitar que essas matérias se transformassem em meros receituários. Entretanto, só de forma muito incipiente registram o quê e como ensinar. Um grande número de ementas registra frases genéricas não permitindo identificar conteúdos específicos. Há instituições que propõem o estudo dos conteúdos de ensino associados às metodologias, mas ainda assim, de forma panorâmica e pouco aprofundada [...]o que sugerem as ementas é que esta é feita de forma ainda muito insuficiente (GATTI; NUNES, 2008, p. 22).

Ao remeter a ideia de currículo integrado não é possível dissociá-la do planejamento integrado, pois são ações que se correlacionam e ecoam nos processos interdisciplinares. Os discursos acerca destes temas estão cada dia mais acirrados, entretanto é preciso observar como este se traduz na prática da sala de aula. Indiscutivelmente para que a integração curricular nas disciplinas teóricas e práticas aconteça é preciso ir além do planejamento conjunto e de ações didático-pedagógicas interdisciplinares que integram as diversas áreas do conhecimento, é preciso que ele aconteça.

Passando para a análise da Matriz Curricular do Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente, documento este que encontra no anexo I do PPC, observa-se que o currículo é organizado em 03 (três) anos letivos e consecutivos, as disciplinas divididas em 3 eixos: base nacional comum, parte específica e profissionalizante (ensino profissional) e atividades complementares e trabalho de conclusão de curso.

Faz-se importante ressaltar que esta matriz curricular ainda não contempla os pressupostos do Novo Ensino Médio, haja vista que ele só passou a ser obrigatório nas instituições escolares no ano de 2022 e ainda assim para os alunos do primeiro ano, sendo assim somente em 2024 todos os anos escolares estarão atendendo ao novo formato, como esta pesquisa foi desenvolvida no ano de 2022 ainda não estavam contemplados os Itinerários Formativos (Trilhas de Aprendizagem e nem mesmo a divisão por área de conhecimento: Matemáticas e suas Tecnologias; Linguagens e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pois esta adequação será gradual, analisemos o quadro abaixo:

Quadro 06: Disciplinas do Curso Técnico em Meio Ambiente.

Matriz Curricular do Curso em Meio Ambiente – 3º ano		
Número de alunos matriculados		36
Carga Horária Total 3º		1296
Disciplinas da Base Nacional Comum	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa Artes Inglês Espanhol Educação Física
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Física Química Biologia Matemática
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História Geografia Sociologia Filosofia
Parte Específica (Ensino Profissional)		Estudo e Relatório de Impacto Ambiental; Licenciamento Ambiental; Análises, tratamento de água; Administração e empreendedorismo;
Prática Profissional		Trabalho de curso

Fonte: Matriz Curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente, IF Goiano - *campus* Ceres, 2015.

Pode-se observar que a própria distribuição das disciplinas na matriz curricular do Curso Técnico em Meio Ambiente traz a separação das disciplinas da base comum e da parte específica profissional. A carga horária total é de 1296 horas somando as disciplinas do núcleo comum, parte específica e parte profissional (horas complementares e trabalho de curso), entretanto é importante ressaltar que a carga horária total do curso é de 3512, o que condiz com as determinações da BNCC do novo Ensino Médio, “amplia a carga horária das escolas de 2.400 horas para pelo menos 3.000 horas totais, até o início de 2022, garantindo até 1.800 horas para a formação geral básica e o restante da jornada para os itinerários formativos” (BRASIL, 2017).

Para que o currículo integrado se materializa é preciso que os documentos basilares preconizem esta prescrição da mediação teórico-metodológica, pois reforça a relevância desse tipo de ensino uma vez que são neles que os professores se apoiam para planejarem suas aulas, como pode ser observado nas falas dos

docentes, por isso primeiramente discutiu-se com os docentes como acontece o planejamento de aulas:

Os meus planejamentos são feitos anualmente, prioritariamente eu começo sempre por um ponto de ensino, os planos são baseados nos modelos institucionais, a partir desse modelo institucional eu pego as informações que tem no projeto pedagógico de curso, informações como bibliografia básica, complementar, carga horária e vou inserindo as informações [...] aí baseado na ementa divide-se o conteúdo programático, que vai sendo distribuído ao longo do ano [...] (D1, 2022).

O referido documento ressalta que objetiva ofertar aos estudantes oriundos do Ensino Fundamental um curso Técnico em Meio Ambiente para que possam concluir o ensino médio e elevar seus conhecimentos nesta área. O curso está estruturado de forma integrada, uma vez que a estrutura curricular permite tanto uma formação geral como técnica, a fim de assegurar condições para que o profissional consiga “corresponder as exigências do mercado de trabalho” e também manter boas relações humanas, comunicar-se adequadamente tanto oral quanto escrita de acordo com a norma padrão da Língua Portuguesa, além de saber ler, interpretar e produzir textos técnicos. Observa-se que existe uma preocupação com a relação da disciplina de Língua Portuguesa com as disciplinas profissionalizantes, entretanto mais voltada para o desempenho de suas funções profissionais.

O próprio conceito de “corresponder as exigências do mercado de trabalho” e a afirmação da relevância de se usar a língua padrão na produção de textos técnicos demonstra um certo apego do PPC com a formação para fins específicos da força de trabalho. Na redação do projeto fica explícito que serão desenvolvidas atividades interdisciplinares, seminários, oficinas, visitas técnicas e desenvolvimento de projetos, mas ressalta que “a integralização do conhecimento teórico com a prática profissional é um grande desafio, sobretudo na educação profissional, pois a prática propicia melhor qualificação e especialização do profissional técnico” (PPC IF GOIANO, MEIO AMBIENTE, 2015, p. 15), afirmação esta que dissocia teoria e prática.

Essa forma de educação deve estar apta a formar o aluno para o mundo do trabalho, mas é função da escola e dos educadores não formar alunos apenas para produzir. O papel da escola e do professor que está trabalhando com alunos da educação profissional não é formar profissionais desempregáveis; é preciso formar profissionais aptos a ingressar no mercado produtivo, mas além disso é necessário ter a preocupação em formar um cidadão crítico e capaz de decidir quais caminhos quer seguir, (ter autonomia) (SAMPAIO, 2009, p. 90).

Ao sobrepor a prática a teoria o próprio PPC já quebra o potencial do inter-relacionamento das áreas do saber, o que é um equívoco e demonstra certa fragilidade, pois tal afirmação poderá contribuir para que os docentes despendam maiores esforços para a efetivação do ensino voltado para aquelas disciplinas mais potencializadas no documento em que ele se embasa para o desempenho de suas práticas pedagógicas e planejamentos de ensino.

Estas vertentes, inter-relação entre a teoria e a prática, precisam ser indissociáveis, uma vez desconsideradas poderão comprometer a condução dos rumos educacionais. Até porque não condiz com a perspectiva do currículo integrado que abrange o trabalho, a ciência e a cultura como dimensões indissociáveis da formação humana, “a prática deve ser estritamente curricular, não somente a teoria [...] nem a teoria é maior, nem a prática” (DEMO, 2011, p. 59).

Atualmente o Técnico em Meio Ambiente é oferecido apenas na modalidade integrada, onde as disciplinas são anuais. Assim, o planejamento é feito anualmente. Baseio-me principalmente no PPC do curso e em planos de cursos anteriores. Ele é feito de forma individual (D2, 2022).

O planejamento é feito anual para os cursos integrados [...]. Me baseio no PPC – Projeto Político Pedagógico do curso. O plano de curso e plano de aulas são feitos individualmente, embora eu sempre partilhe com uma colega de área (D3, 2022).

Faço o planejamento semestral baseado no Plano de ensino (PPC) da instituição, faço-o individualmente (D4, 2022).

Pela fala dos docentes observa-se que o planejamento é feito individualmente, até porque a proposta pedagógica curricular não deixa claro esta prescrição “para que se tenha efetivamente uma organização curricular integralizada, serão realizadas reuniões bimestrais de trabalho coletivo visando planejamento dos componentes curriculares a serem trabalhados no bimestre” (PPC, IFGOIANO, 2015, p 15).

Não existe uma fundamentação teórica para esta abordagem e nem mesmo uma descrição de como e em que medida esta integração deve acontecer, nem mesmo em quais disciplinas ela deve ocorrer, não é que o PPC não evidencie a integração curricular, mas sim que existe uma lacuna, pois não é só planejar conjuntamente, mas também implantar e efetivar essas ações na prática educativa, isto não fica claro no PPC do curso técnico integrado do 3º ano em Meio Ambiente.

O planejamento é um momento extremamente relevante uma vez que “[...] é uma atividade que orienta a tomada de decisões da escola e dos professores em relação às situações docentes de ensino e aprendizagem, tendo em vista alcançar os melhores resultados possíveis” (LIBÂNEO, 1996, p. 226), entretanto esse trabalho isolado compromete a efetivação da integração curricular nas disciplinas teóricas e profissionalizantes.

Olha especificamente no... eu vi alguns pontos de citação da integração dentro do PPI, no PPC específico eu não me recordo, sobre essa citação na matriz não” (D1, 2022).

O objetivo geral do curso é “formar cidadãos e profissionais com capacidade técnica para inserir e contribuir na consolidação e expansão dos setores produtivos, econômicos, sociais e industriais da região, assim como na preservação e conservação dos recursos naturais” (PPC IF GOIANO, MEIO AMBIENTE, 2015, p. 16), condições estas extremistas no que concerne ao trabalho assalariado que não é o mesmo que trabalho produtivo da região, assim como na preservação e conservação dos recursos naturais.

Observamos que apesar desse objetivo abarcar o desenvolvimento acadêmico de vários setores da vida humana o fragmento “formar cidadãos e profissionais com capacidade técnica” da ideia de preparar o aluno apenas para o mundo do trabalho, o que vai contra a formação omnilateral. No próprio PPC existe uma separação entre a organização das disciplinas teóricas e das práticas, primeiro o documento apresenta todas as ementas das disciplinas da parte específica do Ensino Profissional do 1º, 2º e 3º ano do curso de Meio Ambiente, logo após as ementas das disciplinas da Base Nacional Comum do 1º, 2º e 3º ano.

O PPC do curso trata da integração, no que concerne à matriz curricular, e traz algumas orientações quanto à necessidade de planejamento conjunto dos componentes curriculares (D2, 2022).

Se há essa prescrição curricular, eu sinceramente não sei, se há eu não conheço (D3, 2022).

A interação entre os componentes curriculares não foi visualizada no PPC do IF Goiano *campus* Ceres, ficando a critério dos professores realizarem essa integração curricular no desenvolvimento das aulas, não que isso não seja uma tarefa do professor, pois nas palavras de Ferreira (2008, p. 30) “o currículo integrado

demanda um elevado nível de compromisso entre os professores, com vistas a atender a inter-relação do conhecimento, especialmente, ressaltando a emergência de determinadas ideias e sua relação com as diferentes disciplinas”, mas o que se vê é a segmentação curricular criticado por Silva (2014, p. 24) uma vez que o autor reforça a ideia de que é “por meio do planejamento coletivo, consciente, crítico e intencional que as equipes constroem relações de totalidade e vão se fortalecendo para avançar na efetivação do currículo integrado”.

Para tanto é preciso uma quebra de paradigmas, pois as condutas tradicionais e individualistas ainda estão enraizadas nas instituições de ensino, como pode ser visto no Instituto Federal Goiano também, romper com estes padrões é um grande desafio, pois a resistência não é apenas dos docentes, mas de todo o sistema educacional, questionar e debater repetidas vezes estes conceitos são primordiais para o desenvolvimento reflexivo e o despertar de um potencial criativo.

Ainda nesta categoria apuramos sobre a promoção/favorecimento da participação docente em cursos promovidos pela instituição, assim como, encontros, debates que abrangem temas que abordam o currículo Integrado e trabalho interdisciplinar e sua prescrição nos documentos oficiais.

Sim, até eu que entrei aqui no início do semestre ouvi alguns debates especificamente sobre projetos integradores, sobre currículo integrado, os próprios docentes podem participar da criação das matrizes junto ao NDE ou junto ao colegiado. [...] fez algumas sugestões no plano de desenvolvimento constitucional e a integração, na verdade uma das sugestões são as vistas a transdisciplinaridade, numa integração tanto horizontal quanto vertical entre um período ou entre outros períodos, foram alguns apontamentos que foram feitos, mas sim, é tanto incentivado discussões quanto debates neste sentido (D1, 2022).

Sim, eu mesma já participei de alguns. Devido a pandemia tivemos uma diminuição dessas formações, mas acredito que também falte prioridade para a agenda de discussão dessa temática (D2, 2022).

Os Institutos Federais estão buscando implementar e adequar os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) ao currículo integrado, mas esse é um processo ainda lento, os debates acerca dessa integração acontecem periodicamente em encontros, palestras, cursos e outros eventos, o site do IF Goiano²⁹ anuncia essa prescrição desde o ano de 2017, como pode ser conferido no link disponibilizado na nota de

²⁹<https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/ultimas-noticias/4858-if-goiano-prossegue-na-implementacao-do-curriculo-integrado>

rodapé. Mas é importante ressaltar a rigidez dos documentos normativos e da preocupação das instituições de ensino em atender aos conteúdos que são cobrados nas avaliações externas, como por exemplo o Exame Nacional do ensino médio (ENEM), talvez por isso a pouca exigência dessa articulação.

Tem muitos cursos, muitos debates, agora tem um tempinho que não tem sobre o currículo integrado, mas eu já fiz cursos mais intensos sobre isso, geralmente estes cursos não são obrigatórios né, são opcionais, mas o período da pandemia parou muito, mas a gente já teve muito curso bom sobre isso (D3, 2022).

Observamos que na capa do PPC o ano que consta é 2015, como os documentos analisados foram baixados do site do IF Goiano campus Ceres disponível no endereço [https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-tecnicos-ceres / 2494 -meio-ambiente](https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/cursos-tecnicos-ceres/2494-meio-ambiente), ficamos receosos com relação a sua atualização, por isso foi enviado um e-mail para a coordenadora do curso Técnico Integrado ao Meio Ambiente questionando essa atualização devido a data constada, em resposta nos foi informado que o documento estava atualizado e que é ele que fundamenta e sistematiza a organização do conhecimento no currículo.

Apresentaremos na próxima subseção excertos vinculados a categoria “materialização do currículo integrado e interdisciplinaridade” que emergiram das respostas dos docentes. Nela foi discutido se o trabalho docente do IF Goiano – *campus* Ceres está amparado nos preceitos do currículo integrado.

5.2 Materialização do currículo integrado e interdisciplinaridade

Retomando sobre as concepções de letramento, currículo integrado e interdisciplinaridade, buscamos identificar os processos voltados para a interdisciplinaridade e como o docente a percebe no seu ambiente de trabalho, questionamos aos docentes entrevistados se os mesmos conseguiriam exemplificar alguma prática de letramento que realizou ou viu sendo realizada por outros docentes na turma em que trabalha que esteja amparada nos preceitos do currículo integrado e da interdisciplinaridade, diante do exposto colhemos algumas respostas apresentadas logo abaixo:

Pontualmente pelo fato do tempo que tenho, eu ainda não consigo trazer essa definição, tenho aí 3, 4 semanas de aula e 1 com prova, eu ainda não tenho

condições de trazer esta resposta pontual, a minha prática de letramento específico dentro da turma é o que o faço no final, já era previsto pelo outro professor (D1, 2022).

Os Institutos da rede federal têm muitas iniciativas inovadoras que se estendem para além do espaço institucional, várias formas de integrar os campos de conhecimentos e isso coloca os professores na interlocução uns com os outros (FRIGOTTO, 2021), favorecendo os processos de interdisciplinaridade, mas é preciso compreender que “ para o docente da EPT, não basta gostar de ensinar, é preciso também gostar de aprender, ou seja, de estar sempre atualizado com as demandas existentes, buscando novos conhecimentos e preparando o aluno para ser um sujeito reflexivo e crítico” (TEIXEIRA, 2017, p. 29).

Mas por que é tão difícil esta integração centrada em um trabalho interdisciplinar? É preciso uma mudança de atitude e interesse dos profissionais educacionais, dos gestores e de todos que legislam sobre as diretrizes e bases da educação, uma vez que estas ações perpassam os processos de ensino e aprendizagem elencados até aqui, resultando em uma quebra de paradigmas, pois a fragmentação curricular e o trabalho individualizado permeiam os espaços educativos há tempos, daí a relevância de uma transformação educacional para além das aulas singulares, embasadas em teorias fragmentadas e distantes dos processos interdisciplinares.

A interdisciplinaridade é muito estimulada, mas eu ainda repito que a prática ainda é meio rasa, existe uma dificuldade de compreender essa questão da interdisciplinaridade, por exemplo, acontece de falar vamos fazer um trabalho integrado, já aconteceu do professor falar assim: então eu vou passar o trabalho para o aluno e você faz a correção. Isso não é interdisciplinaridade. Existe algumas resistências porque é um trabalho mais árduo também e a dificuldade da gente que apesar de fazer curso, de ouvir sempre, não é fácil promover essa interdisciplinaridade no ambiente escolar (D3, 2022).

No que tange a integração das disciplinas o PPC do IF Goiano *campus* Ceres, ressalta que a matriz curricular foi planejada para a sua promoção, uma vez que as disciplinas do núcleo profissional se inter-relacionam com os conteúdos das disciplinas do núcleo comum, apresenta a seguinte redação: “a matriz curricular foi planejada para promover a integração das disciplinas. Nessa proposta, o conteúdo das disciplinas do núcleo profissional tem inter-relação com os conteúdos das disciplinas do núcleo comum “(PPC MEIO AMBIENTE, IF GOIANO – *campus* Ceres, 2015, pág. 73).

A interdisciplinaridade existe, mas acredito que pode melhorar, um exemplo foi um trabalho desenvolvido em uma aula prática planejada para demonstrar tratamento de água, onde vemos aspectos práticos da disciplina específica e também aplicamos conceitos teóricos estudados em disciplinas básicas, como a química e a física (D4, 2022).

Infere-se pela fala dos docentes que a integração curricular assim como os processos interdisciplinares nas disciplinas, sejam teóricas e profissionalizantes, teóricas e teóricas ou mesmo profissionalizantes e profissionalizantes ainda não se materializa profundamente no Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres, apesar dessa afirmação no PPC, entretanto evidencia-se que todos os professores valorizam essa prática e acreditam na sua viabilidade, este é um bom sinal pois a interdisciplinaridade “não é apenas uma categoria de conhecimento, mas de ação” (FAZENDA, 2006, p. 89), para que essa ação se solidifique é preciso um querer e um fazer, isso está presente na fala dos docentes do IF Goiano – *campus* Ceres, mas sozinhos fica difícil essa efetivação.

No que tange a complexidade das relações com os conteúdos ela ainda não acontece efetivamente, o isolamento ainda é uma realidade, não apenas nos Institutos Federais, mas em outras esferas educacionais, por isso é tão importante desenvolver habilidades que ampliem e melhorem a proficiência dos estudantes. Ramos (2012, p. 122) alerta para o fato de que “a mera sobreposição de disciplinas da formação geral e específica não pode ser considerada como integração”, dessa forma muitos alunos nem entendem porque estão estudando tais disciplinas e em que elas irão contribuir em sua vida futura.

Não acho que minhas práticas pedagógicas favoreçam a efetivação do currículo integrado, pois ainda faço o planejamento de forma muito individual, apesar de a temática meio ambiente perpassar por todas as áreas e ser naturalmente interdisciplinar. Com relação às práticas de letramento, como atuo apenas nas disciplinas específicas utilizo muitos textos técnicos e presumo quase sempre que os alunos já possuem capacidade de leitura suficiente para entendê-los, juntamente com as explicações sobre os termos e conceitos que são apresentados em aula (D2, 2022).

Tendo em vista os entendimentos contraditórios na conjuntura educacional, entendemos que não é fácil para os professores que foram historicamente acostumados a trabalhar conteúdos fragmentados em suas respectivas áreas de conhecimento contemplar características em comum de diferentes conhecimentos, até porque isso demanda muito mais tempo, planejamento e conhecimento dos

mesmos. Tal proposta só teria êxito com a participação e envolvimento dos atores educacionais que atuam nos cursos de formação continuada e formação docente inicial, se tivesse um caráter de unidade que desfavorecesse a fragmentação e a divisão.

Eu acredito que a interdisciplinaridade pelo pouco tempo que eu tenho aqui, eu não tenho uma percepção muito formada dessa interdisciplinaridade, mas ainda a vejo um pouco velada, claro que isso pode ser pelo pouco tempo que tenho aqui... eu ainda acho um pouco meio... vou não usar a expressão fraca, mas ainda não tão visível ao meu ver, eu tento sempre utilizar, mas eu ainda a vejo tão objetivamente (D1, 2022).

Sobre este aspecto compreende-se que muitos professores estão tão acostumados com os preceitos educacionais tradicionais que nem percebe que os usa. Os conteúdos e as atividades docentes precisam dialogar diretamente/indiretamente com o currículo, pois nem tudo que está definido nele acontece, assim como muita coisa que não é explicitado no mesmo é suscitado na prática da sala de aula. As aulas precisam ser planejadas para atender fins específicos e responderem a propósitos e intenções discursivas de modo que auxilie os estudantes na construção de novos significados e sentidos lógico-discursivos.

Como atuo com questões ambientais, percebo a interdisciplinaridade desse tema em todos os lugares, porém a aplicação ainda é muito limitada a poucas ações práticas (D2, 2022).

Ora, mas pelo que vimos nas pesquisas desenvolvidas neste trabalho os docentes dos institutos têm melhores condições de trabalho, plano de carreira, maior reconhecimento econômico, dedicação exclusiva, além de investimentos em infraestrutura para construção e manutenção de laboratórios e projetos de ensino, pesquisa e extensão, o que pode ser revertido na intersecção entre os conteúdos de duas ou mais disciplinas. Isso até pode ser uma realidade, entretanto a formação deles é a mesma de qualquer profissional que atua nas esferas estaduais ou municipais, ou seja, sua formação não abarcou estes preceitos. Então é preciso aprender a ensinar para além da formação inicial!

[...] “os limites da atuação nem sempre são evidentes para os que agem dentro do quadro dado. Certamente muitos professores os conhecem e procuram forçá-los à medida que impedem a realização de outro modelo de educação mais aceitável. Mas muitos outros convivem bem com eles porque os interiorizaram (SACRISTÁN, 2000, p. 168).

No caso específico do ensino médio profissionalizante Ramos (2014) reforça sua relevância, pois ele é a última etapa da educação básica, é neste momento que os estudantes tem a opção de definir sua vida profissional ou dando prosseguimento aos seus estudos, curso superior, ou até mesmo intercalando estas ações garantindo o seu lugar na sociedade economicamente e culturalmente ativa em uma perspectiva de superação e enfrentamento da dualidade da educação brasileira.

A próxima subseção trata da categoria sobre a percepção dos docentes acerca da integração curricular.

5.3 Percepção Docente sobre a Integração Curricular

Aqui desenvolvemos o olhar sobre as concepções dos docentes acerca do currículo integrado, suas percepções sobre o mesmo, assim como sua efetividade e contribuições para que o discente evolua como cidadão social ativo, crítico e consciente. Pelos dados declarados os docentes compreendem que a integração curricular propicia o acesso aos conhecimentos produzidos pela sociedade compartilhados em disciplinas ampliando o processo formativo dos alunos, mas guiados pelos constructos sociais históricos ainda mantém práticas profissionais inviáveis para a atual conjuntura.

Assim como Ciavatta (2012, p. 84), “queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho”, não deve haver separação dos elementos das disciplinas gerais e específicas, estes estudos devem acontecer de forma interdisciplinar e contextualizada, mas é preciso ir além de aulas tradicionais e sistematizadas.

Então, na minha opinião a educação é uma modalidade de emancipação, ela serve para isso, para dar poder crítico, poder de consciência e poder de decidir a sua própria consciência, basicamente é dar ao indivíduo uma capacidade, uma habilidade de decisão, baseado na sua percepção, na sua ideia, convergência ou divergência de um assunto específico, é basicamente entregar ao indivíduo o poder de decisão baseados nos conhecimentos que foram entregues e se sim, ou se não, ou se talvez, se é indiferente e tudo isso numa ideia de emancipação (D1, 2022).

É notório o fato de que os docentes entendem que a integração curricular promove a autonomia e emancipação discente, mas ainda não é uma prática dos mesmos, é um processo em construção e demorado, até porque não é fácil quebrar

os conceitos do tradicionalismo educacional que são amparados em aulas descontextualizadas e fragmentadas, é uma agir na contradição, na lógica compensatória e dual materializando o caráter científico, tecnológico e cultural, solidificando ações profissionais socioprodutivas para o exercício autônomo e crítico de profissões.

Ao que parece estamos vivendo um momento de transformação ideológica tanto dos discentes como de todo o sistema educacional, até porque não tem como dissociá-los, os educadores são juntamente com os discentes os protagonistas desse processo e por isto é importante propor a eles reflexões que envolvem construção, coletividade e acompanhamento curricular, pois são eles os agentes da transformação desse processo. É nesta construção que estão voltadas as concepções de currículo integrado, este se esbarra na falta de motivação e cooperação dos pares, uma vez que as ações voltadas para a sua implementação demanda tempo, planejamento, diálogo entre áreas e formação continuada.

Acho realmente importante trabalhar de forma integrada, especialmente os conteúdos da área ambiental. O problema é que na prática não é tão simples entender e implementar essa integração e sempre deixamos para depois (D2, 2022).

Observa-se uma esforço colossal para o enfrentamento das adversidades que comprometem o ensino e um dos maiores problemas que os professores estão enfrentando é a necessidade dessa integração curricular, amparados nesta pesquisa é possível constatar que o conhecimento da maioria dos professores com relação a integração curricular e práticas de letramento interdisciplinares estão ainda no campo da teorização, do que leem e veem nos cursos de formação que discutem a temática, estas condições de trabalho ainda não estão sendo colocadas em prática.

Sem dúvida, a proposta é contribuir para esse desenvolvimento crítico do educando, mas a prática ainda está aquém do se propõe (D3, 2022).

Acredito que o currículo integrado é importante para formação de indivíduos aptos profissionalmente e cidadãos preparados para viver a realidade da sociedade atual (D4, 2022).

Quando pensamos sobre integração nos remetemos a Ciavatta (2012, p. 20), uma vez que ela “coloca as disciplinas e cursos isolados numa perspectiva relacional, de tal modo que o abrandamento dos enquadramentos e das classificações do conhecimento escolar promove maior iniciativa de professores e alunos”, por isso é

preciso que os docentes em consonância com os discentes promovam estas interações, mas não sozinhos, amparados por novas orientações educacionais, por novas estruturas e suporte pedagógico, para tanto é preciso intensificar os debates e o conhecimento sobre esta integração, como ela acontece e porque ela deve acontecer.

A proposta de um currículo integrado e sua intencionalidade vai de encontro com a formação mecânica para o mercado de trabalho uma vez que propõe dimensões do conhecimento em sua totalidade, assim como o acesso a ciência e a cultura em uma visão contra-hegemônica, mas para que estas condições se efetivem é preciso a ampliação dos contextos participativos educacionais.

Avançando nas categorias iniciamos os debates concernentes a temática do letramento e dos gêneros textuais utilizadas pelos docentes na instituição de ensino foco da pesquisa e seu favorecimento (ou não) de um currículo integrado. Para tanto investigamos se as práticas docentes promovem/priorizam quais práticas de letramento, os gêneros textuais que utilizam e se estes são pensados para alcançar quais objetivos.

5.4 Práticas de Letramento na Disciplina de Língua Portuguesa e Disciplinas Profissionalizantes

As práticas docentes são indispensáveis para a efetividade do processo de ensino e aprendizagem assim como a relação dialógica das disciplinas teóricas e práticas, mas esta integração realmente acontece nos processos educativos? Percebe-se que muito avançamos neste sentido, mas ainda não é como deveria, é possível constatar que mesmo diante dos limites e fragilidades da profissão docente estes profissionais buscam ampliar seus conhecimentos a fim de suprir as defasagens que vem acompanhando a profissão docente.

Faz-se importante ressaltar que as impressões reiteradas durante as entrevistas é de que os professores estão fazendo grandes esforços para melhorarem sua atuação pedagógica, mesmo com as limitações de sua formação buscam suprir suas defasagens no que concerne ao currículo integrado embasando o ensino no conhecimento em sua totalidade, pois acreditam nesta modalidade educativa como uma forma de emancipação humana.

Acho interessante quando fala em prática de letramento elas diferem do indivíduo passar pelo processo de letramento não é tão simplesmente criar, já vai além da ideia criar, de saber ler e escrever é saber interpretar mundos, saber interpretar ideias, políticas, desenvolvimento, a economia, administração, ideologias, cidadania, natureza e outras dezenas de coisas, quando eu faço o processo de letramento eu mais uma vez dou ao indivíduo a capacidade de si emancipar, dou ao indivíduo a capacidade decisória, dou ao indivíduo o conhecimento de vida, conhecimento de mundo, ah...eu entrego algo teórico só que é prática ao mesmo tempo, só que só o teórico não resolve se não vier amparado pela prática (D1, 2022).

Percebe-se também na matriz curricular e ementa, apresentadas na primeira categoria, a fragmentação das disciplinas, uma vez que as áreas de conhecimentos específicos foram divididas. Pela fala dos docentes observa-se ainda que eles não dialogam conjuntamente com o planejamento das aulas e muito menos as práticas de letramento disciplinares, evidencia-se com isso a segregação dicotômica dos conteúdos e do conhecimento didático pedagógico.

No intuito de inferir sobre a interação entre os componentes curriculares analisamos a ementa do curso em Meio Ambiente (3º ano) uma vez que este documento orienta o trabalho docente com relação aos conteúdos a serem trabalhados em cada disciplina. Percebemos que os conteúdos não se relacionam, são dispostos por área de conhecimento o que desfavorece a totalidade.

A dissociação entre o ato de ensinar e o ato de produzir conhecimento leva a que o ensino seja visto apenas como uma atividade de transmissão dos conhecimentos produzidos nos diferentes domínios e, portanto, uma atividade secundária no âmbito universitário (ISAIA, 2002, p.146).

Faz-se importante destacar o fato de que pode existir no universo educativo muito mais do que mostram as ementas e Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's), pois a ação docente extrapola essa visão uma vez que existe um profissional que coloca estes documentos em prática e mesmo que neles não esteja explícito a necessidade de uma formação integrada este profissional pode configurá-la, uma vez que “[...] não é possível avaliar a qualidade da formação oferecida, tomando por base apenas as ementas dos cursos, as quais muitas vezes cumprem apenas um papel burocrático das instituições” (NACARATO et al., 2009, p. 22), os docentes podem ir muito além do que está no papel, por isso a relevância de um profissional comprometido e atualizado, sempre destacando o fato de que é preciso que ele tenha condições e suporte para realizar as ações.

Os conteúdos apresentados na ementa das disciplinas profissionalizantes e de Língua Portuguesa não priorizam a integração curricular, cada componente curricular apresenta de forma isolada seus conteúdos. Esta proposição tendencia certo distanciamento da categoria teoria e prática, interdisciplinaridade e currículo integrado, não estamos aqui afirmando que esta integração não aconteça, mas sim que não é vislumbrada nos documentos. Não foram identificadas estratégias metodológicas para a integração curricular nas disciplinas.

Percebe-se que os conteúdos definidos para o ensino da Língua Portuguesa priorizam os aspectos estruturais e formais da língua de forma reducionista desvinculando-a dos processos interativos com as disciplinas técnicas, condições estas que não favorecem o desenvolvimento de habilidades linguísticas voltadas para o exercício competente na formação profissional e para o uso em contextos sociais.

O que se observa é “uma prática de análise morfosintática de palavras, expressões ou períodos retirados de um texto, transformando em pretexto para a análise gramatical tradicional” (PETRASSO, 2014, p. 14), esta não é a proposta de aprendizagem idealizada nas práticas de letramento na integração curricular, ela precisa estar associada às práticas sociais reais e contextualizada com as outras disciplinas.

A gramática “é tida como meio e não como fim” sendo assim “ao trabalhar com as situações reais de uso da língua no contexto do estudante, o professor pode encaminhar soluções para os problemas de ordem gramatical” (PETRASSO, 2014, p. 14), os problemas gramaticais vão sendo resolvidos a medida em que os alunos a utilizam na leitura e escrita de textos técnicos, acadêmicos, dentre outros gêneros textuais que são usados no decorrer da vida humana.

A percepção com relação aos conteúdos das disciplinas profissionalizantes é de que pouco dialogam umas com as outras, menos ainda com as disciplinas teóricas, entretanto essa relação dialógica depende muito da atuação profissional, pois é possível integrar os conteúdos mesmo que eles não estejam articulados na matriz curricular. Apesar do PPC elucidar alguns aspectos interdisciplinares, não observamos isto nas matrizes curriculares e nem mesmo nas ementas das disciplinas, por isso é possível constatar que não são efetivados nas práticas educativas, nem mesmo nos currículos, até porque estes documentos por versarem do ano de 2015 já comprovam que não são construídos com a participação dos docentes, até pode ter sido inicialmente, mas pelo tempo em que foram implementados já estão

desatualizados o que justificaria indiscutivelmente o estabelecimento de novas ações que visem a efetivação de práticas integradoras e interdisciplinares.

Dentro das minhas aulas eu gosto, eu tenho uma aversão em falar sozinho, gosto de ouvir os alunos, por perdão da palavra, por mais imbecil que pareça a ideia ou o apontamento do aluno eu tento mostrar para ele a importância dessa fala e tentar trazer mesmo que o mínimo possível para a realidade, a fala dele pode ter um sentido, eu preciso entender porque ele está falando aquilo, a pode ser só uma conotação de brincadeira, sim... é um caso a se tratar, mas não, a maioria madura são apontamentos que justificam, por exemplo, porque ele não sabe aquilo, ele falar algo muito chulo, ele falar algo que não tem absolutamente nada a ver com o que está previsto já é um diagnóstico, então parte-se do letramento conseguir transformar estas informações em algo aproveitável, trazendo para exemplos aqui que palavras bonitas, informações muito rebuscadas e prolixas não trazem realidade (D1, 2022).

Ainda nesta vertente percebe-se uma equivalência dos conteúdos ensinados nas disciplinas técnicas com as competências e habilidades exigidas no curso, portanto prepara os egressos para o desenvolvimento do trabalho de monitoramento, gestão e administração ambiental, mas cabe aos responsáveis pela organização do sistema educacional criar condições para que o ensino seja potencializado por meio de atividades práticas e teóricas com diferentes estratégias de ensino interdisciplinares que articulam o núcleos das várias disciplinas rompendo com a visão fragmentada do currículo construindo propostas de integração curricular colaborativamente.

Eu não consigo conceber, nem imaginar uma aprendizagem fora do uso dos gêneros, que na abordagem de Bakhtin ele chama de gêneros discursivos. O que é para desenvolver o senso crítico do aluno, tanto os gêneros textuais, as práticas de letramento, tudo isso junto obviamente contribui para efetivar a questão do currículo integrado. Por exemplo eu dou aula no curso de biologia, então eu procuro sempre trabalhar o estudo da Língua Portuguesa na medida do possível com textos da área de biologia e é o discurso responsável pelo processo de interação, faz o aluno se sentir sujeito, parte da sociedade e com certeza desenvolve a competência leitora do aluno (D3, 2022).

Observa-se que os professores são comprometidos com a aprendizagem dos alunos e se preocupam em desenvolver atividades interdisciplinares, eles buscam mesmo que sozinhos esse intercâmbio, o que talvez ainda esteja faltando é uma maior interação, planejamento e real compreensão de como desenvolver estas atividades educacionais integradoras, até porque “a ação humana é então uma ação produtora de conhecimentos” (RAMOS, 2008, p. 4), mas para que esse

conhecimento seja integrado a prática é preciso que ele exista, não tem como os professores desenvolverem algo que não foi estudado, apreendido, interiorizado, por isso a relevância dos processos formativos constantes, mas não que estes não fiquem apenas na teorização mais que integrem a prática.

Sim. Tento utilizar vários métodos para instigar a criatividade, pensamento crítico e perseverança nos estudantes. Atividades como leitura de artigos científicos, confecção de resumos e vídeos, etc (D4, 2022).

Os gêneros são discursivos porque eles estão relacionados a discursos e o trabalho com gêneros discursivos são constituídos de práticas de letramento para tornar o aluno capaz de usar aquele discurso em determinado momento, em determinada situação, e com certeza as práticas de letramento usadas pelos docentes, por exemplo, na sala de aula do curso de agropecuária é uma, no curso de informática é outra, do curso de Meio Ambiente é outra, porque são discursos diferentes, realidades diferentes de cada um desses cursos. Com relação a se utilizar os gêneros textuais como práticas de letramento adaptadas ao público alvo, o objetivo é desenvolver a criticidade do aluno acima de tudo, e o resto vem por acréscimo, que é a capacidade de ler e interpretar e produzir texto em todas as disciplinas, pois não é só na disciplina de Língua Portuguesa que existe a necessidade de leitura, produção e interpretação.

Uma prática de letramento que é muito comum a gente usar, começar as aulas quando a gente não conhece o aluno, começa solicitando a escrita de um memorial que aí a gente detecta os principais problemas de escrita e isso o memorial é direcionado pra saber quais as afinidades e dificuldades que o aluno tem, e eu acredito que isso ajuda bastante a ver o perfil do aluno e perceber a dificuldade que ele tem com outras disciplinas, além de ser o espaço dele expor ali o que ele quer, o que ele espera do curso para a gente observar em que nível devemos trabalhar na sala de aula. Uma das práticas de letramento que eu mais gosto de trabalhar na sala de aula é a questão da música porque quando a gente traz a música que ele é acostumado a ouvir, ou que ele gosta, ou que pede para buscar em casa com os avós a música deles, faz uma comparação entre uma e outra, eu acho que é uma prática de letramento muito válida e os alunos gostam muito e é uma prática interdisciplinar com certeza (D3, 2022).

Ainda no intuito de perceber como se desenvolve as práticas educativas no IF Goiano – *campus* Ceres foi questionado na entrevista como os docentes percebem a interação nas práticas pedagógicas dos docentes que ministram disciplinas

teóricas e daqueles que ministram disciplinas de formação técnica, a fim de descobrir, com os depoimentos dados das experiências dos docentes, se elas acontecem, se existem entraves/obstáculos/resistências e em caso positivo que eles os apontem. Neste sentido obtivemos respostas bastante pertinentes:

Ainda existe uma, entre as disciplinas mais abrangentes, eu vou chamar assim, disciplinas mais técnicas, também pelo tempo que eu estou não tenho condições falar de tão propositalmente esta informação mais eu acho que o entrave, esse entrave seria estritamente por ser um paradigma a ser quebrado...paradigma a ser quebrado que o técnico é muito técnico que é um aparelho que mensura algo... aí se der errado essa mensuração, se o cliente perguntar diferente, se acontecer uma pandemia no meio disso como funciona, aí a formação técnica e a formação de mundo faz-se necessário. Eu creio que nós não temos mais a opção só para um ou só para o outro, só a formação técnica nós não teremos uma formação de cidadãos e só a formação de mundo nós teremos cidadãos sem nenhuma capacidade técnica (D1, 2022).

Pelo menos na minha experiência essa integração é praticamente nula. A não ser o caso das visitas técnicas que já citei, não lembro de outro movimento no sentido de integrar essas áreas. Acredito que os principais entraves são o não entendimento de como fazer isso na prática, a falta de tempo de incentivo para realizar o planejamento de forma coletiva e falta de interesse em sair da zona de conforto, pois planejar em conjunto é mais complicado (D2, 2022).

As críticas as práticas docentes, que se configuram como saber um ofício e utilizam e produzem a arte de ensinar saberes próprios deste ofício no seu trabalho cotidiano na escola (ARROYO, 2000), são bastante recorrentes como fica evidenciado na afirmação de Wittke (2012) que destaca que, falta na ação do docente planejamento, integração de atividades significativas e interação verbal, condições estas que não colaboram para que o aluno vivencie situações reais de comunicação, sejam elas faladas ou escritas, o que contribui para que o ensino se firme de caráter mecânico e destituído de sentido.

As críticas são pertinentes, uma vez que os docentes não podem ser meros transmissores de informações, mas sim investigadores atentos as peculiaridades individuais e socioculturais dos alunos, ainda participantes ativos e reflexivos discutindo em grupo suas percepções, práticas e experiências, estes são elementos de um novo profissional postuladas na formação inicial, mas reforçadas constantemente na formação continuada (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2017). Mas assim estaremos culpabilizando apenas o docente. Ele é o único responsável? Não, ele é mais uma peça que precisa ser lapidada com todo o sistema educacional.

A formação continuada é bastante relevante para a quebra de paradigmas, pois na formação inicial o docente provavelmente vivenciou práticas educativas tradicionais, o que contribuiu para que as leve para o seu trabalho na sala de aula, neste contexto a formação continuada poderá contribuir para a evolução dos profissionais docentes ao propor métodos e técnicas inovadoras e tecnológicas. Entretanto é preciso investimento neste profissional e condições para a ressignificação na docência.

Existe um caminho, onde já tem muitos professores tentando, mas eu ainda acho que existem resistências e os obstáculos é a tradicionalidade mesmo né, vem acostumado com aquele ensino tradicional, a mudança acontece lenta, mas o que importa é que eu acho que tá no caminho, a gente tá no caminho, tá buscando e tá tentando fazer (D3, 2022).

Não tive a oportunidade de observar tal interação. Mas acredito que ela aconteça (D4, 2022).

Admiro muito as docentes da área de Línguas aqui do campus. Elas estão sempre atuando conjuntamente, tanto no planejamento quanto na execução das atividades. Não sei especificar o que elas fazem, mas a impressão é que funciona bem. Outro exemplo é o projeto integrador desenvolvido pelos professores dos primeiros anos e orientados pelo setor pedagógico. Ao escolherem uma temática que possa ser desenvolvida em cada disciplina individual e coletivamente eles estão plantando uma semente para a integração sair da teoria e ir para a prática de fato (D2, 2022).

Pelo visto os professores efetivos e que estão na instituição há mais tempo tem maiores possibilidades de integração e percepção dos processos interativos, como é o caso do professor de Língua Portuguesa que usa gêneros textuais compartilhados com outras disciplinas buscando a efetivação da integração e também diagnosticar os conhecimentos prévios dos alunos e suas reais necessidades, no caso das disciplinas profissionalizantes percebe-se uma tendência a se isolarem mais, talvez pelo fato de serem vista mais pelo lado técnico não pareça tão relevante esta integração, o que não condiz com a realidade.

Outro ponto que a pesquisa nos mostrou de pontos positivos no que concerne aos docentes é o trabalho dos mesmos com projetos integradores, que é:

O Projeto Integrador é um componente curricular previsto na matriz curricular do curso, utilizado como ferramenta de interdisciplinaridade e da realização da prática integradora, bem como para efetivação do currículo integrado, uma vez que, para sua execução são necessários diálogos entre as diferentes áreas de conhecimento (ANDRADE, 2016, p. 112).

Devido a relevância desses projetos, que visam a sistematização dos conhecimentos mediante aplicação dos conhecimentos em situações reais e interdisciplinares, este também foi um ponto discutido durante as entrevistas a fim de analisar como estes projetos integradores acontecem, como são planejados e também ouvir os participantes da entrevista sobre sua opinião sobre o favorecimento e vinculação (ou não) dos conteúdos das disciplinas teóricas e práticas assim como sua relevância para o processo de ensino e aprendizagem.

Sim, pontualmente eu ainda não participo desses projetos integradores porque eles são desenvolvidos especificamente na área técnica no início do ano e como eu entrei o ano já estava correndo alguns projetos integradores já estavam acontecendo, então por isso que eu ainda não entrei neles. Sim, os projetos integradores são planejados no início do ano com vistas ao eixo específico, eixo que integra várias disciplinas ou um grupo de disciplinas em foco. Eu particularmente só discordo dessa divisão de teoria e prática, eu acho que nós não temos mais condições disso, existem até algumas discussões que querem tirar a perspectiva de teoria e prática dentro dos currículos, teoria e prática é algo que não é mais cabível, onde prática era só dentro do laboratório e teoria dentro de uma sala de aula com os alunos sentados, nós já estamos em uma perspectiva totalmente diferente onde a aula de teoria é dentro do laboratório e a prática dentro da sala de aula. (D1, 2022).

Os projetos integradores visam o trabalho interdisciplinar nas diferentes disciplinas, teóricas e profissionalizantes, de acordo com a BNCC (2018) objetiva tornar a aprendizagem mais concreta, conectando diferentes componentes curriculares, professores, conteúdos das disciplinas e discentes a situações vivenciadas diariamente pelos estudantes, por isso os projetos desenvolvidos estão relacionados a ciência, tecnologia e cultura. O projeto integrador vem para literalmente integrar o aluno a realidade que sai para interdisciplinaridade e vai para uma realidade de mundo.

É preciso ressaltar que para tanto é preciso investimento na educação, mas o decreto 11.216 de 30 de setembro de 2022 definiu cortes de verbas às Instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), este não foi o primeiro corte, em junho do mesmo ano já havia acontecido outro corte, mas significa aproximadamente R\$ 147 milhões a menos de investimentos na rede federal e escolas vinculadas (5,8%), no total de junho a setembro supera o valor de R\$ 300

milhões³⁰. Esses cortes afetam diretamente o desenvolvimento destes projetos, pois retira dos cofres das instituições importantes valores para a viabilização dos mesmos não compactando para que estas ações aconteçam como deveriam nas instituições de ensino.

No momento os projetos integrados estão sendo implementados obrigatoriamente apenas no 1º ano do curso técnico em Meio Ambiente e eu leciono apenas nos segundos e terceiros anos. Porém, nada impede que façamos algo nesse sentido, o que costuma ocorrer quando tínhamos condições para realizar visitas técnicas e escolhíamos um local que contemplasse mais de uma disciplina e os professores planejavam a visita juntos. Atualmente não temos como realizar visitas técnicas por falta de verba (D2, 2022).

Na verdade, eu já fiz projetos com professores de outras áreas de disciplinas práticas, mas é mais comum a gente fazer projetos integradores com pessoas da área de humanas, por exemplo, com professor de sociologia, de história. Com as disciplinas práticas, eu estou falando de mim, não é tão comum, embora eu tenha visto que o projeto integrador mesmo tem que ser com a nossa área e as disciplinas da área prática. Com certeza a relevância é excepcional, cada dia mais sair do casulo e fazer mais essa integração o professor de... da área prática, porque os meninos gostam muito da aula prática, então quando a gente consegue casar as duas coisas né, discutir por exemplo, na aula de português textos da disciplina prática com certeza isso traz um grande ganho para o processo de ensino e aprendizagem (D3, 2022).

Eu ainda não participo desses projetos (D4, 2022).

Ainda sobre a fala dos docentes sobre os projetos integradores é importante ressaltar que nem todos apontaram sua vinculação a esse trabalho, mas acreditamos que esta condição se deve ao fato de que como a pesquisa foi feita com a participação também de professores substitutos e que estão a pouco tempo na docência do IF Goiano – *campus* Ceres, nem todos ainda estão envolvidos nestas ações, mas é indiscutível que são projetos muito relevantes e que irão contribuir muito para a efetivação dos processos de ensino aprendizagem, uma vez que estão amparados em práticas pedagógicas interdisciplinares, dinâmicas e desafiadoras.

Na próxima subseção abordamos uma categoria “formação docente”, discutimos nela a formação inicial dos docentes e sua relação dialógica com a integração curricular e práticas interdisciplinares a fim de compreender melhor como se deu essa formação inicial e sua complementação no decorrer na trajetória profissional docente.

³⁰ Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/novos-cortes-podem-inviabilizar-a-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica/>. Acesso em 30 mar. 2023 às 6h22min.

5.5 Formação Docente

A formação continuada é um ponto extremamente importante na atuação docente, uma vez que já observamos pelas discussões promovidas nesta pesquisa que a formação inicial não é suficiente para o desenvolvimento de práticas de letramento integradas. Na própria fala dos docentes fica explícito que em suas formações iniciais viram pouco ou quase nada sobre interdisciplinaridade e currículo integrado.

Os docentes que atuam no ensino médio Integrado na Educação Profissional e Tecnológica esbarram em mais um desafio, os docentes não tem formação específica para atuarem nela, Kuenzer (2017) ressalta a ideia de que para o enfrentamento desta situação o professor que atua no ensino médio Integrado (EMI) deveria ter licenciatura na educação profissional com habilitações especializadas por componente curricular. Assim o professor teria a formação específica para realizar a integração, poderia até não fazê-la, mas estaria habilitado para realizá-la.

O perfil do docente do IF Goiano é o mesmo de qualquer outro profissional educacional, haja vista que ele não conclui um curso de graduação para atuar como docente de forma específica na EPT, o que deveria acontecer, mas sim para ser professor, sendo assim a sua formação não difere das demais, o que vemos é que estas instituições exigem maior dedicação, atualização e formação.

A fragilidade da formação docente inicial no que concerne ao currículo integrado contribui para o trabalho isolado, por isso a relevância dos cursos e formação continuada, inclusive destas indicações aparecerem nos documentos que norteiam o currículo prescrito.

Na minha época no ensino médio as disciplinas eram muito pontuais e fechadas, química é química, física é física, matemática é matemática, você fazia um exercício de matemática que nunca iria ter relação com Língua portuguesa. Eu não poderia inserir história e matemática dentro de uma mesma temática e construir uma questão única, eu não poderia escrever uma redação citando um fato histórico terminando com um cálculo matemático. Ou seja, não se preocupava com isso, mas nesse momento nós criamos pessoas reais, quando se fala no currículo integrado nós estamos integrando a realidade...a realidade da vida não nos dá a opção de quando se usa só a matemática e o momento de se usar só a química ou a biologia, são todas ao mesmo tempo, conversando ou não, divergindo ou não é tudo junto, então nós estávamos criando seres que não eram adeptos a realidade (D1, 2022).

A rede federal se diferencia em seus aspectos estruturais, seja nos recursos pedagógicos, tecnológicos, na estrutura física, na valorização dos salários, na formação docente, nas condições de trabalho, mas será que este docente está preparado para atuar neste cenário aproveitando todos os recursos que lhe são disponibilizados? Será que sua formação inicial garante o domínio das bases conceituais da EPT? As práticas de letramento propiciam a integração curricular proposta pela formação omnilateral e politécnica? São questionamentos bastante pertinentes e que sugerem os motivos pelos quais mesmo diante de condições singulares ainda não se visualiza efetivamente a formação integrada que dialogue com as políticas sociais e econômicas.

Então, salve melhor juízo eu terminei minha graduação em 2014 e a fala sobre interdisciplinaridade ainda era muito por obediência da legislação, era fraca na época, não ousou nem falar na transdisciplinaridade e currículo integrado, nem se falava nisso na época porque era muito recente né. A interdisciplinaridade era meio que chamada de uma conversa, era juntar uma disciplina com a outra, o que tem a ver uma com a outra, o que tem de comum, apenas uma disciplina com a outra de uma maneira sempre horizontal, sempre dentro do semestre, sempre dentro do período e só. A minha perspectiva como aluno na graduação da interdisciplinaridade e currículo integrado foi extremamente velada, o básico, básico mesmo (D1, 2022)

Outro ponto que não identificamos foi em relação a formação continuada do profissional docente, o PPC não faz referência a ela e como já foi debatido aqui é preciso aperfeiçoamento constante para acompanhar as demandas contemporâneas, daí a relevância deste assunto ser proposto no documento a fim de que os docentes tenham além do interesse em participar das formações a indicação dessa ação proposta pela instituição.

A fim de que essa integração aconteça é ressaltado no PPC que serão realizadas reuniões bimestrais de trabalho coletivo para o planejamento conjunto dos componentes curriculares do bimestre, para o planejamento também de atividades laboratoriais, projetos integradores e práticas coletivas, assim como regências compartilhadas. Estas são ações necessárias que precisam acontecer constantemente para que a integração interdisciplinar entre as disciplinas realmente aconteça. Não identificamos vestígios que oportunize a integração dos conhecimentos, processos interdisciplinares entre a formação geral e profissional como é citado no plano de curso.

O trabalho coletivo visa a integração das disciplinas de forma planejada onde os participantes deverão desenvolver aulas de campo, atividades laboratoriais, projetos integradores e práticas coletivas, assim como regências compartilhadas. Essas reuniões serão destinadas para um planejamento antecipado e acompanhamento sistemático (PPC IF GOIANO, MEIO AMBIENTE, 2015, p. 15).

Em suma notamos no PPC do *campus* Ceres apresenta alguns aspectos que sugerem a formação politécnica, omnilateral e a integração curricular como é proposto nos seguintes trechos: “assim, a prática se configura não apenas como situações em momentos distintos, mas como uma metodologia que contextualiza e efetiva o aprendizado” (PPC IF GOIANO, MEIO AMBIENTE, 2015, p. 15), ainda “integralização do curso refere-se ao cumprimento: I – dos componentes curriculares; II – do trabalho de curso; III – das atividades complementares” (PPC IF GOIANO, Meio ambiente, 2015, p. 26).

Porém estas manifestações são bem discretas e por isso acreditamos que pode ser ampliada até porque o potencial estrutural da instituição e do corpo docente contribui de forma determinante para a efetivação do currículo integrado e das práticas de letramento interdisciplinares condições estas que contribuem para efetivação da formação emancipatória proposta pelos institutos federais, mas que ainda não se solidificou como fica evidenciado nesta pesquisa.

Como sou da engenharia, só fui ter contato com essa temática no mestrado e em formações oferecidas pela instituição (EAFCe/IF Goiano Ceres) (D2, 2022).

Sim, fizemos um curso de mais de 100 horas sobre o currículo integrado (D3, 2022).

A formação precisa estar amparada por um currículo integrado, uma vez que “a formação técnico-científica não é antagônica à formação humanista dos homens, desde que ciência e tecnologia, na sociedade revolucionária, devem estar a serviço de sua libertação permanente, de sua humanização” (FREIRE, 1987, p. 90). Desta forma o currículo deve privilegiar, assim como a teoria de Paulo Freire a contextualização, práticas de letramento emancipadoras, interdisciplinaridade, promovendo a transformação e a libertação humana de qualquer forma de opressão.

Não. Estes temas praticamente não foram abordados (D 4, 2022).

Diante do exposto pelos professores fica evidenciado que o fato de não atuarem ainda nos moldes do currículo integrado e práticas de letramento

interdisciplinares não é decorrente de suas capacidades, mas sim de sua compreensão sobre estas práticas uma vez que não foram bem definidas em sua formação inicial e pelo visto os investimentos nos cursos de aperfeiçoamento que poderiam diminuir esta fragilidade ainda são discretos, além disso os cursos de aperfeiçoamento nem sempre contribuem diretamente com a prática docente, uma vez que são amparados na parte teórica dessa integração, até porque de acordo com Lopes (2008, p. 43) "[...] o currículo disciplinar não valoriza os interesses dos alunos, seus conhecimentos e experiências prévias e seu meio sociocultural; não aborda questões práticas, tampouco as questões mais vitais do ponto de vista social".

Não podemos dizer que as formações iniciais não oferecem subsídios para a atuação docente, mas deixa algumas lacunas e carências, sendo assim o aperfeiçoamento autônomo e aprimoramento são molas propulsoras para o desenvolvimento de um trabalho na área educacional de excelência.

Ao concluir a entrevista foi dado aos entrevistados a oportunidade de apresentar suas considerações sobre o currículo integrado, interdisciplinaridade e práticas de letramento nas disciplinas teóricas e profissionalizantes no 3º ano do ensino médio do curso técnico integrado em Meio Ambiente, as respostas dos docentes foram bastante reflexivas e instigantes para o prosseguimento deste trabalho.

Então, na minha tão humilde opinião pelo tão pouco tempo que eu tenho de experiência, eu sou professor apenas há 8 anos, eu considero que isso é uma quebra de paradigmas, de cultura muito forte. Não vou culpar nem aluno, nem instituição e nem professor, até porque como é um paradigma a gente não tem nem condições de falar quem inventou, quem começou isso, de onde veio, não temos condições propriamente dito de falar neste sentido, mas eu trago uma consideração de que é literalmente uma mudança, em falar agora é teoria, agora é prática, numa ideia de que teoria é ficar todo mundo sentado lendo e uma ideia da prática é você ir pro braço, pegar em algo. Quer dizer então que pessoas sentarem e debaterem sobre um livro não é prática? Quer dizer que ir lá pra dentro a campo estudar um produto específico não é teoria? Relembrar de funções, relembrar de informações não é teoria? Então acho que um dos primeiros pontos é tirar essa separação entre teoria e prática. É claro que existem definições normativas de carga horária, precisamos de leis para que isso aconteça na prática e existem limitações para isso. Quanto ao letramento eu acho que no ensino superior tá tarde, o letramento no ensino médio ainda é tarde, letramento tem que começar no ensino básico. Por que no ensino básico ensina-se alunos a decorar quais são as escolas literárias a força? Tem barroco e tem isso e tem aquilo e decora todas as escolas literárias porque você precisa no futuro...por quê? Não sabem por exemplo aprender a baixar um por cento de um livro e sentar e ler, degustar a imaginação que leva a ler um livro, primeiro começa por decorar as escolas literárias, depois quer enviar na cabeça do aluno que ele tem que gostar de ler...por que não poder ser o contrário? Por que não pode incentivar o aluno

a deitar ali na grama e ler e ter a satisfação de ficar um tempo todo lendo? Ah, mas nós estamos numa época de modernidade. Legal! Como eu posso aproveitar dessa modernidade, dessa globalização tecnológica, em aproveitar de um instagran, de um tik tok, de um facebook da vida, de um whatsapp? De aproveitar isso para letrar meu aluno, de colocar uns livros disponíveis por QR code para meus alunos. É letrar de formar pessoas, de formar cidadãos... emancipar as pessoas. Só que no ensino superior isso é extremamente tarde, no ensino médio ainda é tarde, tem que começar lá no básico, de formar pessoas lááá no início, aí talvez o sucesso seja maior (D1, 2022).

Respondendo às questões percebi o quanto sou leiga no assunto e o quanto preciso aprender para melhorar minhas práticas no dia-a-dia, por isso acho a pesquisa muito relevante especialmente porque acredito que a difusão dos resultados encontrados ilustrará a real situação que vivenciamos e com isso estimular o desenvolvimento de mais ações práticas para a efetivação dos processos de integração do currículo na instituição (D2, 2022).

São temas extremamente relevantes para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem e devem ser pesquisados e debatidos para que realmente integrem as redes de ensino (D3, 2022).

É uma pesquisa muito relevante para a área de ensino, pois são temas que apesar de constar sempre na programação dos cursos de formação continuada ainda não são bem compreendidos pelos docentes (D4, 2022).

Não obstante observa-se que alguns profissionais estão mais inteirados e envolvidos com o tema, mas todos admitem sua relevância, já que não tiveram acesso a esses conhecimentos em sua formação inicial firma-se a ideia de que precisam ser melhores compreendidos e inseridos na sua prática educativa. Como? Onde? Quando? São questionamentos pertinentes, mas não mais do que o fato de terem adquirido tal autonomia de se apoderarem desses conhecimentos e os (mesmo que discretamente) inserirem em suas aulas, por isso podemos crer que alcançar o êxito dos processos educativos propostos pelo currículo integrado é questão de tempo.

Não temos dúvidas de que os educadores serão os articuladores desta integração dos saberes, pois são eles que estão na linha de frente dos processos educativos, juntamente com os discentes e são eles os maiores interessados neste êxito. Em síntese, neste embate faz-se mister falar sobre a importância do desenvolvimento de pesquisas na área educacional com a participação dos mesmos para o desenvolvimento de sua autoanálise, pois nem todos tem conhecimento real dos termos e temas aqui elencados, ações deste nível os fortalece e reforça, além disso é preciso conscientizar a todos os professores da importância dos cursos de formação continuada uma vez que a formação inicial não é suficiente para acompanhar as exigências contemporâneas.

Dando sequência, abordaremos as categorias para análise dos questionários desenvolvidos com os discentes a fim de aprofundarmos nossas pesquisas sobre as práticas educativas do IF Goiano - *campus* Ceres e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem.

Promover pesquisas com discentes é muito importante, pois além de contribuir para a sua formação acadêmica, uma vez que desperta seu espírito crítico e reflexivo, ainda amplia seus conhecimentos sobre o tema retratado e os estimula a tornarem-se pesquisadores. Além disso, as investigações com discentes são importantes fontes para compreendermos melhores as estratégias para avançarmos rumo ao ensino de qualidade, uma vez que ninguém melhor que eles para retratar os meios mais viáveis para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, por isso definimos desenvolver esta pesquisa com eles também.

Faz-se importante ressaltar que um dos motivos para a escolha dos discentes do 3º ano participarem da pesquisa é que estando eles a um passo de ingressarem em um curso superior, ou mesmo, já preparados para atuarem profissionalmente acreditamos que possuem maior amadurecimento e criticidade com relação às questões tratadas nesta pesquisa e que contribuem para o desenvolvimento qualitativo do processo de ensino e aprendizagem, como: currículo integrado, interdisciplinaridade, disciplinas teóricas e profissionalizantes, entre outros.

No que concerne aos discentes foram definidas 4 categorias relacionadas abaixo, são elas:

Quadro 07 – Categorias para análise da pesquisa com os discentes.

Categorias discentes	
01	Relevância das disciplinas teóricas e profissionalizantes
02	Projetos Integradores
03	Práticas de letramento efetivas
04	Percepção discente da integração curricular da disciplina de Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da análise da pesquisa com os discentes.

Nas categorias abaixo apresentamos alguns recortes dos questionários sobre como os discentes compreendem o contexto dos processos educativos no IF Goiano – *campus* Ceres, passaremos para a análise das mesmas.

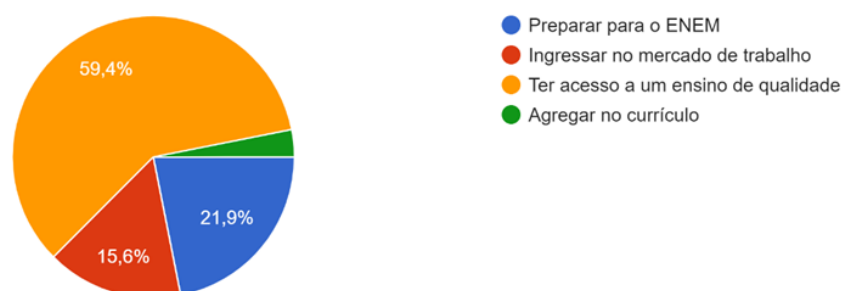
5.6 Relevância das Disciplinas Teóricas e Práticas

Pela abordagem inicial constatamos que muitos discentes iniciam o curso técnico integrado ao ensino médio, mas não tem como objetivo principal o desenvolvimento de uma profissão, e sim de prestar concursos ou ingressar no ensino superior, com isso dão maior relevância às disciplinas de Língua Portuguesa e matemática por serem elas as mais cobradas em avaliações externas, seja em concurso, vestibulares, ENEM, por isso estas disciplinas são consideradas protagonistas e muitos alunos e até mesmo professores as consideram mais importantes para alcançarem suas expectativas.

Gráfico 04 – Motivos para escolha do curso Técnico em Meio Ambiente.

1- Dentre as alternativas abaixo qual/quais mais se aproxima dos motivos que o levou a escolher o Curso de Ensino Médio Técnico Integral em Meio Ambiente:

32 respostas



Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da pesquisa com os discentes.

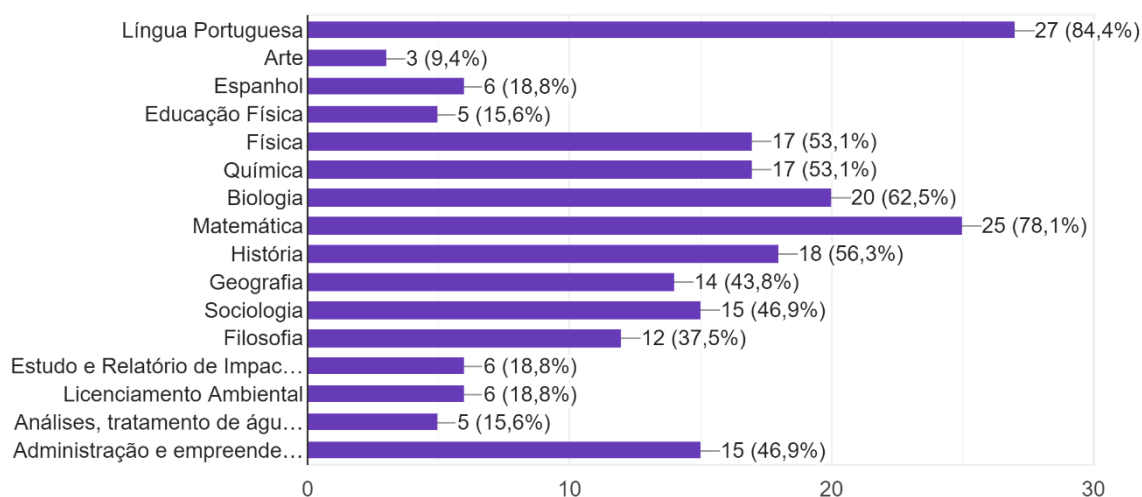
Observa-se que a maioria dos alunos ingressam no curso técnico objetivando ter acesso a um ensino de qualidade 59%, isto reflete o interesse dos mesmos de dar continuidade aos estudos e é esse desejo que faz com que ele tenha um olhar mais aguçado sobre as disciplinas de português e matemática haja vista que são disciplinas bastante cobradas em avaliações externas, concursos, vestibulares. Esse peso reflete também no trabalho docente, pois os professores precisam cumprir o currículo proposto em que os conteúdos estejam em consonância com aqueles das avaliações, isto compromete a integração curricular, pois os professores se preocupam em adequar suas aulas as exigências formativas o que nem sempre pode ser interpretado como elementos constituintes de um processo de ensino e aprendizagem mais eficiente.

Faz-se importante reforçar que é preciso “fornecer uma educação que assegure condições de empregabilidade ao trabalhador e possa prepará-lo para inserir-se nas diferentes esferas da vida adulta: social, familiar, entre outras” (SAMPAIO; ALMEIDA, 2009, p, 25), por isso ter acesso a um ensino de qualidade é tão importante, não apenas para dar continuidade aos estudos ou possibilitar ao indivíduo a profissionalização, mas também estas condições, construindo assim sua cidadania.

Gráfico 05 – Relevância das disciplinas para os discentes.

2- Das aulas relacionadas abaixo qual/quais você destaca como mais importante(s):

32 respostas



Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da pesquisa com os discentes.

As respostas as questões subsequentes confirmam as considerações anteriores, observamos com isso que a dissociação entre teoria e prática começa com os próprios alunos que veem nas disciplinas teóricas maiores chances de elevação profissional e social. Este paradigma precisa ser quebrado não apenas na concepção dos professores, mas também dos alunos e pais, pois muitas vezes são estes últimos que influenciam esse pensamento nos filhos, uma vez que desde os estudos iniciais já indicam estas disciplinas como essenciais. Não que português e matemática não sejam disciplinas importantes, muito pelo contrário, mas é possível desenvolver um trabalho interativo com elas e as demais, fortalecendo com isso os processos de ensino e aprendizagem e as condições de desenvolvimento omnilateral dos estudantes.

Gráfico 06 – Motivos para a opção da seleção de disciplina mais relevante.

3- A sua opção na questão anterior é porque a(s) disciplina(s) selecionada(s):

31 respostas



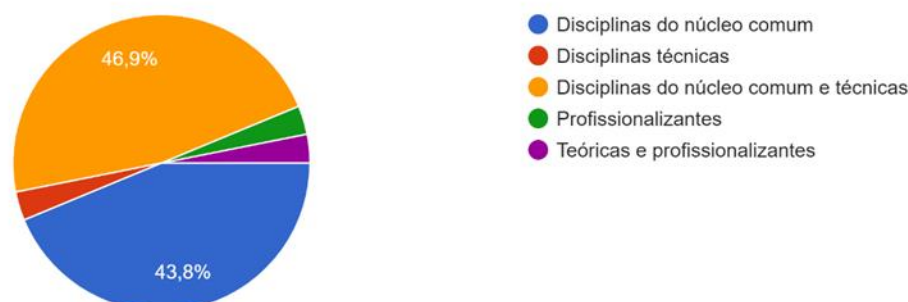
Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da pesquisa com os discentes.

Em termos comparativos observamos que os alunos demonstram preocupação com as disciplinas que têm um peso maior nas avaliações que elencam sua formação, mas é preciso mudar esta concepção e “possibilitar que os sujeitos tenham uma formação que, conquanto garanta o direito à educação básica, também possibilite a formação para o exercício profissional” (RAMOS, 2008, p. 12), para tanto é preciso fortalecer as práticas educativas relacionadas a integração curricular a fim de minimizar as contradições e desigualdades.

Gráfico 07 – Aulas mais importantes para a formação discente.

8- Quais aulas você considera mais importante para sua formação?

32 respostas



Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da pesquisa com os discentes.

Observa-se um certo ir e vir dos alunos, ora demonstram maior ou menor maturidade com relação aos processos de ensino, entretanto essas reflexões e discussões sobre a complexidade do ensino e sua relevância para o empoderamento discente dos aspectos tecnológicos, sociais, políticos e profissionais contribuem para o desenvolvimento do senso de responsabilidade e compreensão de que ele é o sujeito de sua aprendizagem e ninguém melhor que ele para definir e buscar desenvolver de acordo com sua intencionalidade.

Pelas considerações dos discentes observa-se que ainda existe uma falta de maturidade com relação aos fins educativos e suas escolhas, pois ora dizem que as disciplinas do núcleo comum são mais importantes para sua formação, ora dizem que ambas as disciplinas, técnicas e teóricas, tem a mesma relevância.

A próxima subseção retrata as concepções discentes acerca dos projetos integradores.

5.7 Projetos Integradores

Quando falamos em projetos integradores remetemos a ideia de que “não se ensina, nem se aprende: vive-se, exerce-se” (FAZENDA 2005, p. 17), estes projetos trazem uma nova proposta de ensino, perpassam diversos componentes curriculares e conseguem realmente integrar conteúdos e disciplinas, por isso são tão bem aceitos pelos alunos, neste contexto é importante compreender a percepção dos discentes com relação a integração das disciplinas.

Na organização dos projetos integradores alunos e professores são os sujeitos da prática pedagógica, cabe ao professor mediar a relação entre cultura e educando, para tanto esta autonomia discente e o reconhecimento da realidade social precisa estar orientado no projeto político-pedagógico, contribuindo assim, para a transformação da realidade, o trabalho colaborativo precisa ser o foco da estratégia de trabalho pedagógico (FRITOTTO, 2018).

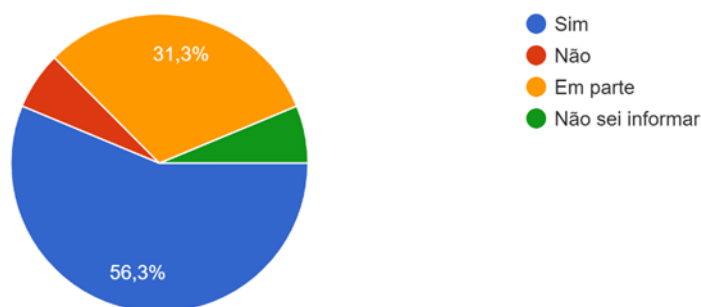
Diante do exposto fica claro a necessidade destas práticas serem bem definidas nos documentos oficiais, colaborando para que elas realmente se efetivem. Constata-se que os professores desenvolvem estes projetos e estes são bem aceitos pelos alunos, pois eles conseguem entender melhor os conteúdos e além disso os professores fazem relação com a vida real e profissional dos alunos, aqui confirmamos

o fato de que quanto mais íntimo for o assunto, tema ou conteúdo apresentado maior será o nível de interação, aceitação e compreensão dos alunos.

Gráfico 08 – Projetos integradores.

4- Os professores desenvolvem projetos integradores que fazem ligação com a disciplina de Língua Portuguesa e as disciplinas profissionalizan... podem ser aplicáveis na vida real e profissional?

32 respostas



Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da pesquisa com os discentes.

Portanto, confirmamos aquilo que já suspeitávamos quanto mais integrados são os conteúdos mais fácil é a compreensão deles por parte dos alunos, quando os conteúdos dialogam uns com os outros fica mais fácil para os alunos entenderem onde, quando e porquê usá-los, esse é um elemento estruturador do conhecimento essa mudança paradigmática do trabalho pedagógico na totalidade das partes é essencial para a conexão com outros campos conceituais.

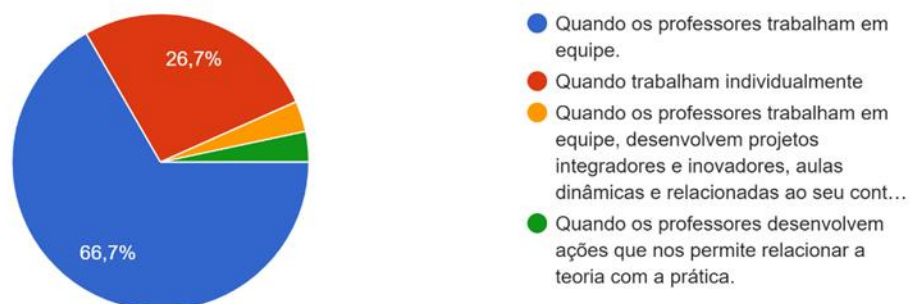
A educação é transformadora, mas não qualquer educação, ela deve contribuir para que o estudante questione, critique e construa seu conhecimento, ela é o ponto de partida para a emancipação humana por isso deve ser prioridade no país. Neste contexto o professor precisa se reinventar para reconfigurar o seu papel, a fim de que a educação não fique engessada e não repliquemos um modelo fordista enraizado.

Indiscutivelmente este é um desafio para a educação, “entendemos que um currículo integrado é desafiado pela fragmentação, linearidade e hierarquização que historicamente deixam estanques saberes e práticas, isolam segmentos, disciplinas, áreas [...]” (BRASIL, 2013a, p. 41-42), a efetivação dialógica entre as áreas ainda não é uma realidade, mas este processo já se iniciou. Avancemos!

Gráfico 09 – Compreensão dos conteúdos.

11- Na sua opinião qual a melhor forma de compreender os conteúdos estudados?

30 respostas



Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da pesquisa com os discentes.

A organização do trabalho em equipe reflete de forma determinante no processo de ensino e aprendizagem, quanto mais interativo o trabalho docente melhor é para os alunos compreenderem os conteúdos, pois a integração deles dinamiza as aulas e traz novos significados para os alunos sem falar que evita a fragmentação curricular que é tão criticada pelos autores que embasaram esta pesquisa.

5.8 Práticas de Letramento Efetivas

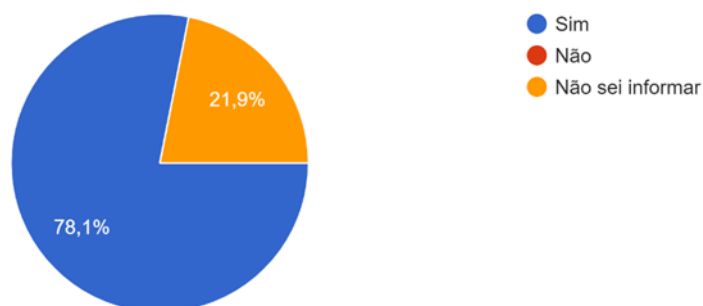
Quando tratamos de práticas de letramento efetivas nos remetemos a ideia de métodos e técnicas que colaboram para que os alunos compreendam melhor os conteúdos trabalhados nas diferentes áreas de conhecimento, por isso é relevante analisar o desenvolvimento desse processo educativo amparado nas práticas docentes e opiniões discentes.

Aprender é desenvolver a capacidade de processar informações e organizar dados resultantes de experiências ao passo que se recebe estímulos do ambiente. O grau de aprendizagem depende tanto da prontidão e disposição do aluno quanto do professor e do contexto da sala de aula. Como passo inicial o professor precisa verificar aquilo que o aluno já sabe por procurar escutar e observar. O aluno por sua vez procura compreender o que o professor tenta explicar. Quando ocorre a transferência de aprendizagem significa que o aluno conseguiu sintetizar as informações e passou a ter uma visão mais clara superando assim sua visão confusa e parcial (SAVIANI, 1987, p. 134)

Gráfico 10 – Processos de leitura e escrita

5- Os processos de leitura e escrita trabalhados pelos professores nas diferentes disciplinas colaboram para o desenvolvimento da vivência prática-profissional?

32 respostas



Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da pesquisa com os discentes.

Os dados apresentados mostram que os alunos gostam das práticas docentes relacionadas a leitura e a escrita e afirmam que as mesmas contribuem para seu desenvolvimento, esse posicionamento dos alunos nos leva a refletir sobre os aspectos relacionados as práticas de leitura e escrita e a relevância de sua integração.

A materialização da integração curricular nas práticas e vivências não apresenta uma prescrição, ela é construída de acordo com a realidade de cada espaço educacional, “o currículo integrado deve possibilitar ao estudante a compreensão do contexto no qual está inserido, para que possa intervir nele, em função dos interesses coletivos” (MOURA, 2007, p. 23). A escola dual faz uma separação entre o ensino propedêutico, que prepara para o vestibular só uma parte da sociedade, e o ensino técnico, para as classes menos favorecidas, centrado na dimensão econômica e tem o mercado como dinamizador.

Neste contexto, a educação tem a função de formar para o mercado a fim de fortalecê-lo formando uma competência específica para produzir sem questionar a lógica do mercado, a centralidade é na dimensão econômica, trabalha para concentrar a riqueza nas mãos de pequenos grupos, modelo este de educação excludente e formadora de inteligência técnica.

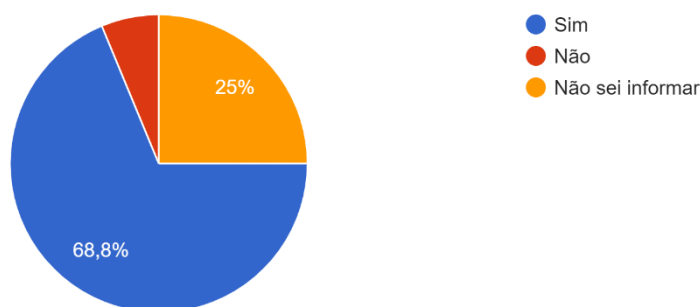
Partindo da percepção de que nem sempre os alunos entendem o que os professores querem comunicar, para que esse processo se desenvolva qualitativamente é preciso que os discursos façam sentido tanto para um quanto para outro, quando o professor trabalha com situações comunicativas reais e cotidianas

esta interação acontece de forma natural e significativa favorecendo o desenvolvimento educativo e conseqüentemente o profissional.

Gráfico 11 – Compreensão dos conteúdos das disciplinas teóricas e práticas.

7- Você compreende melhor os conteúdos das diferentes disciplinas, teóricas e profissionalizantes, quando eles estão interligados?

32 respostas



Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da pesquisa com os discentes.

Quando se fala em práticas de letramento é muito importante que os alunos saibam definí-las e compreende-las para saber se são realmente eficazes, desde o primeiro contato com os alunos nos colocamos a disposição para sanar qualquer dúvida com relação aos questionamentos que iriam responder e também que poderiam ficar a vontade para deixar de responder qualquer um deles.

É importante esclarecer que alguns alunos fizeram contato, por *e-mail* e pelo *whatsapp*, solicitando maiores esclarecimentos e informações sobre algum termo ou questão e foram prontamente respondidos, esta ação contribui para maior participação dos mesmos o que pode ser evidenciado em suas respostas na única questão subjetiva, questão esta em que solicitamos o opinião deles sobre as práticas de letramento dos professores permitindo-os elogiar, criticar e sugerir.

Logo abaixo estão relacionadas as respostas mais relevantes do ponto de vista de diálogo com nosso objeto de pesquisa e objetivos definidos à priori:

Não sei o que significa práticas de letramento.
 acredito que tenha pontos positivos e negativos, que podem ser melhorados.
 É boa.
 Assim como em outras escolas aqui também tem os seus pontos negativos e positivos.
 Os professores passam muitos slides e é uma coisa que não gosto muito, eu prefiro aula em quadro para escrever.

É bom

Cada professor trabalha com sua própria didática, algumas didáticas são boas, as outras nem tanto.

Todos tentam interagir com os alunos para modificar suas aulas conforme os alunos se adaptarem melhor, então acredito que esteja tranquilo nesse quesito.

Acho que alguns professores precisam mudar a maneira na qual dão suas disciplinas, contudo no geral é bom.

No geral, as disciplinas são muito bem ministradas e trabalhadas de forma que, os conteúdos são geralmente abordados na teoria e na prática, tornando o aprendizado mais dinâmico.

Ótima.

O trabalho dos professores é bom, mas poderiam diversificar mais as práticas. (DISCENTES, MEIO AMBIENTE, 2022)

Percebemos que os alunos estão relativamente satisfeitos com as práticas de letramento adotadas pelos professores e percebem o esforço dos mesmos em diversificá-las e adotarem práticas eficazes e interdisciplinares, entretanto veem a necessidade de sua ampliação para que atendam eficientemente as expectativas discentes, assim como considerar suas vivências

A próxima subseção se o discente compreende o real sentido da integração curricular da disciplina de Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes e os impactos dessa (in)existência nos processos formativos dos mesmos. Analisou também a percepção discente com relação a integração curricular da disciplina de Língua Portuguesa e das disciplinas profissionalizantes ressaltando que nem todos os alunos tem a maturidade suficiente de compreender como e em que medida acontece esta integração, mas é importante observar se estes alunos que já estão prestes a ingressar no ensino superior, considerando que estão no final do 3º ano do ensino médio, têm o olhar crítico sobre a formação que estão recebendo.

5.9 Percepção Discente da Integração Curricular da Disciplina de Língua Portuguesa e Disciplinas Profissionalizantes

Investigar a percepção dos discentes com relação as práticas educativas é uma estratégia viável para a implementação de ações em que o aluno atue como sujeito ativo, por isso é tão importante analisar sua visão sobre o desenvolvimento do trabalho docente, portanto, iremos discorrer sobre as percepções dos alunos sobre a integração curricular da disciplina de Língua Portuguesa e as demais profissionalizantes do 3º ano técnico integrado em Meio Ambiente, por estas áreas de ensino serem o foco de nossa pesquisa.

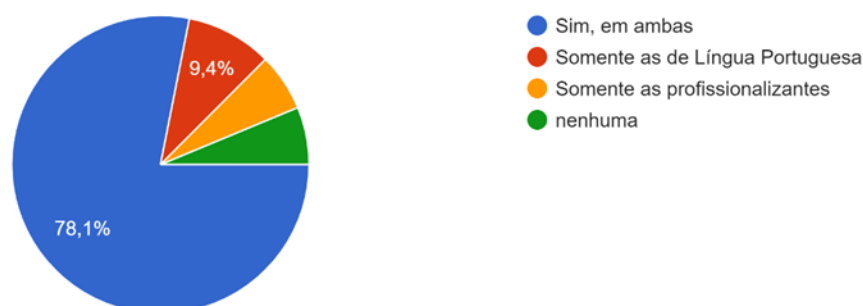
O estudo através dos gêneros, partindo dos orais para os escritos, num processo de retextualização, pode ser uma estratégia eficaz para conseguir alunos mais participativos e estimulados, por sentirem-se agentes na produção do saber, e, assim, promover um aprendizado da língua mais efetivo. O trabalho com textos é imprescindível para o estudo da língua. Não se aprende Língua Portuguesa estudando regras gramaticais desvinculadas do uso real da língua na comunicação seja escrita, seja falada. Ninguém se comunica citando regras isoladas e frases soltas, mas através de um discurso elaborado com sentido, com o objetivo de comunicar algo. (SANTOS, 2010, p. 2).

No que concerne à disciplina de Língua Portuguesa a docente é bastante preocupada com o desenvolvimento de atividades atreladas a gêneros textuais do cotidiano dos alunos, entretanto embasadas em suas afirmações este trabalho não é integrado, condição esta que talvez limite o aluno no enfrentamento de situações conflituosas e no prosseguimento de seus estudos, exercício da cidadania e desempenho profissional.

Gráfico 12 – Conteúdos das disciplinas e sua relação com o dia a dia.

6- Os conteúdos trabalhados nas disciplinas de Língua Portuguesa e nas disciplinas profissionalizantes são amparados em situações do dia a dia?

32 respostas



Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da pesquisa com os discentes.

De acordo com as informações aqui fornecidas os alunos consideram que os conteúdos das disciplinas de Língua Portuguesa estão amparados em situações do seu dia a dia, esta é uma informação bastante relevante considerando que estas metodologias contribuem bastante para o desenvolvimento dos alunos. No que pudemos observar os professores das disciplinas profissionalizantes tem a

preocupação de planejar suas aulas práticas ligadas aos conhecimentos que precisam ser apreendidos mesmo diante dos limites já apresentados aqui.

Não poderia deixar de citar o fato de que quanto ao posicionamento dos alunos e professores com relação aos conteúdos das disciplinas de Língua Portuguesa e profissionalizantes nos pareceu antagônicos, uma vez que os docentes são bastante categóricos ao afirmarem que seu trabalho é embasado nos documentos oficiais que orientam o ensino no IF Goiano *campus* Ceres, condição esta bastante comum no âmbito profissional docente, e pelo que vimos até aqui estes documentos não dão ênfase ao cotidiano discente e nem mesmo reforçam conhecimentos pré-estabelecidos. Entretanto é preciso entender que:

O currículo precisa fazer sentido e ser construído contextualmente, atender demandas e necessidades que não são homogêneas. Sujeitos diferentes não produzem nem mobilizam os mesmos saberes, não se inserem nas mesmas experiências de vida não constroem os mesmos projetos de futuro (YOUNG, 2014, p. 197).

Em face dessas contradições ponderamos que as afirmações discentes estejam embasadas em análises ainda inocentes com relação ao verdadeiro sentido da integração curricular e que precisam de mais criticidade e aprofundamento teórico, condições estas que serão melhor compreendidas ao longo do seu percurso formativo, pois é preciso compreender que “a consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, em que o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo (FRIGOTTO, 2012, p.8).

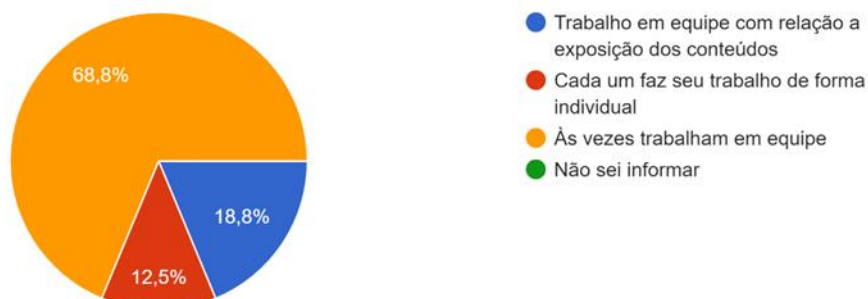
Por isso desde o ensino fundamental e mais fortemente no ensino médio os mecanismos que envolvem o trabalho devem ser explicitados, a fim de que o estudante o veja como uma mediação entre a ciência e a produção, condições estas que exigem uma integração maior nas diferentes áreas do saber. O conhecimento tem que ter teoria, prática, sistematização para ter resultados positivos.

Os docentes receberam uma formação fragmentada, por isso essa integração é um desafio da contemporaneidade, assim como as transformações em curso na sociedade, por isso é preciso adaptar o trabalho a ela. O histórico de resistência às mudanças existe em qualquer setor, não seria diferente na educação, mas superar os desafios depende do trabalho e do querer de todos os atores que atuam no processo educacional.

Gráfico 13 - Forma de trabalho adotada pelos professores.

10- A forma de trabalho adotada pelos professores é:

32 respostas



Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da pesquisa com os discentes.

As afirmações dos alunos confirmam as ponderações dos professores de que nem sempre trabalham de forma integrada, uma vez que 68,8% afirmaram que “às vezes” os professores trabalham em equipe, como já foi informado pelos professores isso acontece porque nem sempre os mesmos tem disponibilidade de tempo ou o conhecimento de como este trabalho integrado Como realizá-lo sem compreendê-lo em toda sua essência? Young (2014) chama a atenção para o fato de que é preciso entender o currículo como uma forma de conhecimento especializado para que os profissionais educacionais possam desenvolver currículos melhores, adaptados à realidade dos alunos e com isso ampliar as oportunidades de aprendizagem.

Entendemos com isso que ainda existe muita incompreensão tanto por parte dos docentes quanto dos discentes do que seja um trabalho amparado nos preceitos de práticas educativas integradoras, não estamos aqui fazendo nenhum tipo de juízo de valor, mas apenas analisando a situação, até porque os profissionais esbarram em vários entraves, sejam eles de ordem conceitual, pedagógica e organizacional, por isso reafirmamos a necessidade de uma revolução no campo educativo, revolução esta voltada para a formação, atuação docente e organização curricular.

A próxima seção apresenta o produto educacional desenvolvido após esta pesquisa que foi o guia didático: “Currículo Integrado: caminhos para a formação integral e politécnica na Educação Profissional e Tecnológica no Ensino Médio”, guia este que buscou apresentar os principais assuntos abordados nesta pesquisa e os resultados aqui elencados.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

Nesta seção apresentaremos o produto educacional, fruto deste trabalho, assim como todo o processo de construção do mesmo, como ele foi apresentado aos professores que aceitarem participar desta pesquisa e os resultados de sua avaliação. Após a conclusão da dissertação e validação do produto educacional pela banca avaliadora, ele será disponibilizado no repositório do ProfEPT e na plataforma virtual de Material Educativo (eduCAPES).

Passaremos agora aos devidos esclarecimentos de como foi construído o produto educacional, Guia Didático de Apoio Pedagógico intitulado: “Currículo Integrado: caminhos para a formação integral e politécnica na EPT no Ensino Médio”, material este que foi construído mediante a análise da pesquisa desenvolvida com docentes e discentes do 3º ano do curso técnico integrado ao ensino médio em Meio Ambiente, pois entendemos que a incorporação e uso de tais temáticas no processo de ensino e aprendizagem será aos poucos incorporado mediante o debate, diálogo, comunicação e informação sobre sua relevância para o empoderamento dos discentes rumo a formação omnilateral e politécnica.

6.1 Construção do Produto Educacional

O mestrado profissional busca soluções para um determinado problema e esta prerrogativa exige a apresentação de um produto educacional viável para o tema de pesquisa. Quelhas et al. (2005), esclarece que o mestrado profissional tem como exigência para obtenção do título de mestre que o docente desenvolva um produto educacional relevante para a área na qual está vinculado e esteja relacionado ao objeto de pesquisa da dissertação, “não se trata de repetir soluções já existentes, mas de conhecê-las para propor a solução nova” (QUELHAS, 2005, p. 03).

A fim de atender este requisito o produto educacional desenvolvido foi um Guia de Apoio Pedagógico: Currículo Integrado: caminhos para a formação integral e politécnica na EPT no Ensino Médio. Guia este que tem como público alvo docentes do Instituto Federal Goiano - *campus* Ceres e demais docentes que se interessarem pelo assunto. Foram apresentados e debatidos os seguintes temas: currículo integrado, interdisciplinaridade, formação humana omnilateral, politecnia, os sentidos

da integração curricular por meio das práticas pedagógicas de Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes, a rede federal de Ensino Profissional e Tecnológica.

Assim que foi concluída a pesquisa, embasamos nos resultados e organizamos os conteúdos buscando produzir um produto que apresentasse os conteúdos com objetividade, clareza, concisão e praticidade, a fim de que realmente contribua para o desenvolvimento da atividade docente. O guia didático tem 21 páginas, traz a apresentação das organizadoras e produtora, ficha catalográfica, descrição técnica, a apresentação, introdução, os temas que embasam a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), define e apresenta os princípios da educação profissional e tecnológica como: a formação integral, politecnicidade e sua relevância para o empoderamento da classe trabalhadora, apresenta o trabalho como princípio educativo.

Figura 06: Capa do Produto educacional.



Fonte: Construído pela pesquisadora no *canva* e *Google Imagem*.

O guia foi construído no *canva* e posteriormente convertido em pdf para o envio aos docentes. O formato digital facilita o acesso, pois os interessados podem fazer o seu download e consultá-lo de acordo com seu tempo e disponibilidade. No final do desenvolvimento do produto educacional foi disponibilizado um formulário para avaliação do mesmo pelos participantes.

Este produto educacional traz considerações importantes sobre a interdisciplinaridade e o currículo integrado, mostrando a relevância desse trabalho, nas práticas de letramento na disciplina de Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes para a articulação da teoria e prática, condições desafiadoras, mas imprescindíveis para a emancipação dos sujeitos.

6.2 Divulgação e avaliação do produto educacional

Após a construção do guia didático de apoio pedagógico ele foi apresentado de forma online aos docentes participantes da pesquisa via *e-mail* individual, foi enviado em Pdf no dia 08 de maio de 2023 com cópia oculta aos 04 docentes que participaram da entrevista no mês de setembro do ano de 2022.

Para construirmos o formulário de avaliação do produto educacional organizamos o mesmo levando em consideração o eixo comunicacional (formato, diagramação e linguagem empregada), conceitual (ideias centrais abordadas no material) e pedagógico (caminho a ser percorrido, contempla concepções dos sujeitos), eixos estes que norteiam alguns aspectos que devem ser desenvolvidos no produto educacional (SILVA E SOUZA, 2018).

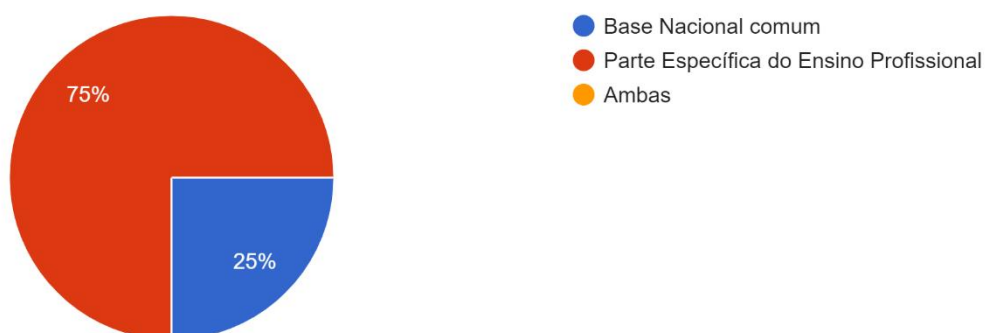
O formulário avaliativo visou colher informações acerca do grau de satisfação dos docentes que apreciaram o guia didático, assim como críticas, elogios, sugestões e a relevância do mesmo para a ampliação de seus conhecimentos. Os professores tiveram o prazo de oito dias para consultarem o guia e avaliá-lo, ou seja, do dia 08 ao dia 16 de maio de 2023. Durante este período, a fim de obtermos 100% de participação dado o fato de que o número de participantes diretos foi bastante limitado, fizemos também o convite para participação pelo *whatsapp*, pois já tínhamos o contato telefônico dos docentes desde o início da pesquisa. Diante do exposto conseguimos a participação de todos os convidados.

Elaboramos um formulário com nove questões objetivas. Apresentaremos as respostas dos docentes nos gráficos abaixo que foram gerados automaticamente pelo *Google forms*:

Gráfico 14 – Disciplinas que os professores lecionam.

1- Você leciona disciplinas:

4 respostas

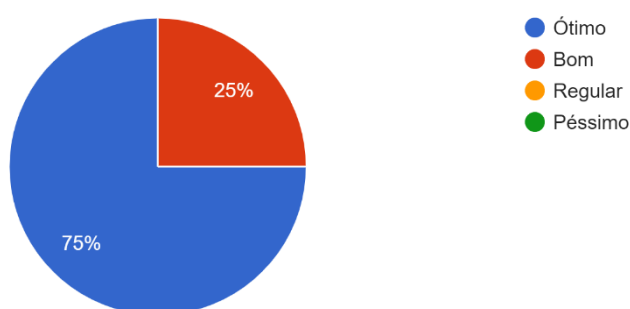


Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da avaliação dos docentes.

Gráfico 15 – Organização geral do Guia Pedagógico de Apoio Educacional.

2- Organização geral do guia: fonte e tamanho das letras, imagens e design.

4 respostas

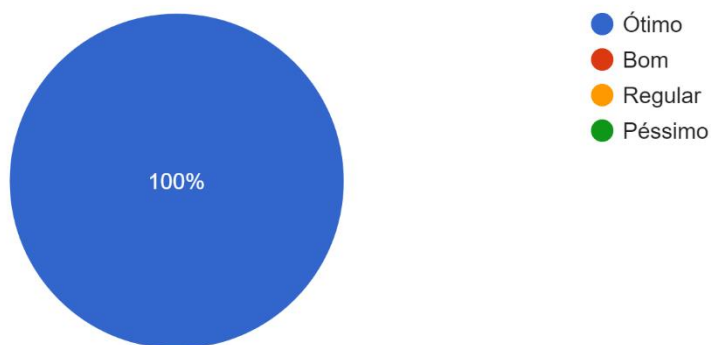


Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da avaliação dos docentes.

Gráfico 16 – Pertinência e relevância dos assuntos abordados no Guia.

3- Pertinência e relevância dos assuntos abordados:

4 respostas

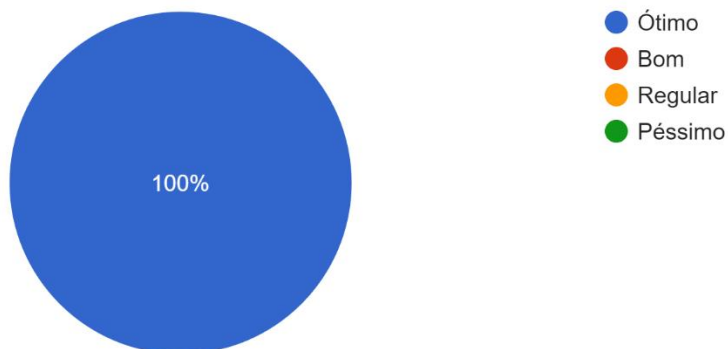


Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da avaliação dos docentes.

Gráfico 17 – Objetividade e clareza na exposição textual do Guia didático de Apoio Pedagógico.

4- Objetividade e clareza na exposição textual :

4 respostas

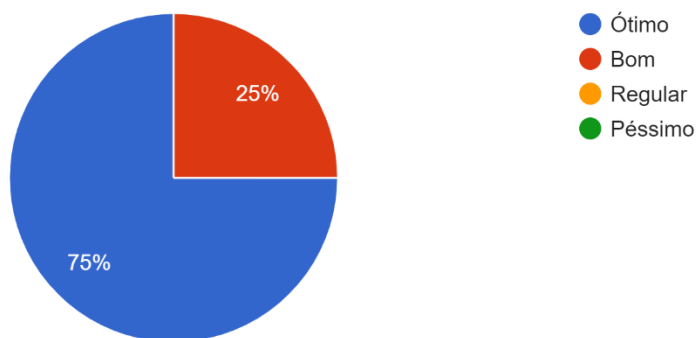


Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da avaliação dos docentes.

Gráfico 18 – Qualidade das Informações para a compreensão dos assuntos.

5- As informações foram suficientes para a compreensão dos assuntos abordados?

4 respostas

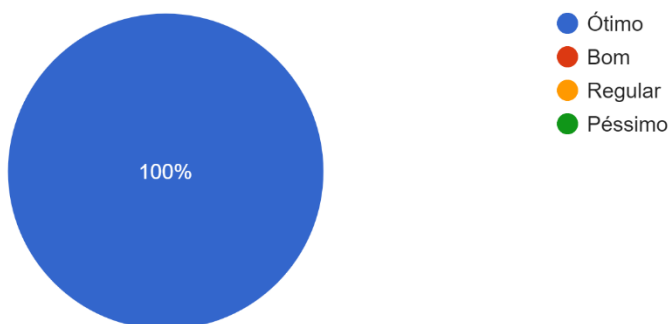


Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da avaliação dos docentes.

Gráfico 19 – Aplicabilidade dos temas abordados no trabalho docente.

6- Aplicabilidade dos temas apresentados no guia em seu local de trabalho:

4 respostas

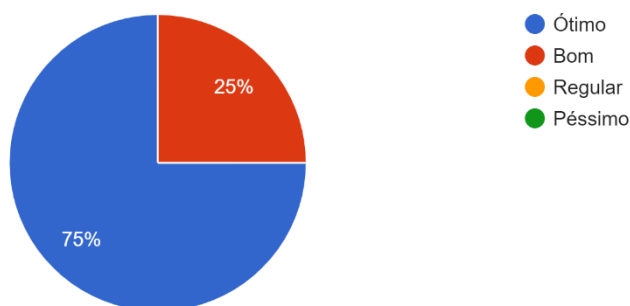


Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da avaliação dos docentes.

Gráfico 20 – Contribuições do Guia para a ampliação dos conhecimentos com relação ao currículo integrado e interdisciplinaridade.

7- O embasamento teórico do guia contribuiu para a ampliação da sua reflexão sobre o currículo integrado e interdisciplinaridade?

4 respostas

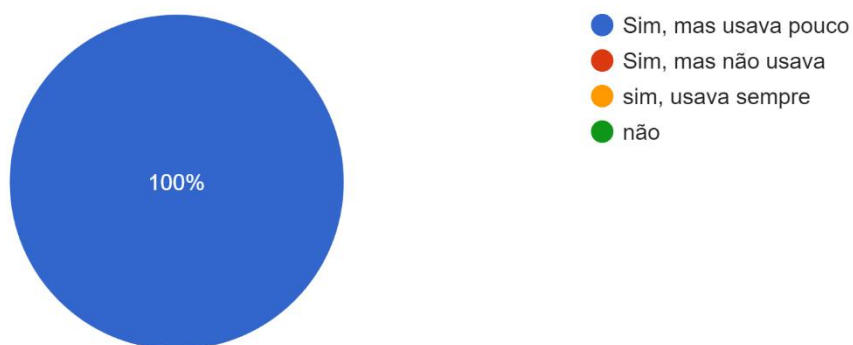


Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da avaliação dos docentes.

Gráfico 21 – Conhecimento e uso dos temas abordados.

8- Você já conhecia e utilizava os temas abordados?

4 respostas

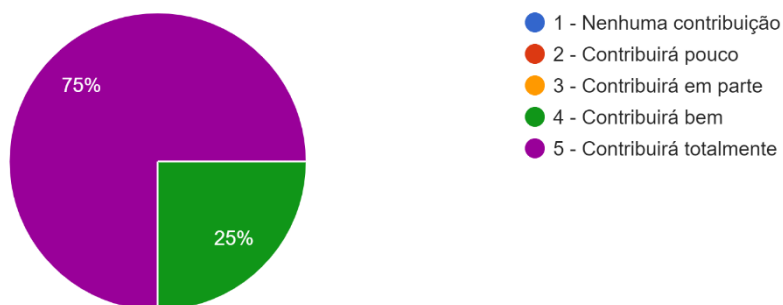


Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da avaliação dos docentes.

Gráfico 22 – Contribuições do Guia para a Prática Pedagógica.

9- Em uma escala de 1 a 5, quanto o estudo desse guia poderá contribuir para sua prática pedagógica:

4 respostas



Fonte: Gráfico gerado automaticamente pelo *Google Forms* a partir dos resultados da avaliação dos docentes.

De acordo com a avaliação dos docentes o Guia Didático de Apoio Pedagógico alcançou o objetivo proposto, que foi o de contribuir para a elucidação de dúvidas da integração curricular e também de cooperar para a ampliação da prática pedagógica dos mesmos nos moldes da integração curricular. Os índices positivos indicados nos gráficos acima comprovam a aprovação do produto educacional em todos os sentidos, seja na diagramação, temática e referencial teórico.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Nesta pesquisa buscamos contribuir para a ampliação de conhecimentos acerca do currículo integrado sob a perspectiva das práticas educativas para sua efetivação, demos ênfase a disciplina de Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes tendo em mente a demanda deste processo formativo.

Retomando aos objetivos propostos pela pesquisa identificamos que a integração curricular nas práticas educativas na disciplina de Língua Portuguesa com as disciplinas profissionalizantes no 3º ano do curso Técnico em Meio Ambiente é bastante discreta, acontecem vez ou outra com projetos integradores, ou alguma prática de letramento interdisciplinar, entretanto estas práticas não são efetivas, uma vez que o trabalho é feito individualmente.

A fala dos docentes mostrou que ainda não conseguem compreender na sua totalidade a interdisciplinaridade e essa integração nas disciplinas, até tentam promover este trabalho, mas suas metodologias ainda não as contemplam. As tentativas de integração ainda contribuem para a separação das disciplinas humanas das exatas, das teóricas das práticas.

A fim de atender aos objetivos específicos fizemos uma breve revisão do percurso histórico sobre a criação e desenvolvimento da rede federal e tecnológica de ensino e como tem sido discutido o currículo integrado nestas instituições, ficou evidenciado um quadro marcado por avanços, retrocessos e incoerências, vimos ainda por meio da análise dos documentos norteadores do processo de ensino e aprendizagem do Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres, como o PPC, matriz curricular e ementa das disciplinas, que eles ainda não contemplam efetivamente os preceitos do currículo integrado e por isso não colaboram efetivamente para o desenvolvimento docente de práticas educativas integradoras na disciplina de Língua Portuguesa com as disciplinas profissionalizantes, uma vez que as práticas de letramento dessas disciplinas ainda não contemplam a proposta do currículo integrado.

Mesmo fazendo parte da rede federal de educação muitos docentes não conhecem as bases conceituais da EPT ou se as conhecem não as consideram tão relevantes assim para o desenvolvimento do seu trabalho, entretanto é preciso considerar itens importantes que contribuam para tal condição, o contexto cultural e histórico destes docentes assim como das instituições de ensino em que atuam.

As conquistas alcançadas e as políticas públicas implementadas ainda são carentes no que concerne ao currículo integrado, sua relevância ainda não foi assimilada por todos. Os próprios docentes admitem essa incompreensão quanto a integração e processos interdisciplinares, mas reforçam veementemente a sua importância, este é um ponto muito positivo, uma vez que essa visão crítica sobre a fragmentação curricular é muito importante para o despertar de novas formas de ensinar e aprender.

Os resultados obtidos nessa pesquisa confirmam a hipótese de que é possível desenvolver um trabalho interdisciplinar na perspectiva do currículo integrado nos cursos técnicos integrados ao ensino médio nas disciplinas de formação geral e profissional utilizando práticas de letramento flexíveis, relação dialógica e planejamento em equipe entre os docentes, pois eles já tem essa visão de totalidade e da sua relevância para o ensino, entretanto é preciso que estes docentes e todos os profissionais educacionais se apropriem desses conceitos e das formas efetivas de trabalhar com essa integração.

Os cursos de formação continuada e a definição de novos rumos na formação inicial podem colaborar para isso, além de uma reestruturação dos documentos que regem o ensino tanto no geral, rede nacional, quanto no específico, cada instituição de ensino individualmente, colocando esta prescrição e fornecendo condições para que ela aconteça.

Os resultados da pesquisa demonstraram que a integração curricular ainda não é uma realidade na EPT, uma vez que os documentos reguladores do ensino ainda não apontam esta necessidade e os profissionais educacionais não foram preparados para atuar nestas condições, entretanto este é um processo em construção. Importante ressaltar que as impressões reveladas e apreendidas durante as entrevistas denotam que os professores estão realizando grandes esforços para melhorarem sua atuação didático-pedagógica, e, apesar das limitações relacionadas à formação, buscam suprir as defasagens concernentes ao currículo integrado, embasando o ensino e as práticas de letramento ao conhecimento em sua totalidade, pois acreditam nesta modalidade educativa como uma forma de emancipação humana.

Voltando o olhar para as transformações que estamos vivendo na área educacional, a começar pela rede federal de ensino e a educação profissional e tecnológica que ao longo dos tempos vem passando por transformações amparadas

nos documentos normatizadores, documentos estes já apresentados e debatidos nesta pesquisa, vimos que sofreram avanços e também retrocessos amparados pelos interesses capitalistas dominantes que priorizam a obtenção de lucros decorrentes do trabalho assalariado e alienado, portanto desabonam a concepção de um currículo integrado que não separa o conhecimento científico das relações culturais e materiais.

Está sendo uma longa caminhada contra a negação de direitos óbvios a classe trabalhadora, os avanços estão longe de esgotar as condições necessárias, as mudanças devem vir da institucionalização e de políticas públicas que garantam reais direitos a população na área educacional, garantindo o acesso e a permanência do estudante desde a educação básica até o ensino superior propiciando a todos, sem distinção, uma formação que promova sua condição de vida, firmando um caráter democrático, garantindo a estruturação da integração do estudo, instalações educativas apropriadas, formação docente continuada, salários dignos, condições de trabalho adequadas para os profissionais educacionais, o que demonstra a necessidade da implementação de novas políticas públicas.

A educação constitui um dos pilares fundamentais de uma sociedade, por isso é preciso desmontar este quadro caótico de uma educação que colabora para as desigualdades sociais e econômicas, existem muitas lacunas que contribuem para que escola acabe sendo reprodutora e colaboradora dos sistemas dominantes, uma vez que de acordo com SILVA (2010, p. 33.) “as escolas dirigidas aos trabalhadores subordinados tendem a privilegiar relações sociais nas quais, ao praticar papéis subordinados, os estudantes aprendem a subordinação”, mas como se um dos principais alicerces para as transformações está estruturado na educação?

Talvez a resposta mais plausível para este questionamento seja de que a escola reproduz o currículo da cultura dominante, os conteúdos das disciplinas estão encharcados de interesses limitadores, a fim de formar cidadãos para atuarem no mercado de trabalho o que aumenta a desigualdades sociais, entretanto observa-se que se têm avançado, mesmo que discretamente, rumo a formação omnilateral, politécnica e abrangente, e este é um processo irreversível, precisamos construir uma visão correta deste processo com os profissionais, prepará-los para a integração curricular e o trabalho interdisciplinar entre disciplinas teóricas e práticas exterminando definitivamente com a dissociação entre teoria e prática.

Apesar das barreiras estamos caminhando para uma nova era na área educacional tanto na pública quanto privada, é preciso avançar no diálogo, parceria

e cooperação, uma vez que o currículo integrado vem para formar pessoas, cidadãos e não para formar só estudantes!

8 REFERÊNCIAS:

ALMEIDA F.; FRANCO, M. M. S. O conceito de competência comunicativa em retrospectiva e perspectiva. **Revista Desempenho**, v. 10, n. 1, jun. 2009.

ANDRADE, Maria Adilina Freire Jerônimo de. **O currículo do curso de comércio - PROEJA do IFRN Campus Natal Zona Norte: identificando avanços, analisando dificuldades**. 2016. 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte– IFRN, Natal, RN.

ANDRÉ, M. E. DALMAZO, A. de. A Pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ARROYO, M. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2006.

BRANDÃO, C. R. **O que é Método Paulo Freire**. 18. ed. São Paulo, Brasiliense. 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reforma do Ensino Médio**. Brasília, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno III: o currículo do ensino médio, seu sujeito e o desafio da formação humana integral**. Curitiba: MEC, SEB, UFPR, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Lei de Criação da Rede de Ensino Profissional e Tecnológico 11.982**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Lei n. 11.788/08. **Diário Oficial da União, Poder Legislativo**, Brasília, v.145, n. 187, seção 1, p. 3, set. 2008.

BRASIL.Ministério da Educação. **Documento Base: educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Brasília, 2007.Disponível em:http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em 06 dez 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 18, 26 jul. 2004

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 2.000.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

BRASIL. Decreto no 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário oficial**, Brasília, 18 abr. 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília-DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 4 de julho de 2021.

BRASIL. MEC. Ministério da Educação. **Instituições da Rede Federal**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em 14/06/2021 às 21h09min.

CARLOS, N. I.S. D. CAVALCANTE, I. F. NETA, O.M.M. A Educação no Período da Ditadura Militar: o ensino técnico profissionalizante e suas contradições. **Revista Trabalho Necessário**, v.16, nº 30, 2018.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio integrado. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CHIZZOTTI A. (2006). **Pesquisa em ciências humanas e sociais**, 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14. ed. – São Paulo. Cortez, 2011

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

DESCARTES, R. **Discurso do Método, Introdução, análise e notas de Étienne Gilson**, São Paulo, Martins Fontes, 2011.

ECCO, I. **Temas do cotidiano escolar**. Erechim, RS: Habilis, 2010.

FAZENDA, I.C.A. (org.). **Interdisciplinaridade na educação brasileira: 20 anos**. São Paulo: Criarp, 2006

FAZENDA, Ivani (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, P. A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. In: **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.

FREIRE, P. **The politics of education: culture, power, and liberation**. Westport, CT: Bergin and Garvey, 1985. 209 p.

FREIRE, P. Educação: o sonho possível. In. BRANDÃO, C. R. (org.) **O educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FRITOTTO, G. **Entrevista com Gaudêncio Frigotto sobre os impactos que os institutos federais de educação (IFs) sofrem diante do atual governo federal**. Sindicato dos Trabalhadores do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Disponível em 22 de fevereiro, 2021. Disponível em <http://sintifrj.org.br/sintifrj2021/02/22/entrevista-com-gaudencio-frigotto/> Acesso em 14 jun. 2021 às 10h53min.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas Pedagógicas e ensino integrado. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. “A Gênese do Decreto nº. 5.154/2004: no contexto controverso da democracia restrita”. In: RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FRITOTTO, G. A Polisssemia da Categoria Trabalho na batalha das ideias na sociedade de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 56, p. 168-194, nov., 2009.

FRITOTTO, G. A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a Universalização da Educação Básica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out., 2007.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Revista Educação & Sociedade**, v..24, nº 82, p. 1-18, Campinas, abril 2003.

FRIGOTTO, G. Trabalho-educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. (Coord). **Formação de professores para o Ensino Fundamental: instituições formadoras e seus currículos. Relatório final: pedagogia. Fundação Carlos Chagas**. São Paulo, 2008.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 2. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21. ed. São Paulo: Loyola; 2011.

IMBERNÓN. F. **Formação docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 1998.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO. 2018. Disponível em ifgoiano.edu.br/home/index.php/polo-de-inovacao.html. Acesso em 14 jun. 202.

ISAIA, S. M. A. O professor de licenciatura: desafios para sua formação. In: SILVA L. D.; POLENZ, T. (Org.). **Educação e Contemporaneidade: mudança de paradigma na ação formadora da universidade**. Canoas: Ed. ULBRA, p. 144-162.

KUENZER, A. Z. (Org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEHER, R. O BIRD e as Reformas Neoliberais na Educação. **PUCVIVA**, São Paulo, n. 05, jun. 1999.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos para que?** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1996.

LIMA E SILVA, M. **O ensino de Português para Fins Específicos no Programa Mais Médicos para o Brasil**. 2017. 208p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LIMA, A. D. **Vozes e diálogo na escola**: uma análise de posicionamentos sobre a disciplina de Língua Portuguesa no ensino médio integrado à educação profissional do IFRN. Natal: IFRN Ed., 2017.

LOPES, A. C. **Apostando Na Produção Contextual Do Currículo. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024**: avaliação e perspectivas. Organização: Márcia Angela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.

LOPES, A. **Políticas de integração curricular**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2008

LOPES, A. C. Pensamento e política curricular – entrevista com William Pinar. In: **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.

MACHADO, C.; GANZELI, P. Gestão educacional e materialização do direito à educação: avanços e entraves. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 49-63, mar./abr. 2018.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

MELLO, Gláucia B. R. de. **E para que serve um Diário de Campo?** In: Barros, L.C.S. e Amaral, P.M.G (Orgs.) **Cadernos do Grupo de Pesquisa. Música e Identidade na Amazônia – GPMIA**. Editora do Programa de Pós-Graduação em Artes/UFPA & Editora Paka-Tatu, Belém, vol. II, 2011

MICHAELIS moderno **dicionário** da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em 27 jul. 2021.

MILL, Daniel. Gestão Estratégica de Sistemas de Educação a Distância no Brasil e em Portugal: a Propósito da Flexibilidade Educacional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 131, p. 407-426, abr.-jun., 2015

MOREIRA, A. F. B. Currículo e Gestão: Propondo uma parceria. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 547-562, jul./set. 2013

MOURA, D. H. **Educação em pauta 202**. Entrevista. Youtube, 22 de abr. 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7JdxLkyaUnU>. Acesso em 27 de mai. 2022 às 16h20min.

MOURA, D. H. “Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?” **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p.705-720, jul./set. 2013. Disponível:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1517-97022013000300010&lng=pt&tlng=>. Acesso em 25/07/2023.

MOURA, D. H. A Educação Básica e a Educação profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e perspectivas de Integração. **Holos**. Ano 23, Vol. 2 – 2007.

NACARATO, A. M; MENGALI, B. L. da S; PASSOS, C. L. B. **A Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental**: tecendo fios do ensino e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

NASCIMENTO, M. N. M.(2007). **Ensino Médio No Brasil**: Determinações Históricas. Publ. UEPG Ci. Hum.,Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 1 jun. 2007.

OLIVEIRA, R. S; SALES, M. A; SILVA, A. L. G. Professor por acaso? A docência nos Institutos Federais. **Revista Profissão Docente**. Uberaba, v. 17, n. 37, p. 5-16, ago.-dez., 2017. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1115/1353>. Acesso em: 05 dez. 2022.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. (org). **Modelos curriculares para educação de infância**. 2 ed. Portugal: Porto Editora, 1998.

PACÍFICO, D. A, DESCONSI, C. **A agroecologia e o ensino de sociologia em Curso Técnico de Agropecuária do Instituto Federal Goiano - Ceres/GO**. v. 15 n. 2 (2020): Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe

PALASIOS, Paulie Ceres. **A articulação Educação Profissional e desenvolvimento territorial pelo Instituto Federal Goiano – campus Ceres**: perspectiva e possibilidades. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado, curso de pós-graduação em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PEREIRA, C. A. A. A Construção do Currículo na Gestão Democrática. **Revista Paulista de Educação**. v.1, n. 1, Ano 2012.

PETRAGLIA, I. C. **A educação e a complexidade do ser e do saber**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PETRASSO, C. **Português para fins específicos: uma proposta para um curso de Nivelamento Acadêmico**. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PORTELA, A. L.; ATTA, D. M. A. A Dimensão Pedagógica da Gestão da Educação. In: RODRIGUES, M.; BRAGA, A. C. (Org.). **Guia de Consulta para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação PRASEM II**. Brasília: FUNDESCOLA/MEC, 1999.

- QUELHAS, O. L. G.; FILHO, J. R. F.; FRANÇA, S. L. B. O mestrado profissional no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, 11. 2005.
- RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. In: SEED. **Concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. Curitiba, 2008.
- RIGHES, A. C. SARTURI, Rosane Carneiro. Concepção histórica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Entrevista com Elizier Moreira Pacheco. **Revista Brasileira de História da Educação**.v. 21, 2021.
- RIOS, T. A. **Compreender e Ensinar: Por uma docência da melhor qualidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- ROCHA, Anna Gabrielle Amorim. A importância dos gêneros textuais no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 10, ano 05, 3 ed. 03, pp. 18-32. Mar. de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/letras/importancia-dos-geros>.
- ROJO, R.H.R.; BARBOSA, J. P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**.1. ed. São Paulo: Parábola, 2015.
- ROJO, R. H. R.. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, R. H. R.; MOURA, E. (Org.). **Multiletramentos na Escola**. 1ed. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2012.
- ROSA, M. V. F. P. de.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SACRISTAN, G. J. O significado e a função da educação na sociedade e na cultura globalizadas. In: GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org.). **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- SACRISTÁN, Jurjo Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- SAMPAIO, R. L. **Ensino técnico e inserção profissional: a visão dos egressos do CEFET– Ba e de seus empregadores**. 2009, 230 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação. Universidade de Brasília.
- SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o Currículo Integrado**. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.
- SANTOS, A. de S.; SILVA, E. F. da .; MILAN, D. O Novo Ensino Médio: das dificuldades do projeto à sua implementação (2017-2022). **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 25, p. 1–18, 2022. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.25.20361.060. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20361>. Acesso em: 23 fev. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: Fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SAVIANI, D. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Campinas, UNICAMP, Projeto “20 anos do HISTEDBR”, 2005.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnicidade. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.

SAVIANI, D. Teorias pedagógicas contra-hegemônicas no Brasil. **Ideação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 11–28, 2000. DOI: 10.48075/ri.v10i2.4465. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4465>. Acesso em: 6 dez. 2022.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnicidade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ – Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação**, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez, Autores Associados. 1987.

SCHNEIDER, M. M. B. (2013) **Desatando os nós do Currículo Integrado no Ensino Médio no âmbito dos Institutos Federais**. 2013, 213 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

SCHWARTZMAN, S. **A educação média e profissional no Brasil: situação e caminhos**. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

SILVA, T.T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. -1. reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Silva, K. C. B., Souza, A. C. R. de. (2018). **MEPE: metodologia para elaboração de produto educacional**. Manaus: IFAM, 2018.

SILVA, A. L. da. **Currículo Integrado**. 1. ed. Florianópolis: Editora do IFSC, 2014.

SOARES, M. **Letramento: Um Tema em Três Gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, v.3.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. 2003.

SOUZA, F. D. S. ANDRADE, Elisângela Aguiar Oliveira. PEREIRA, Reginaldo Santos. A BNCC do Ensino Médio: Apontamentos e Reflexões sobre Currículo e Educação. **Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil**, v. 7, n. 7, p. 105-119, maio, 2019.

STREET, B. V. **Literacy in theory and practice**. Cambridge University Press, 1984.

TAVARES, M. G., **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: As Etapas Históricas da Educação Profissional no Brasil**. In: ANPedSul - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxias do Sul, 2012. Anais IX ANPedSul - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Caxias do Sul: UCS, 2012.

TEIXEIRA, B. W. M. **Formação permanente de professores de língua portuguesa e o ensino de produção textual, no contexto da educação básica, técnica e tecnológica**. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria/UFSM, RS em cooperação técnica com o Instituto Federal de Farroupilha - IFFar) – Universidade Federal de Santa Maria.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática: ensino plural**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires: Consejo Latino americano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

VEIGA-NETO, A. J. da. Princípios norteadores para um novo paradigma curricular: interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade em tempos de Império. IN: VEIGA, I. P. A & NAVES, Marisa Lomônaco (orgs.). **Currículo e avaliação na Educação Superior**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2005.

WITTKE, Cleide Inês. **O importante papel do texto nas aulas de língua materna**. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2022/06/volume_2_artigo_074.pdf. Acesso em: 01 de dez. de 2022.

ZABALA, A. **A Prática Educativa. Como ensinar**. Tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

YOUNG, Michael. Teoria do Currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de Pesquisa**. V.44, n.151, p.190-202, jan/mar.2014.

APÊNDICE A – Roteiro de Questionário com os discentes

1 – Dentre as alternativas abaixo qual/quais mais se aproxima dos motivos que o levou a escolher o Curso de ensino médio técnico integral em Meio Ambiente:

- a- Preparar para o ENEN
- b- Ingressar no mercado de trabalho
- c- Ter acesso a um ensino de qualidade
- d- Outro (especificar): _____

2- Das aulas relacionadas abaixo qual(is) você destaca como mais importante(s):

- a- Língua Portuguesa
- b- Artes
- d- Espanhol
- e- Educação Física.
- f- Física
- g- Química
- h- Biologia
- i- matemática
- j- história
- k- geografia
- l- sociologia
- m- filosofia
- n- Estudo e Relatório de Impacto Ambiental
- o- Licenciamento Ambiental
- p- Análises, tratamento de água e esgoto
- q- Administração e empreendedorismo.

3- A sua opção na questão anterior é porque a(s) disciplina(s) selecionada(s):

- a- São mais cobradas nas avaliações do Enem e vestibular
- b- Favorece seu desenvolvimento crítico e participativo na sociedade
- c- Contribui para o seu desenvolvimento pessoal e profissional
- d- Os conteúdos estão relacionados com os das outras disciplinas o que a torna mais clara e interessante.
- e- Outro motivo (especificar): _____

4- Os professores desenvolvem projetos integradores que fazem ligação com a disciplina de Língua Portuguesa e as disciplinas profissionalizantes apresentando como os conteúdos podem ser aplicáveis na vida real e profissional?

- a- Sim
- b- Não
- c- Em parte
- d- Não sei informar

5- Os processos de leitura e escrita trabalhados pelos professores nas diferentes disciplinas colaboram para o desenvolvimento da vivência prática-profissional?

- a- Sim
- b- Não
- c- não sei responder

6- Os conteúdos trabalhados nas disciplinas de Língua Portuguesa e nas disciplinas técnicas são amparados em situações do dia a dia?

- a- sim, em ambas
- b- Somente as de Língua Portuguesa
- c- Somente as técnicas
- d- nenhuma

7- Você compreende melhor os conteúdos das diferentes disciplinas, técnicas e profissionalizantes, quando eles estão interligados?

- a- Sim
- b- Não
- c- não sei responder

8- Quais aulas você considera mais importante para sua formação?

- a- Técnicas
- b- profissionalizantes
- c- Técnicas e profissionalizantes

9- Você considera importante os professores trabalharem em conjunto os conteúdos abordados e as atividades desenvolvidas?

- a- Sim
- b- Não
- c- Não sei informar

10- A forma de trabalho adotada pelos professores é:

- a- trabalho em equipe com relação a exposição dos conteúdos
- b- cada um faz seu trabalho de forma individual
- c- às vezes trabalham de conjunta
- d- Não sei informar

11- Na sua opinião qual a melhor forma de compreender os conteúdos estudados?

- a- quando os professores trabalham em equipe, desenvolvem projetos integradores e inovadores, aulas dinâmicas e relacionadas ao seu contexto social.
- b- quando trabalham de forma individual
- c- Outra (especificar): _____

12- No que concerne ao trabalho desenvolvido pelos professores da disciplina de Língua Portuguesa e das áreas profissionais, como você avalia a interação entre elas?

- () ótima () boa () regular () não existe

13- De acordo com sua opinião, comente sobre as práticas de letramento (forma de trabalho dos professores) da Instituição. Fique à vontade para elogiar, criticar e sugerir.

APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista com Docentes

- 1- Sobre a sua formação acadêmica responda:
 - a- Graduação?
 - b- Especialização?
 - c- Mestrado?
 - d- doutorado ?

- 2- Há quanto tempo exerce a função de docência no Instituto Federal Goiano *campus Ceres*?

- 3- Discorra sobre seu trabalho docente nessa instituição no que concerne ao planejamento das aulas.
 - a- Como ele é feito? Anual? Bimestral? Semestral?
 - b- Ao realizá-lo você se baseia em quais documentos?
 - c- Ele é feito de forma individual ou coletiva?
 - d- Em seu processo de formação inicial foram promovidos debates acerca do Currículo Integrado e interdisciplinaridade, em caso positivo como foi desenvolvido?

- 4- A temática do Currículo Integrado tem sido palco de constantes debates e pesquisas especialmente no que concerne ao ensino médio técnico integral, com relação a este assunto relate. Qual a sua percepção sobre o mesmo? Acredita que ele contribui para que o discente evolua como cidadão social ativo, crítico e consciente?

- 5- Você considera que as práticas de letramento utilizadas por você e pelos demais docentes desta instituição de ensino favorecem a efetivação de um currículo integrado? Em suas aulas você promove/prioriza quais práticas de letramento? Utiliza diferentes gêneros textuais? Quais? São pensados para alcançar quais objetivos?

- 6- Com relação a interdisciplinaridade. Como a percebe no seu ambiente de trabalho?

7- Você, juntamente com os outros docentes, desenvolve projetos integradores? Como são planejados? Na sua opinião eles favorecem a vinculação dos conteúdos das disciplinas teóricas e práticas? Qual a relevância dos mesmos para o processo de ensino e aprendizagem?

8- Você consegue exemplificar alguma prática de letramento que você realizou ou viu sendo realizada por outros docentes na turma em que trabalha que esteja amparada nos preceitos do Currículo Integrado e da interdisciplinaridade?

9- Como você percebe a interação entre as práticas pedagógicas dos docentes que ministram disciplinas teóricas daqueles que ministram disciplinas de formação técnica? Ela acontece? Em caso positivo, descreva as principais experiências. Em caso negativo, mencione os principais entraves/obstáculos/resistências.

10- A Instituição que você trabalha promove/favorece a participação docente em cursos, encontros, debates que abrange temas que abordam o Currículo Integrado e trabalho interdisciplinar?

11- Há uma prescrição Curricular e dos demais documentos normativos da Instituição de Ensino (IF Goiano – *campus* Ceres) para a vinculação/correlação entre as disciplinas teóricas e práticas no curso de Meio Ambiente do ensino médio integral?

12- Sinta-se a vontade para apresentar aqui considerações acerca da proposta desta pesquisa no que concerne ao Currículo Integrado, interdisciplinaridade e práticas de letramento nas disciplinas teóricas e profissionalizantes no curso do Meio Ambiente.

APÊNDICE C – Formulário para Avaliação do Produto Educacional Guia de Apoio Pedagógico:

Este formulário avaliativo visa colher informações acerca do seu grau de satisfação, críticas, elogios e sugestões relacionadas ao Guia Didático de Apoio Pedagógico intitulado “Currículo Integrado: caminhos para a formação integral e politécnica na educação profissional e tecnológica no ensino médio.

1- Você leciona disciplinas:

- () Base Nacional comum
 () Parte Específica do Ensino Profissional

Nº	Itens a serem avaliados	Ótimo	Bom	Regular	Péssimo
02	Organização geral do guia: fonte e tamanho das letras, imagens e design.				
03	Pertinência e relevância dos assuntos abordados.				
04	Objetividade e clareza na exposição textual.				
05	As informações foram suficientes para a compreensão dos assuntos abordados.				
06	Aplicabilidade dos temas apresentados no seu local de trabalho.				
07	O embasamento teórico possibilita reflexão sobre o currículo integrado e interdisciplinaridade.				

08- Você já conhecia e utilizava os temas abordados:

- () sim, mas usava pouco () sim, mas não usava () não

9- Em uma escala de 1 a 5, quanto o estudo desse guia poderá contribuir para sua prática pedagógica:

- () 1 - Nenhuma contribuição
 () 2 – Contribuirá pouco
 () 3 – Contribuirá em parte
 () 4 – Contribuirá bem
 () 5 – Contribuirá totalmente

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Docentes)

Prezado(a) docente você está sendo convidado (a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada **“O Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres, a oferta do ensino médio integrado e interfaces com a área de Língua Portuguesa”** sob a responsabilidade da pesquisadora responsável Cleonice Borges Ribeiro.

Este documento é um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) e, após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado fisicamente em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Se tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Cleonice Borges Ribeiro pelo telefone: (62) 99652-2057, pelo *e-mail* cleoribeiro1@hotmail.com. Dúvidas sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 9 9226 3661 ou pelo *e-mail*: cep@ifgoiano.edu.br.

1 JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi motivada pelo desafio enfrentado pelos docentes de buscarem saberes recontextualizados e ressignificados na educação profissional e tecnológica objetivando uma qualificação contemporânea na perspectiva de um Currículo Integrado no ensino médio integral/omnilateral, a fim de que aja uma superação da fragmentação curricular e com isto a promoção de práticas docentes inovadoras.

O objetivo geral consiste em: analisar como e em que medida ocorre à integração curricular nas práticas educativas na disciplina de Língua Portuguesa e os componentes curriculares relacionados à formação profissional no curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio no IF Goiano *campus* - Ceres. Já os objetivos Específicos são: descrever a evolução histórica da rede federal e tecnológica

de ensino e sua relação com o currículo integrado; analisar se o currículo do Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres contempla os pressupostos do currículo integrado e colabora para sua real efetividade no que concerne as práticas educativas na relação da Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes; relacionar a práxis pedagógica com a proposta de um currículo integrado no curso de Meio Ambiente a partir da relação entre a disciplina de Língua Portuguesa e as disciplinas profissionalizantes; desenvolver o produto educacional que é Guia Didático de Apoio Pedagógico, abordando as temáticas aqui discutidas, como: currículo integrado, interdisciplinaridade, currículo oculto e prescrito, formação humana omnilateral, politecnia e a rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológica.

Com relação à metodologia da pesquisa você participará das seguintes etapas:

1) Entrevista semiestruturada - realizada no mês de setembro/2022 a qual abarcará questões relacionadas à sua prática educativa. A entrevista será gravada, acontecerá individualmente em espaço que garanta sua privacidade, agendada previamente de acordo com a sua disponibilidade de dia e horário, ressaltando que você não é obrigado a responder a todas as questões. 2) você será convidado a ler e avaliar o produto educacional, Guia Didático de Apoio Pedagógico, abordando a seguinte temática: Currículo Integrado: caminhos para a formação integral e politécnica na EPT. Curso este que terá como público alvo docentes do Instituto Federal Goiano Campus Ceres e demais docentes que se interessarem pelo assunto.

2 DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS

A presente pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos para você, entretanto podem ocorrer riscos psicológicos mínimos, como: ansiedade por participar de entrevista com informações relacionadas à sua vida pessoal; de ordem psíquica por sentir sua privacidade invadida; de ordem social relacionado a embaraço e vergonha de interagir com estranhos, além de medo de repercussões eventuais por expor sua opinião, cansaço ou aborrecimento, tomar o seu tempo ao responder entrevista ou interferência na sua vida e rotina.

A pesquisadora se compromete ainda a realizar os procedimentos de coleta de dados de forma sigilosa e privativa e só serão realizados após o seu consentimento e compreensão dos objetivos a que se destinam. Mesmo atendendo a todas as indicações éticas, caso você se sinta constrangido em responder ou participar de qualquer questão poderá interromper imediatamente a participação, tendo

posteriormente a oportunidade de retornar para a pesquisa ou não. Se compromete também com a preservação da sua identidade com a confidencialidade dos dados, se responsabiliza por danos de ordem física, material ou psicológica que a pesquisa possa acarretar a você.

3 FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Você será acompanhado(a) integralmente pela pesquisadora em qualquer etapa do estudo e caso apresente algum problema, seja de ordem física ou psicológica, será imediatamente encaminhado(a) para auxílio psicológico no Centro Integrado de Saúde (CIS) do Instituto Federal Goiano - *campus* Ceres, ou no hospital da rede pública mais próxima, ou posto de saúde e todas as providências cabíveis serão tomadas. Em caso de dúvidas elas são prontamente sanadas.

4 GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, pelos meios citados acima, é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação em qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a não adesão a ela não irá acarretar nenhuma penalidade.

Sua identidade será tratada com padrões de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou material que indique sua participação não será liberado nem divulgado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Com a conclusão da pesquisa você será informado(a) dos resultados obtidos.

Uma vez concluída a coleta de dados, a pesquisadora fará o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", será feito o mesmo procedimento para os registros de consentimento livre e esclarecido que sejam gravações de vídeo ou áudio. Nenhum documento ou dado coletado será mantido em qualquer plataforma virtual, pois os dados serão deletados definitivamente.

5 CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS

Sua participação neste estudo não implicará nenhum retorno financeiro. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação. Caso você sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, você terá o direito de pleitear a indenização por todo e qualquer gasto.

Sendo assim, a pesquisadora evidencia que serão respeitados todos os princípios éticos, quanto à pesquisa com seres humanos, seguidas todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano e assumidos todos os compromissos éticos necessários para a realização da pesquisa e desenvolvimento do produto educacional.

6 CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar da pesquisa intitulada: “O Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres, a oferta do ensino médio integrado e interfaces com a área de Língua Portuguesa”, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Ceres, _____ de _____ de 20____

Assinatura do participante

Cleonice Borges Ribeiro

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (pais/responsáveis)

Seu filho(a) ou menor por quem você é responsável está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa: intitulada “**O Instituto Federal Goiano – campus Ceres, a oferta do ensino médio integrado e interfaces com a área de Língua Portuguesa**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Cleonice Borges Ribeiro.

Este documento é um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) e, após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de você aceitar que seu filho/menor por quem você é responsável faça parte desta pesquisa, este documento deverá ser assinado fisicamente em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, nem você e nem seu(ua) filho(a)/menor por quem você é responsável serão penalizados de forma alguma. Se tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Cleonice Borges Ribeiro pelo telefone: (62) 99652-2057, pelo *e-mail* cleoribeiro1@hotmail.com. Dúvidas sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 9 9226 3661 ou pelo *e-mail*: cep@ifgoiano.edu.br.

1 JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi motivada pelo desafio enfrentado pelos docentes de buscarem saberes recontextualizados e ressignificados na educação profissional e tecnológica objetivando uma qualificação contemporânea na perspectiva de um currículo integrado no ensino médio integral/omnilateral, a fim de que aja uma superação da fragmentação curricular e com isto a promoção de práticas docentes inovadoras.

O objetivo geral consiste em: analisar como e em que medida ocorre à integração curricular nas práticas educativas na disciplina de Língua Portuguesa e os

componentes curriculares relacionados à formação profissional no curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio no IF Goiano *campus* - Ceres.

Já os objetivos Específicos serão: descrever a evolução histórica da rede federal e tecnológica de ensino e sua relação com o currículo integrado; analisar se o currículo do Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres contempla os pressupostos do currículo integrado e colabora para sua real efetividade no que concerne as práticas educativas na relação da Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes; relacionar a práxis pedagógica com a proposta de um currículo integrado no curso de Meio Ambiente a partir da relação entre a disciplina de Língua Portuguesa e as disciplinas profissionalizantes; desenvolver o produto educacional que é um Guia Didático de Apoio Pedagógico para docentes, abordando as temáticas aqui discutidas, como: currículo integrado, interdisciplinaridade, currículo oculto e prescrito, formação humana omnilateral, politecnicidade e a Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológica.

Com relação à metodologia da pesquisa seu filho(a) ou menor por quem você é responsável participará da seguinte etapa: 1) responderá a um questionário no *Google Forms*, composto por 12 questões fechadas e 2 abertas. Ressaltando que seu filho(a) ou menor por quem você é responsável poderá deixar de responder qualquer uma das questões e isso não o impedirá de continuar respondendo o questionário, bem como poderá pausar o questionário e retomar posteriormente no momento que considerar mais adequado.

2 DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS

A presente pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos para seu filho(a) ou menor por quem você é responsável, entretanto podem ocorrer riscos psicológicos mínimos, como: ansiedade por responder à questionários com informações relacionadas à sua vida pessoal; de ordem psíquica por sentir sua privacidade invadida; de ordem social relacionado a embaraço e vergonha de interagir com estranhos, além de medo de repercussões eventuais por expor sua opinião, cansaço ou aborrecimento ao responder questionário, tomar o seu tempo ao responder questionário ou interferência na sua vida e rotina.

A fim de minimizar qualquer risco, dano ou desconforto serão tomados cuidados éticos na elaboração e execução do questionário. A pesquisadora se compromete ainda a realizar os procedimentos de coleta de dados de forma sigilosa

e privativa e só serão realizados após o seu consentimento e compreensão dos objetivos a que se destinam.

Mesmo atendendo a todas as indicações éticas, caso seu filho(a) ou menor por quem você é responsável se sinta constrangido em responder ou participar de qualquer uma das etapas poderá interromper imediatamente a participação, tendo posteriormente a oportunidade de retornar para a pesquisa ou não. A pesquisadora se compromete com a preservação da identidade com a confidencialidade dos dados do seu filho(a) ou menor por quem você é responsável, se responsabiliza por danos de ordem física, material ou psicológica que a pesquisa possa acarretar para seu filho(a) ou menor que você é responsável.

3 FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Seu filho(a) ou menor por quem você é responsável será acompanhado(a) integralmente pela pesquisadora em qualquer etapa do estudo e caso apresente algum problema, seja de ordem física ou psicológica, será imediatamente encaminhado(a) para auxílio psicológico na Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) do Instituto Federal Goiano no Instituto Federal Goiano - *campus* Ceres, ou no hospital da rede pública mais próximo, ou posto de saúde e todas as providências cabíveis serão tomadas. Em caso de dúvidas elas são prontamente sanadas.

4 GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO

Seu filho(a) ou menor por quem você é responsável será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, mediante os meios citados acima, é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação em qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a não adesão a ela não irá acarretar nenhuma penalidade.

A identidade de seu filho(a) ou menor por quem você é responsável será tratada com padrões de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou material que indique sua participação não será liberado nem divulgado sem a sua permissão. Seu filho(a) ou menor por quem você é responsável não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Com a conclusão da pesquisa seu filho(a) ou menor por quem você é responsável será informado(a) dos resultados obtidos.

Uma vez concluída a coleta de dados, a pesquisadora fará o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", será feito o mesmo procedimento para os registros de consentimento livre e esclarecido que sejam gravações de vídeo ou áudio. Nenhum documento ou dado coletado será mantido em qualquer plataforma virtual, pois os dados serão deletados definitivamente.

5 CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS

A participação de seu filho(a) ou menor por quem você é responsável neste estudo não implicará nenhum retorno financeiro. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação. Caso seu filho (a) ou menor por quem você é responsável sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, terá o direito de pleitear a indenização por todo e qualquer gasto.

Sendo assim, a pesquisadora evidencia que serão respeitados todos os princípios éticos, quanto à pesquisa com seres humanos, seguidas todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano e assumidos todos os compromissos éticos necessários para a realização da pesquisa e desenvolvimento do produto educacional.

6 CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo que meu filho (a) ou menor por quem sou responsável participe da pesquisa intitulada: "O Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres, a oferta do ensino médio integrado e interfaces com a área de Língua Portuguesa", de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Ceres, _____ de _____ de 20____

Assinatura do(a) responsável legal pelo(a) estudante

Assinatura da responsável pela pesquisa

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (Discentes Maiores)

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa: intitulada: **“O Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres, a oferta do ensino médio integrado e interfaces com a área de Língua Portuguesa”**, sob a responsabilidade da pesquisadora Cleonice Borges Ribeiro.

Este documento é um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) e, após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de você fazer parte desta pesquisa, este documento deverá ser assinado fisicamente em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Se tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Cleonice Borges Ribeiro pelo telefone: (62) 99652-2057, pelo *e-mail* cleoribeiro1@hotmail.com. Dúvidas sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 9 9226 3661 ou pelo *e-mail*: cep@ifgoiano.edu.br.

1 JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi motivada pelo desafio enfrentado pelos docentes de buscarem saberes recontextualizados e ressignificados na educação profissional e tecnológica objetivando uma qualificação contemporânea na perspectiva de um Currículo Integrado no ensino médio integral/omnilateral, a fim de que aja uma superação da fragmentação curricular e com isto a promoção de práticas docentes inovadoras.

O objetivo geral consiste em: analisar como e em que medida ocorre à integração curricular nas práticas educativas na disciplina de Língua Portuguesa e os componentes curriculares relacionados à formação profissional no curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio no IF Goiano *campus* - Ceres.

Já os objetivos específicos serão: descrever a evolução histórica da Rede Federal e Tecnológica de Ensino e sua relação com o currículo integrado; analisar se

o currículo do Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres contempla os pressupostos do currículo integrado e colabora para sua real efetividade no que concerne as práticas educativas na relação da Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes; relacionar a práxis pedagógica com a proposta de um currículo integrado no curso de Meio Ambiente a partir da relação entre a disciplina de Língua Portuguesa e as disciplinas profissionalizantes; desenvolver o produto educacional que é um Guia Didático de Apoio Pedagógico para docentes, abordando as temáticas aqui discutidas, como: currículo integrado, interdisciplinaridade, currículo oculto e prescrito, formação humana omnilateral, politecnicidade e a Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológica.

Com relação à metodologia da pesquisa você participará da seguinte etapa: 1) responderá a um questionário no *Google Forms*, composto por 12 questões fechadas e 2 abertas. Ressaltando que você poderá deixar de responder qualquer uma das questões e isso não o impedirá de continuar respondendo o questionário, bem como poderá pausar o questionário e retomar posteriormente no momento que considerar mais adequado.

2 DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS

A presente pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos para você, entretanto podem ocorrer riscos psicológicos mínimos, como: ansiedade por responder à questionários com informações relacionadas à sua vida pessoal; de ordem psíquica por sentir sua privacidade invadida; de ordem social relacionado a embaraço e vergonha de interagir com estranhos, além de medo de repercussões eventuais por expor sua opinião, cansaço ou aborrecimento ao responder questionário, tomar o seu tempo ao responder questionário ou interferência na sua vida e rotina.

A fim de minimizar qualquer risco, dano ou desconforto serão tomados cuidados éticos na elaboração e execução do questionário e observações de aulas, a pesquisadora se compromete ainda a realizar os procedimentos de coleta de dados de forma sigilosa e privativa e só serão realizados após o seu consentimento e compreensão dos objetivos a que se destinam.

Mesmo atendendo a todas as indicações éticas, caso você se sinta constrangido em responder ou participar de qualquer uma das etapas poderá interromper imediatamente a participação, tendo posteriormente a oportunidade de retornar para a pesquisa ou não. Se compromete ainda com a preservação da

identidade com a confidencialidade dos seus dados, se responsabiliza por danos de ordem física, material ou psicológica que a pesquisa possa acarretar para você.

3 FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Você será acompanhado(a) integralmente pela pesquisadora em qualquer etapa do estudo e caso apresente algum problema, seja de ordem física ou psicológica, será imediatamente encaminhado(a) para auxílio psicológico no Centro Integrado de Saúde (CIS) do Instituto Federal Goiano no Instituto Federal Goiano - *campus* Ceres, ou no hospital da rede pública mais próximo, ou posto de saúde e todas as providências cabíveis serão tomadas. Em caso de dúvidas elas serão prontamente sanadas.

4 GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, mediante os meios citados acima, é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação em qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a não adesão a ela não irá acarretar nenhuma penalidade.

A sua identidade será tratada com padrões de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou material que indique sua participação não será liberado nem divulgado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Com a conclusão da pesquisa você será informado(a) dos resultados obtidos.

Uma vez concluída a coleta de dados, a pesquisadora fará o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", será feito o mesmo procedimento com os registros de consentimento livre e esclarecido que sejam gravações de vídeo ou áudio. Nenhum documento ou dado coletado será mantido em qualquer plataforma virtual, pois os dados serão deletados definitivamente.

5 CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS

A sua participação neste estudo não implicará nenhum retorno financeiro. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação. Caso você sofra algum dano consequente dessa pesquisa, terá o direito de pleitear a indenização por todo e qualquer gasto.

Sendo assim, a pesquisadora evidencia que serão respeitados todos os princípios éticos, quanto à pesquisa com seres humanos, seguidas todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano e assumidos todos os compromissos éticos necessários para a realização da pesquisa e desenvolvimento do produto educacional.

6 CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar da pesquisa intitulada: “O Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres, a oferta do ensino médio integrado e interfaces com a área de Língua Portuguesa”, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Ceres , _____ de _____ de 20__

Assinatura por extenso do estudante participante

Assinatura da responsável pela pesquisa

ANEXO D

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)
(Discentes Menores)

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa: intitulada “**O Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres, a oferta do ensino médio integrado e interfaces com a área de Língua Portuguesa**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Cleonice Borges Ribeiro. Este documento é um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e, após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado fisicamente em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins. Contudo, para você participar da pesquisa, seu responsável deverá autorizar, assinando o termo de consentimento que é destinado aos pais/responsáveis.

Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Se tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável Cleonice Borges Ribeiro pelo telefone: (62) 99652-2057, pelo *e-mail* cleoribeiro1@hotmail.com. Dúvidas sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 9 9226 3661 ou pelo *e-mail*: cep@ifgoiano.edu.br.

1 JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi motivada pelo desafio enfrentado pelos docentes de buscarem saberes recontextualizados e ressignificados na educação profissional e tecnológica objetivando uma qualificação contemporânea na perspectiva de um currículo integrado no ensino médio integral/omnilateral, a fim de que aja uma superação da fragmentação curricular e com isto a promoção de práticas docentes inovadoras.

O objetivo geral consiste em: analisar como e em que medida ocorre à integração curricular nas práticas educativas na disciplina de Língua Portuguesa e os componentes curriculares relacionados à formação profissional no curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio no IF Goiano - *campus* Ceres.

Já os objetivos específicos serão: descrever a evolução histórica da rede federal e tecnológica de ensino e sua relação com o currículo integrado; analisar se o currículo do Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres contempla os pressupostos do currículo integrado e colabora para sua real efetividade no que concerne as práticas educativas na relação da Língua Portuguesa e disciplinas profissionalizantes; relacionar a práxis pedagógica com a proposta de um currículo integrado no curso de Meio Ambiente a partir da relação entre a disciplina de Língua Portuguesa e as disciplinas profissionalizantes; desenvolver o produto educacional que é um Guia Didático de Apoio Pedagógico para docentes, abordando as temáticas aqui discutidas, como: currículo integrado, interdisciplinaridade, currículo oculto e prescrito, formação humana omnilateral, politecnicidade e a Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológica.

Com relação à metodologia da pesquisa você participará da seguinte etapa: 1) responderá a um questionário no *Google Forms*, composto por 12 questões fechadas e 2 abertas. Ressaltando que você poderá deixar de responder qualquer uma das questões e isso não o impedirá de continuar respondendo o questionário, bem como poderá pausar o questionário e retomar posteriormente no momento que considerar mais adequado.

2 DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS

A presente pesquisa não apresenta riscos físicos ou químicos para você, entretanto podem ocorrer riscos psicológicos mínimos, como: ansiedade por responder o questionário com informações relacionadas à sua vida pessoal; de ordem psíquica por sentir sua privacidade invadida; de ordem social relacionado a embaraço e vergonha de interagir com estranhos, além de medo de repercussões eventuais por expor sua opinião, cansaço ou aborrecimento ao responder o questionário e tomar o seu tempo ou interferência na sua vida e rotina.

A fim de minimizar qualquer risco, dano ou desconforto serão tomados cuidados éticos na elaboração e execução do questionário, caso ocorra à pesquisadora se compromete a encaminhar você para auxílio psicológico na Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) do Instituto Federal Goiano - *campus* Ceres, ou no hospital da rede pública mais próxima, ou posto de saúde e todas as providências cabíveis serão tomadas. A pesquisadora se compromete ainda a realizar os procedimentos de coleta de dados de forma sigilosa e privativa e só serão realizados após o seu consentimento e compreensão dos objetivos a que se destinam.

Mesmo atendendo a todas as indicações éticas, caso você se sinta constrangido em responder ou participar de qualquer questão poderá interromper imediatamente a participação, tendo posteriormente a oportunidade de retornar para a pesquisa ou não. Se compromete também com a preservação da sua identidade com a confidencialidade dos dados, se responsabiliza por danos de ordem física, material ou psicológica que a pesquisa possa acarretar a você.

3 FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA

Você será acompanhado(a) integralmente pela pesquisadora em qualquer etapa do estudo e caso apresente algum problema, seja de ordem física ou psicológica, será imediatamente encaminhado(a) para auxílio psicológico no Centro Integrado de Saúde (CIS) do Instituto Federal Goiano no Instituto Federal Goiano - *campus* Ceres, ou no hospital da rede pública mais próximo, ou posto de saúde e todas as providências cabíveis serão tomadas. Em caso de dúvidas elas são prontamente sanadas.

4 GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, mediante os meios citados acima, é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação em qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a não adesão a ela não irá acarretar nenhuma penalidade.

Sua identidade será tratada com padrões de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou material que indique sua participação não será liberado nem divulgado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Com a conclusão da pesquisa você será informado(a) dos resultados obtidos.

Uma vez concluída a coleta de dados, a pesquisadora fará o *download* dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", será feito o mesmo procedimento para os registros de consentimento livre e esclarecido que sejam gravações de vídeo ou áudio. Nenhum documento ou dado coletado será

mantido em qualquer plataforma virtual, pois os dados serão deletados definitivamente.

5 CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS

Sua participação neste estudo não implicará nenhum retorno financeiro. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação. Caso você sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, você terá o direito de pleitear a indenização por todo e qualquer gasto.

Sendo assim, a pesquisadora evidencia que serão respeitados todos os princípios éticos, quanto à pesquisa com seres humanos, seguidas todas as recomendações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IF Goiano e assumidos todos os compromissos éticos necessários para a realização da pesquisa e desenvolvimento do produto educacional.

6 CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

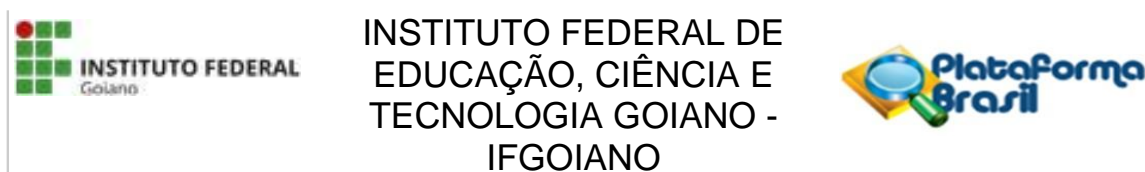
Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar da pesquisa intitulada: “O Instituto Federal Goiano – *campus* Ceres, a oferta do ensino médio integrado e interfaces com a área de Língua Portuguesa”, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Ceres, _____ de _____ de 20__

Assinatura do participante

Cleonice Borges Ribeiro

ANEXO E



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Currículo Integrado a partir da Disciplina de Língua Portuguesa no Curso Técnico em Meio Ambiente: um Estudo de Caso no IF Goiano campus Ceres.

Pesquisador: CLEONICE BORGES RIBEIRO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 56079222.0.0000.0036

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA GOIANO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.340.763

Apresentação do Projeto:

Relata-se: "Este é um projeto de pesquisa de mestrado do ProfEPT, o objeto de estudo dessa pesquisa será o Currículo Integrado a partir da disciplina de língua portuguesa no curso técnico em Meio Ambiente e sua interlocução com as disciplinas práticas e aproximação do currículo integrado. A abordagem será qualitativa e o método de investigação um estudo de caso no Instituto Federal Goiano campus - Ceres. O objetivo geral será analisar como e em que medida ocorre a integração curricular entre a disciplina de língua portuguesa com os componentes curriculares relacionados à formação profissional no curso técnico em meio ambiente integrado ao Ensino Médio. Os participantes serão os docentes das disciplinas técnicas, o docente de língua portuguesa e os discentes regularmente matriculados no ano de 2022 no curso do 3º ano em Meio Ambiente. A fundamentação teórica embasará em autores como: Fernandes (1974), Antunes (1999), Gramsci (2001), Oliveira (2003), Saviani (2007), Frigotto (2009), Moura (2013), Ciavatta (2014), dentre outros que dialogam com o tema. A pesquisa abordará a rede de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no que concerne a sua lei de criação e dos Institutos Federais, a filosofia do modelo educacional vigente na Rede Federal de Ensino, práticas pedagógicas, currículo integrado na educação profissional nas disciplinas teóricas e profissionalizantes, formação omnilateral e politécnica; impactos da divisão social do trabalho na sociedade contemporânea e a relevância de um currículo para além do

Endereço: Rua 88, nº280

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3605-3600

Fax: (62)3605-3600

E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - IFGOIANO



Continuação do Parecer: 5.340.763

prescrito. O produto educacional será um curso de curta duração para docentes, abordando as temáticas aqui discutidas, como: Currículo Integrado, interdisciplinaridade, currículo oculto e prescrito, formação humana omnilateral, politécnica e a Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológica a fim de ampliar os debates sobre o tema em questão e mostrar que esta articulação é viável para a integração nos cursos da EPT numa perspectiva contra hegemônica e na construção de uma educação emancipadora mediado por ações integradoras e interdisciplinares"

Objetivo da Pesquisa:

Relata-se:

"Objetivo Primário:

Analisar como e em que medida ocorre à integração curricular na disciplina de língua portuguesa e os componentes curriculares relacionados à formação profissional no curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio no IF Goiano campus - Ceres.

Objetivo Secundário:

a) Descrever a evolução histórica da rede federal e tecnológica de ensino e sua relação com o currículo integrado;b) Observar se o currículo do Instituto Federal Goiano campus-Ceres contempla os pressupostos do currículo integrado e colabora para sua real efetividade no que concerne a disciplina de língua portuguesa e disciplinas profissionalizantes;c) Relacionar à práxis pedagógica com a proposta de um currículo integrado no curso de Meio Ambiente a partir da relação entre a disciplina de língua portuguesa e as disciplinas profissionalizantes. d) Desenvolver o produto educacional que é um curso de curta duração para docentes, abordando as temáticas aqui discutidas, como: Currículo Integrado, interdisciplinaridade, currículo oculto e prescrito, formação humana omnilateral, politécnica e a Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológica."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não houve alteração mediante parecer anterior.

Endereço: Rua 88, nº280

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

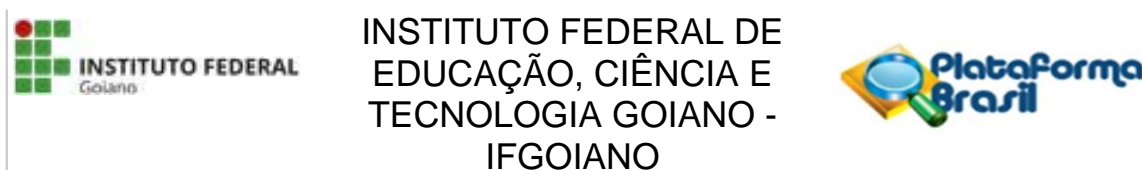
UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3605-3600

Fax: (62)3605-3600

E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



Continuação do Parecer: 5.340.763

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não houve alteração mediante parecer anterior.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

-TCLEs/TALE: (Exigência IV.4, IV.5 , IV.6 - Res. 466/12)

Parecer: Atende a legislação.

-Informações prestadas em linguagem clara e acessível, utilizando-se das estratégias mais apropriadas à cultura, faixa etária, condição socioeconômica e autonomia dos convidados a participar da pesquisa:

Parecer: Atende a legislação.

-O projeto detalhado:

Parecer: Atende a legislação.

-Guarda e descarte de documentos:

Relata-se: "Os dados impressos obtidos durante a realização da pesquisa bem como os materiais elaborados ou utilizados para este fim serão arquivados em local seguro, sob a guarda da pesquisadora por 05 anos e depois serão picotados e descartados em local próprio para reciclagem. Uma vez concluída a coleta de dados, a pesquisadora fará o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local onde será guardado por 5 anos, apagando todo registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou nuvem permanentemente. Após este período os dados digitais serão deletados definitivamente do disco rígido, da lixeira e qualquer outro dispositivo eletrônico local (celular, gravador)". Parecer: Atende a legislação.

Recomendações:

Segundo o documento "Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual" publicado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) dia 24 de fevereiro de 2021, recomenda-se:

"Uma vez concluída a coleta de dados, é recomendado ao pesquisador responsável fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem" ." e " O mesmo

Endereço: Rua 88, nº280

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3605-3600

Fax: (62)3605-3600

E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO - IFGOIANO



Continuação do Parecer: 5.340.763

cuidado deverá ser seguido para os registros de consentimento livre e esclarecido que sejam gravações de vídeo ou áudio. É recomendado ao pesquisador responsável fazer o download dos dados, não sendo indicado a sua manutenção em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado.”

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Prezado(a) Pesquisador(a),

O CEP IF Goiano aprova seu protocolo de pesquisa. Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação. Ao final da pesquisa, insira uma notificação na plataforma, anexando o relatório final. O prazo para envio de relatório final será de no máximo 60 dias após o término da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) pesquisador(a),

De acordo com o documento “ORIENTAÇÕES PARA CONDUÇÃO DE PESQUISAS E ATIVIDADE DOS CEP DURANTE A PANDEMIA PROVOCADA PELO CORONAVÍRUS SARS-COV-2 (COVID-19)”, publicado dia 09 de maio de 2020:

“3.2. Em observância às dificuldades operacionais decorrentes de todas as medidas impostas pela pandemia do SARS-CoV-2 (Covid19), é necessário zelar pelo melhor interesse do participante da pesquisa, mantendo-o informado sobre as modificações do protocolo de pesquisa que possam afetá-lo, principalmente se houver ajuste na condução do estudo, cronograma ou plano de trabalho

3.3. Em virtude disso, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, recomenda-se que os CEP e toda a comunidade científica adotem, para a condução dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, as orientações da Conep, observando, ainda, no que couber, as diretrizes adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)”

Após aprovação da pesquisa, segundo as normativas vigentes, a condução da pesquisa deve estar de acordo com o protocolo aprovado pelo colegiado. Caso ocorra a necessidade de fazer qualquer alteração, deve ser submetida uma emenda com as alterações para nova avaliação ética. Exemplos: alterações metodológicas de coleta de dados, público participante e inserção de pesquisadores

Endereço: Rua 88, nº280

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3605-3600

Fax: (62)3605-3600

E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA GOIANO -
IFGOIANO**



Continuação do Parecer: 5.340.763

entre outras.

A saber:

"O que é uma emenda?

Emenda é toda proposta de modificação ao projeto original, encaminhada ao Sistema CEP/CONEP pela Plataforma Brasil, com a descrição e a justificativa das alterações. As emendas devem ser apresentadas de forma clara e sucinta, destacando nos documentos enviados os trechos modificados. A emenda será analisada pelas instâncias de sua aprovação final (CEP e/ou CONEP). As modificações propostas pelo pesquisador responsável não podem descaracterizar o estudo originalmente proposto e aprovado pelo Sistema CEP-CONEP. Em geral, modificações substanciais no desenho do estudo, nas hipóteses, metodologia e nos objetivos primários não podem ser consideradas emendas, devendo o pesquisador responsável submeter novo protocolo de pesquisa para ser analisado pelo Sistema CEP-CONEP." (Manual do usuário - Plataforma Brasil - versão 3.2)

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1900681.pdf	23/03/2022 22:29:24		Aceito
Outros	Resposta_Parecer.docx	23/03/2022 22:27:43	CLEONICE BORGES RIBEIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CleoniceCEP.docx	23/03/2022 22:22:58	CLEONICE BORGES RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_paisresponsaveis.docx	23/03/2022 22:21:51	CLEONICE BORGES RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_maiores.docx	23/03/2022 22:21:37	CLEONICE BORGES RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_docente.docx	23/03/2022 22:21:17	CLEONICE BORGES RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TALE_menores.docx	23/03/2022 22:20:30	CLEONICE BORGES RIBEIRO	Aceito

Endereço: Rua 88, nº280

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3605-3600

Fax: (62)3605-3600

E-mail: cep@ifgoiano.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA GOIANO -
IFGOIANO



Continuação do Parecer: 5.340.763

Justificativa de Ausência	TALE_menores.docx	23/03/2022 22:20:30	CLEONICE BORGES RIBEIRO	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao_Anuencia.pdf	21/02/2022 15:47:07	CLEONICE BORGES RIBEIRO	Aceito
Outros	Lattes_Sangelita.pdf	21/02/2022 09:36:11	CLEONICE BORGES RIBEIRO	Aceito
Outros	Lattes_Cleonice.pdf	21/02/2022 09:34:19	CLEONICE BORGES RIBEIRO	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	21/02/2022 09:26:38	CLEONICE BORGES RIBEIRO	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	21/02/2022 09:26:11	CLEONICE BORGES RIBEIRO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_compromisso.pdf	21/02/2022 09:13:13	CLEONICE BORGES RIBEIRO	Aceito
Folha de Rosto	folharosto_assinada.pdf	21/02/2022 08:34:27	CLEONICE BORGES RIBEIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 08 de Abril de 2022

Assinado por:
Luiza Ferreira Rezende de Medeiros
(Coordenador(a))

Endereço: Rua 88, nº280

Bairro: Setor Sul

CEP: 74.085-010

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3605-3600

Fax: (62)3605-3600

E-mail: cep@ifgoiano.edu.br